

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SELMO RIBEIRO FIGUEIREDO JUNIOR

DENEGÇÃO PSICOLÓGICA: ASPECTOS LINGÜÍSTICOS E LÓGICOS

CURITIBA  
2013





UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIA HUMANAS  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS

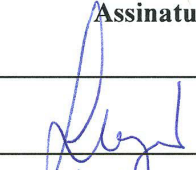

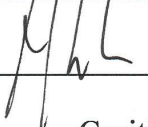
## PARECER

Defesa de dissertação do mestrando SELMO RIBEIRO FIGUEIREDO JÚNIOR para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Os abaixo assinados LÍGIA NEGRI, FABIO THÁ e JOSÉ BORGES NETO arguíram, nesta data, o candidato, o qual apresentou a dissertação:

**“DENEGACÃO PSICOLÓGICA: ASPECTOS LINGÜÍSTICOS E LÓGICOS”**

Procedida a arguição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que o candidato está apto ao título de **Mestre em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADO Não APROVADO
LÍGIA NEGRI		<i>Aprovado</i>
FABIO THÁ		<i>Aprovado</i>
JOSÉ BORGES NETO		<i>Aprovado</i>

Curitiba, 03 de maio de 2013

  
Prof.ª Dr.ª Teresa Cristina Wachowicz  
Coordenadora

SELMO RIBEIRO FIGUEIREDO JUNIOR

DENEGAÇÃO PSICOLÓGICA: ASPECTOS LINGUÍSTICOS E LÓGICOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Estudos Linguísticos.

Linha de pesquisa: Texto, discurso, pragmática: teorias e interfaces.

Orientadora: Dra. Lígia Negri.

CURITIBA  
2013

## RESUMO

O objeto focalizado neste trabalho (um objeto teórico) chama-se 'denegação psicológica'. A denegação é um fenômeno mental e linguístico cuja contraparte lógica é  $\sim p$  ( $\sim$  = operador de negação;  $p$  = proposição lógica independente). Abstraídas as perspectivas modais, uma peculiaridade característica da denegação é que, embora o falante considere que  $p$  não é o caso,  $p$  na verdade é o caso. Ainda,  $p$  é enunciada pelo falante sem ser induzido, sugestionado ou influenciado por outrem ou por elementos de contexto. O que é responsável pela maneira negativa de o falante considerar  $p$  é um mecanismo psíquico de defesa (o conteúdo de  $p$  é considerado desagradável, por isso é ajuizado negativamente). A qualificação psicológica aludida, da qual a dissertação parte, é de ordem metapsicológica (relativa ao corpo teórico da psicanálise de extração freudiana). O tratamento proposicional da denegação é corroborado em virtude de o conteúdo negado corresponder ao conteúdo de toda a sentença que encerra a denegação. Isso resulta de um teste semântico — aplicado à denegação — que tem por objetivo distinguir a negação de constituinte e a negação sentencial, ambas segundo a tipologia de Ducrot (1973) de negação no nível sentencial. Em nível enunciativo, a tipologia do autor prevê três negações — a descritiva, a metalinguística e a polêmica —, nível no qual a denegação linguisticamente corresponde ao terceiro tipo (a negação polêmica põe em cena duas ou mais opiniões contraditórias entre si, cada qual associada a uma fonte distinta). A teoria lógico-pragmática das alternativas relevantes de Schaffer (2001) é usada para demonstrar quais são as condições de aparecimento da denegação autêntica (se houver saliência da proposição  $p$  denegada no contexto corrente quando da enunciação de  $p$ , então não se tratará de denegação autêntica). A discussão ainda se vale da lógica epistêmica modal de Hintikka ([1962]1969), permitindo formalizar o fenômeno que, epistemicamente, a um só tempo manifesta uma crença (o que pode ser falso ou verdadeiro) e um saber (o que é necessariamente verdadeiro) e que, modalmente, é consistente com a expressão do estado de coisas de um mundo real e do estado de coisas de um mundo contrafactual. Apresentamos, ainda, a caracterização do fenômeno pela pragmática de Dascal ([1999]2006), na qual a denegação é abordada em relação ao uso social/comunicativo (sociopragmático), ao uso mental associal (psicopragmático) e ao uso existencial (ontopragmático). Por fim, a denegação é comparada com o chamado 'lapso da fala', outro objeto teórico de origem metapsicológica que, da perspectiva lógico-semântica, também aciona o processamento simultâneo de dois estados de coisas possíveis referentes a uma única e mesma situação (THÁ, 1997). Alguns dos resultados da dissertação são uma formalização lógica da denegação; a identificação de quais componentes de significado estão presentes na denegação quando esta é concebida como elocucional (elocução = sentença que é interpretada em situação de uso); a proposta de um modelo pragmático de interpretação específico à denegação; e, ainda, a constatação de que a negação a serviço da denegação pode se apoiar linguisticamente em qualquer uma das formas de valor negativo que o repertório da língua em questão fornece.

Palavras-chave: negação sentencial; negação polêmica; saber e crença.

## ABSTRACT

In this work, the focused theoretical object is called 'psychological denegation'. It is a mental and linguistic phenomenon whose logical counterpart is  $\sim p$  ( $\sim$  = negation operator;  $p$  = independent logical proposition). Excluding the modal perspectives, a peculiar characteristic of denegation is that  $p$  is the case even when the speaker considers that  $p$  not is the case. Moreover,  $p$  is enunciated by the speaker without being induced, suggested or influenced by someone or by any contextual elements. What is responsible for the fact that the speaker considers  $p$  in a negative way is a psychical mechanism of defense (the  $p$ 's content is taken as unpleasant, so it is negatively judged). The alluded psychological qualification (from which the dissertation starts) is of metapsychological order (this order concerns the psychoanalytic theory of Freudian orientation). The propositional treatment of the denegation is corroborated by the reason that the negated content corresponds to the content of the whole sentence where the denegation is. It results of a semantic test — applied to the denegation — whose purpose is to distinguish the constituent negation and the sentential negation, both following the typology of Ducrot (1973) about negation in the sentence level. In enunciative level, the typology of this author predicts three negations — the descriptive, the metalinguistic, and the polemic —, level in which the denegation corresponds linguistically to the third type (the polemic negation shows two or more contradictory opinions between themselves, each one associated with a different source). The logical-pragmatic theory of the relevant alternatives of Schaffer (2001) is used to demonstrate what the conditions of occurrence of the authentic denegation are (if there is salience of the denegated proposition  $p$  in the current context when  $p$  is enunciated, then it will not be an authentic denegation). The discussion also involves the modal epistemic logic of Hintikka ([1962]1969), that allows formalizing the phenomenon that, epistemically, manifests at the same time a belief (which can be false or true) and a knowledge (which is necessarily true) and, modally, is consistent with the expression of the state of affairs of a real world and of the state of affairs of a counterfactual world. It is still presented here the characterization of the phenomenon by the pragmatics of Dascal ([1999]2006), in which the denegation is approached with respect to the social/communicative use (sociopragmatic), to the asocial mental use (psychopragmatic), and to the existential use (ontopragmatic). At long last, denegation is compared to what is called 'speech error', another theoretical object came originally from metapsychology which, in a logical-semantic perspective, also triggers the simultaneous processing of two possible states of affairs regarding one and the same situation (THÁ, 1997). Some of the results of the dissertation are a logical formalization of the denegation; the identification of which components of meaning are present in the denegation when this latter is conceived as an utterance (utterance = sentence that is interpreted in usage situation); a proposal of a specific pragmatic model of interpretation of the denegation; and also an important observation that the negation serving the denegation can be linguistically supported in any of the forms of negative value of that the repertoire of language in question provides.

Key-words: sentential negation; polemic negation; knowledge and belief.

Às irmandades do bem.

Ao Denizalde Jesiél Rodrigues Pereira.

À Neusa Inês Philippsen.

Ao Paulo Marcelo Santos.

À Rosseli Mendes.

À Gilmara Maria Albuquerque.

Ao Olmiro Volman da Silva (*in memoriam*).

Ao Márcio Mendes (*in memoriam*).

Ao Luiz Eugênio de Moraes (*in memoriam*).

## **AGRADECIMENTOS**

À Lígia Negri, pela orientação, acompanhamento e vivaz disposição.

Ao Eduardo Vicenzi, pelos importantes diálogos.

Ao Fabio Thá, ao José Borges Neto, por aceitarem discutir e avaliar este trabalho desde fases anteriores, e ao Luiz Arthur Pagani, pela gentileza em ler cuidadosamente o trabalho, fornecendo valiosos comentários, e em se disponibilizar à suplência da banca.

À Secretaria, à Coordenação e ao Conselho do Programa de Pós-Graduação em Letras e, por extensão, a todos os profissionais da Universidade Federal do Paraná — UFPR, pelo suporte e simpatia.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES, pelo apoio financeiro ao longo de todo o curso.

À Biblioteca Freudiana de Curitiba: Centro de Trabalho em Psicanálise — BFC, pelos debates internos.

Aos colegas de curso, pelas conversas das quais tive o privilégio de tirar bons proveitos.



*Há sempre uma coisa mais necessária do que outra.*

Nietzsche.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: SERES DO DISCURSO .....	35
TABELA 2: NEGAÇÃO POLÊMICA ENUNCIATIVA E DENEGAÇÃO .....	46
TABELA 3: RAMOS DA PRAGMÁTICA.....	76
TABELA 4: MODELOS DE INTERPRETAÇÃO .....	78
TABELA 5: CEBOLA DE SIGNIFICÂNCIA.....	80
TABELA 6: INTERPRETAÇÃO PRAGMÁTICA.....	86
TABELA 7: MODELO PRAGMÁTICO DE INTERPRETAÇÃO DA DENEGAÇÃO ....	88
TABELA 8: CEBOLA DE SIGNIFICÂNCIA DA DENEGAÇÃO .....	95

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 METAPSIKOLOGIA: PRELIMINARES.....</b>	<b>20</b>
1.1 INCONSCIENTE (SABER INCONSCIENTE).....	20
1.2 EU/MO/ (INSTÂNCIA PSÍQUICA) .....	21
1.3 RESISTÊNCIA E RECALQUE (DEFESAS) .....	23
1.4 DENEGAÇÃO PSICOLÓGICA.....	24
<b>2 TIPOLOGIA DUCROTIANA DE NEGAÇÃO: NÍVEIS SENTENCIAL E ENUNCIATIVO .....</b>	<b>31</b>
2.1 APRESENTAÇÃO DA TIPOLOGIA.....	31
2.2 ABORDAGEM DA DENEGAÇÃO PSICOLÓGICA.....	38
<b>3 TEORIA DAS ALTERNATIVAS RELEVANTES SCHAFERIANA: CONSIDERAÇÕES LÓGICO-PRAGMÁTICAS.....</b>	<b>48</b>
3.1 APRESENTAÇÃO DA TEORIA.....	48
3.2 ABORDAGEM DA DENEGAÇÃO PSICOLÓGICA.....	52
<b>4 LÓGICA EPISTÊMICA MODAL HINTIKKIANA: SABER E CRENÇA.....</b>	<b>57</b>
4.1 APRESENTAÇÃO DA TEORIA.....	57
4.2 ABORDAGEM DA DENEGAÇÃO PSICOLÓGICA.....	68
<b>5 PRAGMÁTICA DASCALIANA: PSICO, SÓCIO E ONTOPRAGMÁTICA.....</b>	<b>76</b>
5.1 APRESENTAÇÃO DA TEORIA.....	76
5.2 ABORDAGEM DA DENEGAÇÃO PSICOLÓGICA.....	84
<b>6 LAPSO DA FALA E DENEGAÇÃO: ALGUNS PARALELOS .....</b>	<b>97</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>110</b>
<b>APÊNDICE: PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO DA CEBOLA DE SIGNIFICÂNCIA PELA PERSPECTIVA DO FALANTE.....</b>	<b>114</b>

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação envolverá cinco teorias: duas linguísticas, uma psicológica e duas lógicas. A teoria psicológica nos fornecerá o objeto (um objeto teórico), sobre o qual as demais serão aplicadas. Além das aplicações, a discussão trará como subproduto considerações epistemológicas e teóricas que procurarão resolver problemas que as próprias aplicações levantarão.

O objeto de que se tratará é um tipo específico de negação, chamada recorrentemente de 'denegação', cuja qualificação a ser privilegiadamente perseguida será de ordem enunciativa (linguística) e proposicional (lógica). Desdobrando-se essas ordens, serão abordados os níveis epistêmico, modal e sentencial da denegação.

Não há um problema — científico de modo geral ou linguístico de modo particular — a resolver. O interesse é abordar a denegação tal como referido e registrar os resultados concernentes aos diferentes aspectos teóricos e teorizados do fenômeno, para assim contribuir com sua descrição nos diferentes níveis envolvidos, explicitando a realidade complexa que o objeto implica e, por consequência, ampliando seu entendimento.

A teoria psicológica da qual a definição de denegação em questão será, de partida, tomada é a teoria psicanalítica de extração freudiana. Nessa literatura específica, são encontrados nomes alternativos ao termo 'denegação', tais como 'a negativa' e '*die Verneinung*', este último sendo a designação original alemã, introduzida por Freud ([1925a]1996)<sup>1</sup>, quem primeiro conceituou o fenômeno psicológico e linguístico que a noção refere. Naturalmente, pode-se chamar também esse objeto de 'denegação freudiana' ou 'denegação psicológica'.

Em termos introdutórios, a denegação é psicanaliticamente caracterizada como uma fala que manifesta, a um só tempo, um conteúdo inconsciente e um ajuizamento consciente contra esse mesmo conteúdo. Visto fora de perspectivas modais, a denegação é um evento de contradição; de contradição subjetiva e lógica.

---

<sup>1</sup> Sob o interesse de informar o tempo histórico no qual as obras utilizadas como referência foram originalmente publicadas, estará incluída, antes da menção ao ano da edição consultada, a data da primeira publicação entre colchetes. A ausência de data entre colchetes significa coincidência entre a data original e a data da edição consultada. A data de manuscritos (originais anteriores ao trabalho editorial) não será mencionada.

Diz-se contradição subjetiva porque a denegação atualiza um conflito constituído, de um lado, por uma ideia inconsciente e, por outro, pela refutação judicativa — isto é, via faculdade de julgar — dessa mesma ideia; e contradição lógica porquanto a ideia inconsciente tem sua contraparte lógica " $p$ " e a refutação dessa mesma ideia tem contraparte lógica " $\sim p$ ".

Um exemplo simples de fala denegativa pode ser:

⟨1⟩ *Não gosto da Paola.*

Aparentemente, ⟨1⟩ não apresenta nenhuma peculiaridade formal. De fato, a forma pela qual a denegação se realiza não difere de qualquer negação ordinária. De entrada, isso significa que a qualificação especial do fenômeno tem natureza funcional. Para a psicanálise, uma das condições necessárias geradoras da denegação é a chamada 'associação livre' ou 'livre associação'. Basicamente, quem associa livremente na fala é quem traz uma ideia de maneira espontânea, sem ter sido induzido ou sugestionado pelo interlocutor ou por estímulos de origem radicalmente externa (uma pintura no ambiente onde se fala, por exemplo). Ou seja, a ideia livremente associada, trazida na fala, se origina no âmbito psicológico privado do falante.

Em ⟨1⟩, a ideia denegada, alojada na proposição  $p$  (em contraparte lógica), 'gosto da Paola', se enuncia livremente, e a maneira negativa de reconhecer essa ideia,  $\sim p$ , 'não gosto da Paola', é a maneira pela qual a consciência, via faculdade judicativa, lida com  $p$ . Por definição, lida-se negativamente com  $p$  porque o conteúdo que ela expressa é tido como intolerável, desagradável pela consciência.

O contexto de aparecimento de  $p$ , sob o escopo da denegação em questão — a  $p$  que, no exemplo abaixo, está sublinhada —, pode ser ilustrado por ensejo da conversação a seguir:

⟨2⟩

A: *De quem você gosta?*

B: *Não sei. Só sei que não gosto da Paola.*

Para que a fala de B seja caso de denegação, a situação de enunciação não pode envolver qualquer menção ou alusão anterior (nos limites da situação atual) à extensão do nome *Paola*. Essa não-menção ou não-alusão à extensão do nome *Paola* precisa estar garantida a fim de que *p* — sublinhada acima — tenha surgido espontaneamente, sem dependência ou influência contextual, segundo a observância do procedimento da associação livre, a qual não pode ser ignorada (independentemente do nome que esse procedimento pode receber).

Na verdade, já se está dando um refinamento à questão ao se falar de 'extensão', uma noção lógico-semântica usual em lógica ou semântica referencial com a qual os campos de saber fora dos limites da linguística e da filosofia não estão usualmente familiarizados.

A extensão do nome *Paola* é um indivíduo — um referente — no mundo das coisas a que tal nome refere, no caso, uma pessoa específica que os falantes A e B inequivocamente conhecem, por suposto. Um referente pode ser qualquer coisa, de existência suposta ou real, que os nomes referem.

Para argumentar a favor da relevância da consideração extensional basta supor que a 'Paola' referida no mundo das coisas também é conhecida pelo apelido de *Nika*, nome que A e B também conhecem ser um nome que alternativamente refere a 'Paola'. Seja o que segue:

⟨3⟩

A: *Você se lembra da Nika?*

B: *Sim.*

A: *Você gosta dela?*

B: *Não. Não gosto da Paola.*

A menção à entidade 'Paola' no mundo das coisas pelo nome *Nika* no primeiro turno de fala de A invalida que o segundo turno de B contenha um caso de denegação, já que, claramente, B não enunciou *p* de maneira livre; não enunciou, nesse caso específico, isento do cotexto, isento das palavras e seus significados presentes na conversação. O mesmo se diz quanto à influência da situação pragmática sem contraparte linguística. Ou melhor: caso não houvesse uma menção ou alusão de natureza linguística à entidade 'Paola' antes do segundo turno de fala de B, mas estivesse saliente no contexto algo que se referisse a tal entidade (uma

fotografia da pessoa 'Paola'; a passagem da pessoa 'Paola' por A e B instantes antes etc.), o segundo turno de B não poderia, igualmente, ser tomado como contendo um caso de denegação.

Para que essa dimensão seja (tacitamente<sup>2</sup>) captada (a dimensão da menção ou alusão linguística e não-linguística referida), a teoria das alternativas relevantes de Schaffer (2001) será usada. Tal teoria fornece os instrumentos necessários para tratar de "ideias" salientes na situação pragmática de conversação como proposições alternativas relevantes. Se o conjunto de proposições contextualmente salientes e relevantes disponível ao falante, antes da enunciação da suposta denegação, contiver uma proposição que faça alusão ou menção à entidade referida na denegação, então o caso não será de denegação autêntica.

Já de início, vê-se que o âmbito pragmático envolvido na denegação é obviamente importante. Na verdade, a consideração teórica de natureza pragmática acerca do fenômeno indica e fortalece a ideia de que, no particular da manifestação do inconsciente que a denegação realiza, essa manifestação não está restrita a tipos específicos de conversação ou a espaços sociais (ou ainda associais) específicos.

A pragmática de Dascal ([1999]2006) — que o autor divide em três domínios: a sociopragmática (interessada na comunicação), a psicopragmática (voltada a processos mentais privados) e a ontopragmática (preocupada com os fundamentos existenciais da e na linguagem — servirá para explorar ainda mais os aspectos pragmáticos da denegação. A questão do valor comunicativo da denegação será problematizada; considerações ontopragmáticas tendo por Ser, por entidade, a própria denegação, e não o seu falante, serão feitas; e será sugerida uma indicação justificada da improdutividade presumida que uma abordagem psicopragmática pode resultar, abordagem essa que tenha por objeto a denegação.

Ainda na esteira pragmática, o construto teórico dascaliano da 'cebola de significância' — que concebe a elocução como sendo composta por diferentes camadas de significado (pela perspectiva do ouvinte) — será utilizado para abordar a denegação. Toma-se 'elocução' como sendo uma contraparte pragmática da sentença que ela veicula mas com sensibilidade contextual. Por exemplo, quando um ouvinte compreende uma fala irônica que seu interlocutor lhe endereça, o

---

<sup>2</sup> A questão da extensão é levantada aqui para chamar a atenção para sua importância, propósito esse que se espera ser tacitamente levado em consideração pelo leitor, de maneira que não seja necessária a frequente referência a essa questão ao longo do trabalho.

ouvinte acessa a elocução, enquanto a sentença correspondente está semanticamente orientada para o oposto do significado pragmático que é conferido à elocução.

Especificamente, é a interpretação sociopragmática que retorna a elocução a partir da interpretação da sentença mais as informações contextuais. Daí se diz que há a categoria do 'significado da sentença' e a categoria do 'significado da elocução', distintas entre si.

Há ainda o 'significado do falante', que é a contraparte de significado da 'intenção comunicativa' do falante. Se o falante da ironia realmente intencionou a ironia que o ouvinte compreendeu, então o significado da elocução é igual ao significado do falante. Quando essa identidade entre um significado e outro não ocorre, quer dizer que: ou o ouvinte, por algum motivo (falta de atenção, mal-entendido etc.), não obteve sucesso em sua tarefa interpretativa em relação à intenção comunicativa do falante, ou este falhou em "dar a entender" o que intencionava em razão de algum "problema" de sua competência comunicativa (escolhe mal as palavras para expressar sua intenção, supõe um conhecimento partilhado com o ouvinte que de fato não o é etc.).

Quando se discute sobre o significado do falante fora de propósitos comunicativos, ele é chamado na pragmática de 'significado do pensador', que está sob o escopo da psicopragmática e é a contraparte de significado de alguma operação linguística mental, como as que se observam no lembrar, no inferir, no implicar, nos cálculos etc. Essa categoria de significado é conveniente para se falar da inferência que um tipo específico de intérprete executa quando interpreta a denegação, intérprete esse que, orientado por algumas condições especiais, infere  $p$  de  $\sim p$ . Essa tarefa inferencial específica será contemplada pela proposta que esta dissertação fará de um modelo de interpretação pragmática específico da denegação, após a discussão sobre seis modelos de interpretação que Dascal ([1988]2006) elenca. Assume-se que, quando não se trata desse intérprete específico aludido, o intérprete toma  $\sim p$  como  $p$ .

E para que a ideia denegada siga privilegiadamente sendo identificada com uma proposição lógica — o que possibilita facilidade bem-vinda nas operações teóricas que serão dispostas ao longo deste trabalho —, e considerando que o veículo de expressão da proposição é a sentença, contaremos com um teste semântico que Ducrot (1973) adota, que, no nível sentencial — nível análogo ao



nível da *langue* (em termos saussurianos) —, divide as negações em dois tipos, um chamado de 'negação de constituinte' e outro designado como 'negação sentencial'. Dessa tipologia decorre que, tecnicamente, os termos *sentença* e *constituente* não são intercambiáveis. O fato de uma sentença poder coincidir com apenas um constituinte torna a identidade "sentença = constituinte" uma identidade de estatuto contingente, não necessário.

Basicamente, quando esse teste semântico é aplicado, ele acusa se a negação tem escopo sobre todo o conteúdo da sentença ou sobre parte desse conteúdo. Quando tendo escopo sobre todo o conteúdo, a negação será sentencial e, obviamente, quando tendo escopo sobre parte do conteúdo, a negação será de constituinte. Como se verá, o teste em relação à denegação resultará o tipo negação sentencial.

Influenciado pela teoria bakhtiniana da polifonia, Ducrot ([1984]1987) também estabelece uma tipologia de negação em nível enunciativo — nível análogo ao nível da *parole* (em termos saussurianos) — que nos será útil do ponto de vista linguístico. Aplicando os critérios do autor para a classificação da negação, a denegação será enquadrada como 'negação polêmica', um dos três tipos de negação em nível enunciativo. Um dos corolários da aplicação dessa teoria de tipificação de negação à denegação será a conclusão de que a denegação não abre demanda de um novo tipo linguístico de negação.

Adicionalmente, a teoria lógica de Hintikka ([1962]1969) será utilizada para uma abordagem modal e epistêmica da denegação. Essa teoria formula critérios de consistência aplicáveis a proposições, sentenças e declarações epistêmicas de um indivíduo. Toma-se por 'declaração' a sentença declarativa que é, pois, declarada, considerando-se o indivíduo que declara e a ocasião em que se declara. 'Ocasião' é a situação que circunscreve o momento estrito da declaração ou declarações em ato contínuo, e uma nova ocasião se inaugura quando a mente muda ou entra em consideração um novo fato. Quanto à sentença, ela é o veículo que expressa a proposição.

Na teoria hintikkiana, as declarações epistêmicas se dividem entre as declarações de crença e as declarações de saber. Basicamente, a declaração de saber corresponde necessariamente a um estado de coisas, e expressa uma verdade. A declaração de crença corresponde dubitavelmente a um estado de

coisas, e depende da existência de evidências empíricas ou lógicas para a verificação de sua verdade ou falsidade.

As declarações, sentenças ou proposições podem ser tratadas como conjuntos de declarações, sentenças ou proposições. É considerando os membros dos conjuntos que estes podem ser metalogicamente tidos como consistentes ou inconsistentes. Se um indivíduo  $a$ , numa ocasião, sabe que  $p$  e ao mesmo tempo sabe que  $\sim p$ , e se  $\{ "p", "\sim p" \}$  constituem um conjunto  $\lambda$ , então o conjunto  $\lambda$  é inconsistente. A inconsistência do conjunto se dá pela contradição entre  $p$  e  $\sim p$ . O conjunto aí representado por  $\{ "p", "\sim p" \}$  não capta a relação epistêmica do indivíduo com aquilo que *sabe*, ou melhor, não informa que a relação do indivíduo com os membros do conjunto é da ordem do saber (*knowledge*, em inglês), e não da ordem da crença (*belief*, em inglês). Isso, na notação simbólica da teoria, é contemplado da seguinte forma:  $\{ "K_a p", "K_a \sim p" \}$ , sendo 'K' o operador epistêmico de saber. Enquanto o primeiro membro do conjunto expressa que o indivíduo  $a$  sabe que  $p$ , o segundo expressa que o indivíduo  $a$  sabe que não- $p$ . Há também o operador epistêmico de crença,  $B$ , e ainda o de possibilidade,  $P$ , e de compatibilidade,  $C$ .

As proposições que veiculam um conteúdo epistêmico podem ser divididas entre o mundo dos saberes e o mundo das crenças de um indivíduo. A consideração acerca de mais de um mundo epistêmico possível é uma consideração modal. Se o mundo real (o mais cognoscível dos mundos possíveis<sup>3</sup>) é descrito por um estado de coisas que  $p$  expressa — e  $p$  se respalda em evidências empíricas ou lógicas —, há pelo menos um mundo possível que pode ser descrito por um estado de coisas que  $\sim p$  expressa, e este é pertinente a um mundo contrafactual (alternativo, em relação ao real).

As considerações relativas a conjuntos (ou mundos possíveis), a relações epistêmicas entre  $a$  e o que ele sabe ou crê — incluindo também o que é possível ou compatível de  $a$  saber ou crer —, e observando-se algumas regras e condições que a teoria prescreve, a denegação será tratada sob diferentes ângulos epistêmicos e modais.

Dessa abordagem, surgirá um subproduto semântico relevante em relação à denegação. A parte inconsciente, para ser adequadamente abordada, deve ser

---

<sup>3</sup> Seguiremos identificando 'mundo real' a um único mundo, e não a um conjunto de mundos possíveis, opção esta que, dentre outras, seria possível e acarretaria consequências técnicas.

interpretada num modelo semântico de interpretação cuja orientação é dada pelos mundos dos saberes e das crenças do falante singular que manifesta o conteúdo da denegação. O estado de coisas ao qual o conteúdo inconsciente semanticamente corresponde deve ser buscado nesses mundos. A compatibilidade disso com o postulado psicanalítico se afigurar-se-á relevante, a julgar pelo postulado segundo o qual o conteúdo inconsciente é, de maneira invariável, psicologicamente verdadeiro. Epistemicamente, isso significa dizer que o conteúdo inconsciente corresponde inequivocamente a um estado de coisas.

Por fim, a dissertação trará alguns paralelos lógico-modais e semânticos entre o chamado 'lapso da fala' e a 'denegação', ambos de formulação inicial freudiana. Fundamentalmente, o lapso da fala se caracteriza por uma perturbação que uma 'intenção consciente' que pretende ser enunciada sofre pela interferência de uma 'ideia inconsciente'. Por exemplo, ambos os fenômenos põem em cena um estado de coisas alternativo ao estado de coisas situado no mundo real. Em ambos, tem-se um sujeito processando, ao mesmo tempo, mais de um estado de coisas possível, cada qual referente a uma única e mesma situação.

A dissertação seguirá assim organizada:

No capítulo 1, "Metapsicologia: preliminares", o objetivo principal será expor, delimitar e estabelecer a noção de denegação psicológica, e versar sobre propriedades e noções implicadas de maneira objetiva, com o necessário e suficiente a subsidiar a discussão geral ao longo do trabalho.

Os capítulos 2 a 5<sup>4</sup> apresentarão uma estrutura similar entre si que contemplará, numa primeira parte, a exposição das diferentes teorias com as quais se pretende fundamentar, numa segunda parte, nossas propostas de abordagem da denegação psicológica.

No capítulo 6, "Lapso da fala e denegação: alguns paralelos", o objetivo principal será fazer algumas comparações lógico-modais entre os objetos freudianos 'lapso da fala' e 'denegação'.

---

<sup>4</sup> 2 "Tipologia ducrotiana de negação: níveis sentencial e enunciativo"; 3 "Teoria das alternativas relevantes schafferiana: considerações lógico-pragmáticas"; 4 "Lógica epistêmica modal hintikkiana: saber e crença"; 5 "Pragmática dascaliana: psico, sócio e ontopragmática". A tarefa do capítulo 4 foi inspirada no trabalho de Thá (1997), em que o autor utiliza também a teoria hintikkiana para propor uma semântica para o 'ato falho', objeto teórico originalmente de postulação freudiana de que Thá parte (e do qual o lapso da fala é um espécime específico).

Nas "Considerações finais", serão feitos comentários que recapitem alguns pontos da dissertação e que indiquem inter-relações entre as perspectivas teóricas utilizadas, encerrando-se com o elenco dos principais resultados que serão obtidos neste trabalho e com as considerações finais propriamente ditas.

Para fechar esta introdução, restam algumas observações:

- em alguns pontos, será usado o símbolo 'ψ' para denotar a denegação;
- não se fará diferença conceitual entre os termos 'conteúdo', 'ideia' e 'pensamento';
- os termos nesta dissertação tomados como noções teóricas terão sua definição e sua vinculação teórica explicitadas. Quando isso não ocorrer, o emprego deverá ser considerado o usual/corrente;
- em psicanálise de extração freudiana, o termo 'metapsicologia' pode ser usado de pelo menos duas maneiras: (i) para designar o corpo teórico da psicanálise (e esse é um sentido lato); (ii) para designar a descrição de um processo mental do ponto de vista dinâmico (referente às forças em ação e seus potenciais conflitos), do ponto de vista tópico (referente às diferentes instâncias do aparelho psíquico) e do ponto de vista econômico (referente às quantidades de energia psíquica) (*stricto sensu*). Ao longo desta dissertação, a primeira acepção será a empregada.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Para saber da primeira utilização do termo, veja-se Freud ([1950]1996). A acepção (ii) remonta ao projeto ambicionado por Freud de conceber um sistema científico acabado, não levado a cabo, entretanto. Uma obra significativa nesse sentido é Freud ([1914-16]1996).

## 1 METAPSIKOLOGIA: PRELIMINARES

A preocupação central neste capítulo será definir a noção de ‘denegação’ ( $\psi$ ). Para atingir o entendimento desejável, pareceu-nos que algumas noções metapsicológicas implicadas na denegação precisarão ter as propriedades mais pertinentes preliminarmente apresentadas.

Outras noções que se implicam na denegação mas não são relevantes ao propósito da dissertação ficarão ignoradas. A concisão voltada às propriedades das noções secundárias será deliberada — o leitor obterá detalhes nas obras que serão mencionadas.

As propriedades nocionais relevantes à dissertação se restringirão às arroladas sob o sinal  $\langle \rangle$  com uma letra maiúscula dentro (A, B...), sequenciadas por algarismos romanos minúsculos (i, ii...). Passemos então às noções metapsicológicas relevantes ao entendimento da denegação.

### 1.1 INCONSCIENTE (SABER INCONSCIENTE)

Na metapsicologia, a noção de ‘inconsciente’ ocupa lugar central. Antes de mais nada, o estatuto de inconsciente é de entidade hipotética<sup>6</sup>.

Reserva feita a outros elementos e processos que a noção de inconsciente recobre, postula-se que tal entidade é essencial do psiquismo humano e que nela há representações, ideias em estado inconsciente.

Das propriedades do inconsciente de importância de primeira ordem para este trabalho, Freud ([1915a]1996) postula que nele:

$\langle A \rangle$  Inconsciente.

i. não há contradição;

ii. não há negação;

---

<sup>6</sup> Confira-se por exemplo Freud ([1925b]1996), em que o autor afirma que o construto teórico da estrutura do aparelho mental perceptual — que implica os ‘traços mnêmicos permanentes’ (referem-se ao inconsciente) — que ele constrói tem estatuto hipotético. O inconsciente para Lacan ([1976]2007, p. 131) também é hipotético.

iii. não há dúvida/incerteza.

Essas propriedades conferem uma logicidade particular ao inconsciente.

Seguindo o pensamento freudiano, Lacan ([1976]2007, pp. 127 e 129) afirma que o inconsciente é particular e completamente redutível a um saber. É um saber (inconsciente) “insabido” (em relação à consciência). Compatível com essa posição é tratar as representações inconscientes, reunidas no inconsciente, como proposições lógicas inconscientes.

Essas proposições inconscientes são sempre logicamente válidas, especialmente se consideradas as propriedades i e iii de  $\langle A \rangle$  — ‘não há contradição’ e ‘não há dúvida/incerteza’ no inconsciente.

‘Saber’ inconsciente (“insabido”) é então, de fato (teoricamente), um estatuto epistêmico que se aplica ao inconsciente<sup>7</sup>:

$\langle A \rangle$  Inconsciente.

iv. é um saber particular.

Outra das noções metapsicológicas que precisam ser preliminarmente introduzidas antes de se chegar à definição de denegação é a noção de ‘eu’, da qual se tratará a seguir.

## 1.2 EU/MOI (INSTÂNCIA PSÍQUICA)

A noção de ‘eu’ (também designado ‘ego’) recobre nocionalmente inúmeros processos psíquicos, segundo a metapsicologia. As propriedades relevantes dessa noção a se terem em vista aqui são (confira-se FREUD, [1923]1996):

<sup>7</sup> Se cotejadas todas as propriedades que definem a noção lacaniana de inconsciente em relação a todas as propriedades que definem a noção freudiana de inconsciente, não há univocidade entre elas (confira-se por exemplo Lacan ([1964]2008) em contraste com os textos de Freud já citados). No entanto, isso não implica que ambos os autores não sejam tomados como participantes de uma mesma teoria. Sabe-se bem que uma teoria, em seu desenvolvimento, conta continuamente com processos revisionais (Searle em relação a Austin, por exemplo, na teoria dos atos de fala). Entretanto, as propriedades das duas noções de inconsciente citadas, propriedades essas julgadas relevantes ao propósito da dissertação, são compatíveis entre si. Isso é extensível às noções metapsicológicas que virão.

⟨B⟩ *Eu/moi*.

- i. responsável pelos julgamentos conscientes (*eu* — não em sua globalidade (*eu* não coincide com a consciência) — é instância da consciência);
- ii. de maneira não consciente, atua defensivamente contra representações intoleráveis à consciência, procurando mantê-las distantes da consciência;
- iii. é a sede dos enganos e da contradição, da negação, da dúvida/incerteza (do que ⟨A i-iii⟩ menciona).

A ideia de representações intoleráveis à consciência se liga ao postulado do chamado ‘conflito psíquico’, um pressuposto teórico fundamental em metapsicologia, que diz respeito à vida mental como composta necessariamente por dois grupos de representações conflitantes entre si, um dos quais “em perfeita paz” com a consciência e o outro, segundo vários processos, afastado dela<sup>8</sup>, mas que permanece nos limites do psiquismo. A denegação, que será vista na subseção 1.4, é um dos modos pelos quais esse conflito psíquico se evidencia.

Chame-se exclusivamente ‘*y*’ o tipo de representação mencionado em ⟨B ii⟩, ou seja, a representação intolerável à consciência, tendo em conta tanto o sentido de representação como o de proposição — independentemente se a proposição é atômica (simples) ou molecular (composta) —, isto é, concebendo ‘proposição’ e ‘representação’ como alternáveis:

*y* = representação/proposição sob estado inconsciente suscetível a vir à consciência.

Lacan ([1954-55]1985) refere-se nocionalmente ao *eu* mediante o termo ‘*moi*’, que continuará sendo usado adiante, sempre tendo em conta as propriedades apontadas em ⟨B⟩.

---

<sup>8</sup> Vários autores discutem o ‘conflito psíquico’ e reconhecem a sua grande importância. Entre eles, veja-se Vicenzi (2010); Thá (2004).

### 1.3 RESISTÊNCIA E RECALQUE (DEFESAS)

De maneira geral, dá-se o nome de ‘resistência’ à atuação defensiva do *moi*, que procura afastar representações intoleráveis à consciência — como está mencionado em <B ii>. Um mecanismo específico de defesa chama-se ‘recalque’. E há dois tipos de ‘recalque’ (ou ‘recalcamento’, ‘repressão’): o ‘recalque originário’ e o ‘recalque propriamente dito’, este também designado apenas ‘recalque’, que é o que importará aqui<sup>9</sup>.

O recalque, que pode ser reconhecido sob a forma de resistência, é:

<C> Recalque.

- i. mecanismo de defesa do *moi* contra *y*, relegando *y* ao estado inconsciente, procurando conservar *y* inconsciente e fora, portanto, da consciência.

A representação *y* assim recalcada (sob tal estado) recebe o nome de ‘recalcado’. Quando *y* se manifesta, se enuncia, vem à consciência, diz-se ‘retorno do recalcado’. Tal retorno pode vir sob diferentes formas: chiste, ato falho, sonho etc.<sup>10</sup> Como se verá, a denegação também envolve retorno de *y*. Ainda, em psicanálise chama-se ‘associação livre’ (ou ‘livre associação’) o procedimento, importante como método na terapia, a tentar-se chegar às representações em estado inconsciente para tê-las conscientes, mediante o falar livre, dar livre fluxo verbal ao que vier à mente, associar as ideias de maneira livre, sem partir de quaisquer elementos sugestionados por outrem.

---

<sup>9</sup> Sobre o ‘recalque originário’, e também para mais acerca do propriamente dito, veja-se especialmente Freud ([1915b]1996; [1915a]1996, seção IV).

<sup>10</sup> Sobre essas formas de retorno do recalcado, entre os textos mais importantes (e clássicos), veja-se Freud ([1905]2006), Freud ([1900-01]1996), Freud ([1901]1996).



## 1.4 DENEGAÇÃO PSICOLÓGICA

Na subseção 1.2, afirmou-se que a denegação é um dos modos pelos quais o chamado conflito psíquico, inerente à vida mental, se evidencia. Viu-se que o conflito psíquico consiste na relação entre dois grupos de representações conflitantes entre si. Há dois grupos que uma divisão psíquica os estabelece. Um grupo que encerra representações inconscientes, enquanto outro alberga as conscientes. Assim:

⟨D⟩ Divisão psíquica.

- i. grupo de representações inconscientes;
- ii. grupo de representações conscientes.

É tendo em conta tal divisão psíquica que Moura (1988, p. 101) diz que mediante a denegação se afirma uma divisão.

Seguindo Freud ([1925a]1996), o que especificamente acontece na denegação é *moi* se deparando com *y*. O que caracteriza a denegação nesse confronto entre *moi* e *y* é o modo negativo com que o confronto se dá, via juízo intelectual de *moi*.

Importante saber que *moi* acede a *y* (negativamente, porque nega *y*) via associação livre. Adiante, seguindo Moura (1988, p. 102), diremos que a denegação pode se dar em qualquer situação, em qualquer ambiente da vida cotidiana (como acontece com o ato falho, com o chiste, por exemplo). Uma consequência disso diz respeito à não-restrição a situações especiais do uso do mecanismo da associação livre<sup>11</sup>.

Antes de avançarmos, vejamos alguns exemplos de denegação que Freud ([1925a]1996) oferece:

⟨4⟩ *Agora o senhor vai pensar que quero dizer algo insultante, mas realmente não tenho essa intenção.*

---

<sup>11</sup> Fique claro que isso não implica o chamado ‘valor analítico’ em jogo, que pressupõe sempre situação terapêutica e a atividade específica do terapeuta.

⟨5⟩ *O senhor pergunta quem pode ser essa pessoa no sonho. Não é minha mãe.*

⟨6⟩ *Arranjei uma nova idéia obsessiva, e ocorreu-me em seguida que ela poderia significar isso ou aquilo. Mas não; isso não pode ser verdade ou não teria ocorrido.*

No tocante aos exemplos ⟨4⟩, ⟨5⟩ e ⟨6⟩ acima, tome-se *y* — isto é, uma representação inconsciente que, nesses casos, veio à consciência via denegação — respectivamente como:

⟨4'⟩ 'quero dizer algo insultante'

⟨5'⟩ 'essa pessoa no sonho é minha mãe'

⟨6'⟩ 'a nova ideia obsessiva poderia significar X ou Y'

A série ⟨4⟩-⟨6⟩ é possível pelas propriedades ⟨B⟩ de *moi*<sup>12</sup>. *Moi* é responsável pela série (*moi* ajuíza ⟨4⟩-⟨6⟩) e procura afastar *y* na série, pelo expediente de negar *y*.

Freud ([1925a]1996) afirma que *y* se enuncia em razão de uma suspensão parcial do recalque atuante sobre *y*. O que responde pela maneira negativa de considerar e enunciar *y* é uma atuação restante do recalque (sobre *y*) sob a forma de 'resistência' por parte de *moi*. A negação a serviço da denegação é a contraparte linguística da atuação psicológica restante do recalque sobre *y*.

Considera-se *y* na denegação como retorno de um recalcado. Retorno do recalcado pressupõe, por definição, que *y* estava sob estado inconsciente, e agora está acessível à consciência. Contudo, o retorno do recalcado não implica *aceitação*

---

<sup>12</sup> Retomando o já dito: *moi*: i. responsável pelos julgamentos conscientes; ii. de maneira não consciente, atua defensivamente contra representações intoleráveis à consciência, procurando mantê-las distantes da consciência; iii. é a sede dos enganos e da contradição, da negação, da dúvida/incerteza.

*efetiva* (ou total) de *y* por parte de *moi* — já que, afinal, *y* na denegação aparece negada.

Estamos dizendo “aceitação efetiva” em oposição a uma “aceitação parcial” (não efetiva, não total) — lembrando que esta última já sucede no ato da denegação. Ou seja, a suspensão parcial do recalque atuante sobre *y* corresponde a uma aceitação parcial de *y* por parte de *moi*; por outro lado, uma possível suspensão total do recalque atuante sobre *y* corresponde a uma aceitação efetiva de *y* por parte de *moi*.

Freud ([1925a]1996) fala em *aceitação intelectual* de *y* em oposição à *aceitação afetiva* de *y* e que, já no ato da denegação, está em questão uma forma de aceitação intelectual de *y*, não obstante a maneira linguística negativa de tal aceitação. Se houver a suspensão total (que é eventual, que é contingente) do recalque atuante sobre *y*, estará em questão a aceitação afetiva de *y*. Para o autor, a aceitação intelectual é produto da função intelectual, e a aceitação afetiva é produto da função afetiva. É refletindo sobre a denegação que Freud ([1925a]1996) postula a separação de tais funções. Claro deve ficar que o ato da denegação é de ordem intelectual, nos termos do postulado aqui delineado. Em se tratando de denegação, a aceitação afetiva de *y* é contingente e pressupõe, por definição, a produção prévia da denegação. Se houver a aceitação afetiva de *y*, o recalque sobre *y* suspende-se de maneira completa.

Comentando a denegação freudiana, Hyppolite ([1954]1998, p. 897) adicionalmente propõe designar, com a conhecida expressão lógica “negação da negação”, um outro tipo possível de aceitação de *y*: uma aceitação intelectual sob forma afirmativa sem, contudo, aceitação afetiva.

Essa discussão sobre diferentes tipos de aceitação de *y* pode ser posta nos seguintes termos:

⟨E⟩ Tipos de aceitação de *y*

de maneira negativa:

- i. “aceitação parcial” → “aceitação intelectual”: “ $\sim y$ ” (tipo freudiano);

de maneira positiva:

- ii. “aceitação parcial” → “aceitação intelectual”: “ $\sim \sim y$ ” (tipo hyppolitiano);
- iii. “aceitação efetiva” → “aceitação afetiva”: “ $y$ ” (tipo freudiano).

Em oposição a *moi*, Lacan ([1954-55]1985) usa o termo '*je*' (como *moi*, outro pronome pessoal francês) para designar nocionalmente a entidade responsável pelo retorno do recaiado. É de se dizer que, para o inconsciente, *je* é análogo a *moi* para a consciência<sup>13</sup>.

Tendo isso em consideração, uma representação formal possível para a denegação ( $\psi$ ), quando a denegação surge ( $\langle E\ i \rangle$ ), é:

$$\begin{aligned} \psi: \\ [y]_A [\vdash \sim y]_B \\ je(A) \\ moi(B), \end{aligned}$$

em que o domínio ' $[ ]_A$ ' é condição lógica do domínio ' $[ ]_B$ '. O símbolo ' $\vdash$ ' é tomado como símbolo de enunciação. A proposição ' $y$ ' no domínio ' $[ ]_A$ ' não supõe enunciação linguisticamente realizada. A proposição ' $y$ ' é enunciada no domínio ' $[ ]_B$ ' como ' $\sim y$ '. O domínio ' $[ ]_A$ ' é de *je*. O domínio ' $[ ]_B$ ' é de *moi*. Assim, a representação formal acima pode ser lida da seguinte maneira: a denegação é tal que a proposição  $y$  do domínio A — que é de *je* — é enunciada negativamente no domínio B — que é de *moi*. A vantagem da representação formal é oferecer uma visão clara e objetiva da denegação.

A propriedade relevante da denegação é:

$\langle F \rangle$  Denegação.

i. negação (enunciada) de  $y$ .

Antes de seguirmos adiante, façamos uma operação de precisão acerca da denegação, que será útil mais tarde.

<sup>13</sup> Na terminologia metapsicológica, o par '*je*' e '*moi*' pode ser substituído por outros — respectivamente, 'sujeito da enunciação' e 'sujeito do enunciado'; '[eu]' e 'eu'; entre outros. Nesta dissertação, a opção será pelo par *je* e *moi*, já que, em língua portuguesa, ele não se presta facilmente à homonímia em relação à terminologia de outros quadros teóricos, opção que julgamos evitar confusões indesejáveis. Do ponto de vista gramatical, é interessante notar que a forma *moi* é acusativa e a forma *je* é nominativa. Enquanto a forma acusativa é típica da posição de objeto direto e lugar canônico do paciente, que sofre ação, a forma nominativa é típica da posição de sujeito e lugar canônico de agente, que pratica ação.

Como o contraste do par  $\langle 4 \rangle$  e  $\langle 4' \rangle$  — *Agora o senhor vai pensar que quero dizer algo insultante, mas realmente não tenho essa intenção* e ‘quero dizer algo insultante’, respectivamente — evidencia, há mais em  $\langle 4 \rangle$ , de um lado, do que  $y$  e a negação a serviço da denegação, de outro.

Chame-se a combinação estrita ‘negação com escopo sobre  $y$ ’ (ou ‘ $\sim y$ ’ como contraparte lógica) simplesmente ‘unidade denegativa’. Também, deixem-se sistematizadas as condições necessárias e suficientes da denegação ou, mais especificamente, da unidade denegativa:

*Princípio da unidade denegativa:*

Uma expressão  $X$  do tipo “ $\sim p$ ” é propriamente uma unidade denegativa se, e somente se:

- (i)  $p$  é  $y$ ;
- (ii)  $y$  vem à consciência por *associação livre* de  $F$  (falante);
- (iii)  $F$  psicologicamente *resiste* a considerar  $y$ ; e
- (iv)  $F$  linguisticamente nega  $y$ .

A proposição ‘ $p$ ’ é uma proposição independente qualquer. A proposição ‘ $y$ ’ é a noção específica, especial, definida na subseção 1.2, ou seja, é uma proposição (representação) sob estado inconsciente suscetível a vir à consciência. ‘ $F$ ’ é falante.

Por fim, note-se que a negação a serviço da denegação pode ser exercida lançando mão de outros recursos — explícitos ou ainda implícitos — além da forma emblemática *não*.

Os exemplos que se seguem ilustram como a negação pode ser exercida de diferentes maneiras:

$\langle 7 \rangle$  *Você deve estar pensando que estou pensando mal de você, mas está enganado.*

$\langle 8 \rangle$  *Você deve estar pensando que estou pensando mal de você. Está enganado.*

Ambos esses casos têm a mesma proposição  $y$ :

⟨7⟩ 'estou pensando mal de você'

⟨8⟩ 'estou pensando mal de você'

Em ⟨7⟩ e ⟨8⟩, a negação está sendo exercida basicamente pela locução final *está enganado*<sup>14</sup> — prova-o o fato de que a presença de *mas* em ⟨7⟩ e a ausência de conectivo em ⟨8⟩ antes de *Está enganado* não provocam diferença acerca do mesmo *efeito de negação* que ambos os casos têm, o que faz de *mas* um elemento gramatical secundário e prescindível, nessa situação. Isso, evidentemente, aponta à generalização de que o estatuto metalógico dos operadores de negação comumente referidos em listas não é de *necessidade*, ou melhor, não é sempre necessária a presença de um elemento reconhecidamente de função negativa para que haja efeito de negação.

Por outro lado, é trivial o fato de que, em muitas situações, os operadores de negação se encarregam sozinhos da tarefa de negar:

⟨9⟩ *O que a carta significa pra mim? Nada que ver com amor.*

Aí, *nada* é o operador negativo, tendo por *y*

⟨9⟩ 'a carta pra mim tem a ver com amor'

Visto que *está enganado* tem valor negativo nos exemplos dados, a negação a serviço da denegação também pode se dar, como já aludido, sem repousar em construções locucionais ou itens lexicais negativamente marcados — como o termo *reveja* ilustra no exemplo abaixo, por conta da sintaxe que a sentença apresenta ('se p, então reveja'):

---

<sup>14</sup> Pode-se argumentar que *está enganado*, em ⟨7⟩ e ⟨8⟩, ao invés de negar, apenas atribui um engano ao interlocutor a respeito de ⟨7⟩ e ⟨8⟩. Contudo, visto que o recurso à paráfrase *não é verdade que y* para *está enganado* parece manter o valor semântico desta última expressão, seguiremos considerando casos comparáveis, assim como ⟨10⟩ adiante, a propósito de *reveja*, que parece sofrer, de fato, um efeito de negação.

⟨10⟩ *Se estiver considerando que posso me indispor com essa afirmação, reveja.*

Com y:

⟨10'⟩ 'posso me indispor com essa afirmação'

Esses apontamentos procuraram evidenciar que o efeito de negação não necessariamente depende de formas negativas linguísticas *a priori*. Isso dito, iremos nos concentrar no efeito de negação, sem nos determos nos diferentes, variáveis e imprevisíveis processos gramaticais envolvidos no exercício da negação a serviço da denegação<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Pelo menos no plano explícito, escapa a comentadores da denegação freudiana — Vidal ([1985]1988), Hyppolite ([1954]1998), Lacan ([1954a]1998; [1954b]1998), Becker (1988), Gomes (1988), Medina (1988), Moura (1988), Jezler (1988), Nogueira (1988), Schäffer *et al* (2002) — esse fato gramatical concernente ao exercício semântico da negação (a serviço da denegação) com a prescindibilidade de operadores formais entre os quais se inclui o emblemático *não*.

## 2 TIPOLOGIA DUCROTIANA DE NEGAÇÃO: NÍVEIS SENTENCIAL E ENUNCIATIVO

Aqui, será apresentada a tipologia ducrotiana de negação para, em seguida, a denegação psicológica ser abordada a partir dessa tipologia.

### 2.1 APRESENTAÇÃO DA TIPOLOGIA

Ducrot (1973) estabelece uma compreensão da negação após confrontar noções:

- (a) filosóficas da linguagem (da escola de Oxford);
- (b) lógicas (de Frege); e
- (c) linguísticas (evocando Jackendoff).

Ducrot (1973, p. 95) destaca a afirmação — atribuída à escola de Oxford — de que a ‘enunciação negativa’ geralmente implica uma *atitude psicológica específica* não encontrada na ‘enunciação afirmativa’.

Isso, por si só, remeteria a uma sensível mudança de perspectiva quando em contraste com perspectivas lógicas filiadas ao pensamento fregeano, uma vez que, para estas, não haveria a necessidade de fazer distinção entre o juízo afirmativo e o juízo negativo<sup>16</sup>. Basicamente, essa desconsideração é uma desconsideração quanto à ordem do ato (realização, atualização)<sup>17</sup>.

Todavia, uma primeira aproximação do ponto de vista fregeano em relação ao ponto de vista oxfordiano pode ser captável na medida em que o ponto de vista fregeano reconhece como plausível a existência de *dois* “gêneros”, duas categorias, subjacentes ao ‘ato de negar’ (confira-se FREGE, [1919]1984, p. 103). O primeiro seria constituído pelo ‘ato de julgar’ e o segundo, pela negação. Frege ([1919]1984)

---

<sup>16</sup> Confira-se por exemplo Frege ([1919]1984, p. 98).

<sup>17</sup> Não se fará uso da perspectiva teórica dos atos de fala neste capítulo. Para uma discussão performativa em relação à negação, veja-se por exemplo Marcondes (2008).



acrescenta que para que o ato de julgar seja possível é necessário uma pessoa, ao passo que a negação independe de pessoa, e nisso residiria a diferença fundamental entre ambos os referidos “gêneros”.

Enquanto haveria dois gêneros, duas categorias, subjacentes ao ato de negar, haveria presumivelmente apenas um subjacente ao ato de afirmar. Com isso, atribuir atitudes psicológicas específicas ligadas a cada tipo de juízo seria um passo natural. Desse modo, seria apressada a ideia de que as perspectivas teóricas oxfordiana e fregeana necessariamente divergem entre si nos pontos levantados; antes, a questão passa pelo fato de que a perspectiva oxfordiana francamente *inclui* a dimensão atitudinal para a qual a fregeana apenas não dispensa grandes preocupações.

A atitude psicológica específica da ‘enunciação negativa’ (doravante EN) apontada pela perspectiva de Oxford se baseia na observação de que, geralmente, a EN se dá como resposta oposta a uma *afirmação antecedente*, tendo esta efetivamente sido enunciada ou concebendo-a como virtualmente presente. Seja a sentença<sup>18</sup>:

⟨11⟩ *Otávio não quer tomar café.*

É fácil concebê-la como resposta oposta a uma afirmação prévia como:

⟨12⟩ *Otávio quer tomar café.*

Seguindo as observações de Ducrot (1973, p. 95), seria de fato estranho enunciar uma sentença como ⟨11⟩ sem antes ter havido pelo menos alguma espécie de suposição de que alguém pensou ou pensaria que Otávio poderia querer tomar café. Adicionalmente, assim como uma afirmação antecedente possa estar em questão, como assinala Ducrot (1973), pode ser ainda o caso particular de uma sentença interrogativa servindo como a sentença antecedente de base à EN:

⟨13⟩ *Otávio quer tomar café?*

---

<sup>18</sup> Na edição consultada de Ducrot (1973), utiliza-se a palavra *frase*, mas aqui será feita a opção por *sentença*.

Ainda, acrescente-se que

⟨14⟩ *Otávio não quer tomar café?*

pode muito bem ser uma sentença a servir de base à EN da sentença ⟨11⟩.

Tendo em conta as sentenças ⟨13⟩ e ⟨14⟩ — cuja única diferença entre elas reside na presença de *não* na segunda —, uma observação que surge é que, em se tratando sobretudo de uma conversação autêntica, elas *podem* ser pragmaticamente intercambiáveis. Isso se corrobora, por exemplo, pela sentença

⟨15⟩ *Sim.*

⟨15⟩ serve como resposta de igual valor de significado para uma ou outra das perguntas mencionadas.

No tocante à perspectiva linguística acerca da negação, Ducrot (1973, p. 97), mencionando Jackendoff, evoca e adota a distinção semântica que este sugere entre a ‘negação de sentença’ e a ‘negação de constituinte’, qualquer que seja a expressão negativa (advérbio, prefixo etc.) que exerça efetivamente a negação.

O critério para identificar a negação de sentença e a negação de constituinte — que abstrai a prosódia e diz respeito apenas ao nível semântico — pode ser resumido da seguinte forma (diga-se critério S):

*Critério S:*

Sendo X uma sentença contendo uma negação, e X' a mesma sentença sem a negação, tratar-se-á de negação sentencial se X significar /é falso que X'/; por consequência, tratar-se-á de negação de constituinte quando X não significar /é falso que X'/.

Vejamos esse critério em relação à sentença ⟨11⟩.

Se *Otávio não quer tomar café* equivale a /é falso que Otávio quer tomar café/, então a negação em ⟨11⟩ é sentencial. Note-se que, nesse exemplo, embora a negação esteja aparentemente associada ao predicado (e, portanto, aparentemente

à parte do conteúdo total da sentença), trata-se da negação de todo o conteúdo da sentença.

Um caso em que a negação de predicado (um subtipo de negação de constituinte, pode-se dizer) não é só aparente mas é também *real* é:

⟨16⟩ *Alguns navegantes não atravessaram o ponto crítico.*

⟨16⟩ não significa /é falso que alguns navegantes atravessaram o ponto crítico/. Este último significado não se compatibiliza com /alguns navegantes atravessaram o ponto crítico/, significado este que é compatível com o significado de ⟨16⟩. Tem-se aí a interação de operadores e o cruzamento de escopos do quantificador *alguns* e da negação *não*.

Outro exemplo do segundo tipo de negação, o de negação de constituinte, é:

⟨17⟩ *A juíza avaliou as evidências inválidas.*

⟨17⟩ não significa /é falso que a juíza avaliou as evidências válidas/; tanto é que seria compatível que a juíza tivesse avaliado tanto as evidências válidas, quanto as inválidas<sup>19</sup>.

Os exemplos poderiam ser multiplicados, e ainda alguns casos especiais — como os que envolvem outros quantificadores, advérbios interferindo no campo da negação e ambiguidade — trariam problemas adicionais, mas que, dado o propósito deste trabalho, são dispensáveis.<sup>20</sup>

Tendo em conta esses dois tipos de negação, Ducrot (1973) afirma que a negação de sentença, com função contrastiva, emprega a atitude psicológica específica (referida no início desta subseção, em relação à oposição a uma afirmação antecedente) que se realiza por uma enunciação negativa (EN). Nesse sentido, essa espécie de EN deve ser encarada como uma modalidade de

<sup>19</sup> Sobre negação de itens lexicais sob processos morfológicos, veja-se por exemplo Jespersen ([1924]1934, subseção 24).

<sup>20</sup> Sob esses temas, vejam-se as considerações de Ducrot (1973, pp. 96-97) sobre especificamente *todos* e, adicionalmente, sobre um critério sintático paralelo (atribuído a Klima) — e, muito por conta dos artifícios associados, mais dispendioso do que o semântico que vimos — de identificação da negação de sentença e da negação de constituinte.

juízo, um ato de fala especial, e ainda como um ‘ato de negação’ (ou de ‘refutação’) que a negação de constituinte não pode ser.

Com essa caracterização concernente à negação de sentença enquanto ato de negação, Ducrot (1973) propõe chamá-la de ‘negação polêmica’, e reserva o nome ‘negação descritiva’ à negação de constituinte; contudo, se for possível haver eventualmente uma negação de sentença que não seja um ato de negação segundo a caracterização dada, também ela seria uma negação descritiva. E tendo reservado o termo ‘ato de negação’ só à negação polêmica, à negação descritiva o termo atribuído é ‘ato de afirmação de conteúdo negativo’ (confira-se DUCROT, 1973, p. 98)<sup>21</sup>. Um jeito auxiliar de aumentar a nitidez da diferença entre a negação polêmica e a negação descritiva é dizer que a primeira *está em oposição* a uma afirmação antecedente e a segunda *está orientada* a trazer informações.

Sob uma perspectiva enunciativa polifônica, Ducrot ([1984]1987) oferece uma elaboração adicional em relação ao fenômeno da negação. Desse ponto de vista, a análise recai no *enunciado* (enquanto observável), embora continue considerando a *sentença* (objeto teórico), visto que o primeiro é tomado como manifestação *hic et nunc* da segunda<sup>22</sup>.

O autor propõe a existência de “seres” do discurso com papéis enunciativos distintos (locutor origem do enunciado =  $\lambda$ ; locutor enquanto tal = L; enunciadores =  $E_1, E_2, E_3...$ ; podendo haver superposições entre eles).

TABELA 1: SERES DO DISCURSO

Símbolo	Descrição
$\lambda$	locutor origem do enunciado
L	locutor enquanto tal
$E_1, E_2, E_3...$	enunciadores

FONTE: DUCROT ([1984]1987).

Essa proposta vem como crítica à “teoria da unicidade do sujeito da enunciação” — teoria que diz: para cada enunciado, um sujeito homogêneo; confira-

<sup>21</sup> Veja-se Ducrot (1973, pp. 99-101) para uma análise escalar de pares de adjetivos antitéticos com as noções de negação descritiva e negação polêmica.

<sup>22</sup> Queira-se ver Ducrot ([1984]1987, p. 164 e páginas seguintes) para os detalhes dessa distinção.

se Ducrot ([1984]1987, p. 178). Ilustremos isso oferecendo mais detalhes a partir de um exemplo:

⟨18⟩ *Você está certo ao pensar assim, mas existe outro ângulo pelo qual olhar.*

$\lambda$  é relativo à origem do enunciado (exemplo: o Jorge), mas enquanto avatar ou contraparte do locutor empírico no discurso. L é o responsável pelo enunciado, e, se se tomar ⟨18⟩ como pertencente a uma conversação ordinária, L irá coincidir com  $\lambda$ , mas, se ⟨18⟩ estiver numa narrativa literária, por exemplo, essa coincidência não será absolutamente necessária (L, o locutor, é um narrador, ou ainda uma personagem, que não é necessariamente,  $\lambda$ , o autor).

Para cada uma das duas atitudes (ou opiniões, ou posições, ou pontos de vista) manifestas em ⟨18⟩ corresponde um E — E<sub>1</sub> para a atitude expressa nas duas primeiras orações, a segunda das quais reduzida (a posição de que um A está certo ao pensar de um modo X sobre um  $\alpha$ ); E<sub>2</sub> para a posição introduzida por *mas* (a opinião expressa por B de que existe um modo Y de pensar  $\alpha$ ). Aí, E<sub>2</sub> se assimila ao L, enquanto este se distancia da posição apresentada por E<sub>1</sub>; e este, no caso de ⟨18⟩, está assimilado ao interlocutor a quem o enunciado se dirige.

À luz dessa concepção, uma nova formulação de negação polêmica é oferecida (confira-se DUCROT, [1984]1987, p. 204)<sup>23</sup>. Explore-mo-la com exemplo. ⟨11⟩ — *Otávio não quer tomar café* —, que pode ilustrar também a negação polêmica enunciativa, expressa estas opiniões:

⟨11'⟩ E<sub>1</sub>: 'Otávio quer tomar café'

E<sub>2</sub>: 'não é verdade: Otávio não quer tomar café'

L se assimila a E<sub>2</sub>, e E<sub>1</sub>, originado por um enunciado anterior efetivo ou suposto, assimila-se a um X (a um interlocutor ou simplesmente a alguém indefinido

---

<sup>23</sup> Vamos colocar como “nova formulação” (em relação à negação polêmica) pela razão de que ela não cancela a formulação anterior, visto que ambas dizem respeito a níveis linguísticos distintos: a anterior é do nível sentencial e a nova é do nível enunciativo (realização *hic et nunc* do nível sentencial). Se assim for admitido, designe-se então simplesmente a primeira como ‘negação polêmica sentencial’ e a segunda como ‘negação polêmica enunciativa’. Isso é extensível ao tipo descritivo.

ou fonte indefinida), de modo que L ainda se apresenta como distanciado de  $E_1$ . Acionando a perspectiva sentencial anterior, veja-se que  $E_1$  é a contraparte enunciativa correspondente à afirmação antecedente que o ato de negação retoma para a ela se opor.

Situada no quadro teórico polifônico, tem-se também a ‘negação metalinguística’. Nela, não se trata de rechaçar precisamente um ponto de vista, mas sim de retificar termos de um enunciado efetivamente dito, atitude que se assimila ao L responsável por tal enunciado. Um exemplo é:

⟨19⟩ *O planeta Kwy não é grande, é enorme.*

Ainda, a negação metalinguística possibilita a negação explícita de pressupostos de enunciados positivos subjacentes:

⟨20⟩ *O planeta Kwy não pode ser enorme porque ele não existe.*

⟨20⟩ recusa explicitamente o pressuposto de que exista um planeta chamado Kwy, pressuposto que teria sido assumido por um enunciado efetiva e recentemente dito — ⟨19⟩, por exemplo —, pelo qual se responsabiliza o L a ele concernente. Assim, ⟨20⟩ pode ser analisado como tendo um  $E_1$  sustentando no posto (no expresso do enunciado) o pressuposto referido e um  $E_2$  (ligado à afirmação de que o planeta Kwy não existe) ao qual L, responsável pelo enunciado em questão, se assimila. Essa possibilidade de se dirigir à pressuposição semântica não é encontrada nos outros tipos de negação (negação polêmica e negação descritiva).

Em relação à negação descritiva, o critério especial ligado à visada enunciativa confere ênfase à atitude descritiva de um estado de coisas (confira-se DUCROT, [1984]1987, p. 204), e um destaque importante diz respeito à possibilidade de sua forma poder ser equivalente à apresentada pela negação polêmica, de modo então que sua vinculação com a negação de constituinte enquanto critério de sua definição no nível sentencial se enfraquece. Um caso de negação descritiva enunciativa pode ser

⟨21⟩ *Fernando não é doido.*

Ao descrever Fernando conferindo-lhe o atributo designado por *não é doido*, L supõe que “a posição do locutor no diálogo cristalizado subjacente à negação polêmica” (DUCROT, [1984]1987, p. 204) — e por isso a negação descritiva seria um derivado delocutivo da negação polêmica (*ib.*) — em relação a esse atributo é justificada. Ou seja, L de <21> concorda com um L, digamos, hipoteticamente responsável pela polemicidade que *não é doido* teoricamente encerrou num enunciado anterior, e enunciado anterior fora dos limites da situação atual da realização de <21>.

Uma maneira mais simples de entender a negação descritiva em <21> é focar o critério da descrição de um estado de coisas, que não se confunde com a oposição a um ponto de vista (ou opinião, ou posição) anteriormente dado.

Com as considerações desta subseção em mente, passemos a considerar a denegação psicológica.

## 2.2 ABORDAGEM DA DENEGAÇÃO PSICOLÓGICA

No nível enunciativo, Schäffer *et al* (2002) propõem tomar a denegação freudiana como uma negação polêmica na tipologia ducrotiana. Uma informação da qual partiremos para discutir o trabalho dos autores é a que segue abaixo, sobre a qual os apontamentos a serem feitos se restringirão aos pontos relevantes à dissertação:

Para definir a negação em lingüística, Ducrot parte de Freud. De acordo com sua interpretação, para o psicanalista, um enunciado  $\sim p$  é um travestimento para dizer, apesar da censura do supereu, um  $p$  correspondente a um pensamento inconsciente e proibido. Ducrot interpreta a descrição freudiana como um caso extremo do esquema geral da negação, o caso do locutor dividido: o enunciador E1 de  $p$  é uma instância inconsciente da personalidade do locutor; o enunciador E2 é identificado com outra instância dessa mesma personalidade. Uma personagem diferente do locutor faz alusão à asserção real ou virtual. O locutor atribui importância a essa situação, já que a assume, mas isso não implica que adere a ela fundamentalmente. Deve-se ler no enunciado  $\sim p$ , segundo Ducrot, uma imagem da enunciação em que esta última é ao mesmo tempo uma asserção de  $p$  e uma rejeição dessa asserção. (SCHÄFFER *et al*, 2002, p. 47.)

Aí, um problema possível e perigoso é a generalização de que toda negação é uma denegação freudiana<sup>24</sup>, generalização com a qual, entretanto, Schäffer *et al* (2002, pp. 48, 87) não estão de acordo. Vejamos o exemplo abaixo para em seguida falarmos da diferença entre negação e denegação:

⟨22⟩

A: *Quer um copo d'água?*<sup>25</sup>

B: *Não.*

A proposição negada é:

⟨22⟩

B': 'quero um copo d'água'

Como *p* em ⟨22 B'⟩ está insinuada em ⟨22 A⟩, uma das quatro cláusulas do princípio da unidade denegativa — cláusula (ii), isto é, a cláusula de que 'y (representação/proposição sob estado inconsciente suscetível a vir à consciência) vem à consciência por *associação livre* de F'<sup>26</sup> (falante) — é violada, e, havendo violação de qualquer uma das cláusulas do princípio, implica-se que não é o caso de denegação. Então, a negação em tela não é denegativa.

Schäffer *et al* (2002, p. 96) entendem que a denegação deve ter o que chamam de “coerência referencial” (coerência temática em relação aos enunciados que compõem a fala na qual a denegação aparece), que confere “adequação espaço-temporal” à denegação. Para os autores, a denegação também precisa ter o chamado “processo de antecipação”, que é a antecipação do falante em manifestar o ponto de vista “denegado”, ponto de vista que é atribuído pelo falante ao interlocutor, interlocutor que o falante responsabiliza pelo ponto de vista “denegado” (confira-se SCHÄFFER *et al*, 2002, pp. 80-81, 83, 87, 90, 98).

<sup>24</sup> Veja-se a definição específica da denegação freudiana na subseção 1.4.

<sup>25</sup> Com regularidade, os exemplos de que esta dissertação se utiliza envolvem atos linguísticos, interação entre falantes e modalidade verbal, aspectos esses que, para serem devidamente analisados, demandam teorias respectivas específicas; uma preocupação que escapa aos propósitos deste trabalho.

<sup>26</sup> Vejam-se os detalhes do princípio na subseção 1.4.



Ainda, os autores afirmam, quando há mais de uma denegação numa mesma fala, que as denegações assumiriam sentido a partir de uma “denegação central” (confira-se SCHÄFFER *et al*, 2002, p. 91), mas não apresentam um critério de identificação de tal denegação central em oposição às demais, limitando-se a dizer que é na denegação central que o retorno do recalcado está em questão. Ainda, embora se diga que possa haver mais de uma denegação numa mesma fala, os autores aparentemente se autocriticam em relação a essa possibilidade:

Em certo sentido, poder-se-ia afirmar que há tão somente uma denegação, já que não se configuram [...] duas denegações sobre temas diferentes. (SCHÄFFER *et al*, 2002, p. 91.)

Considerando isso, fazemos alguns questionamentos cuja motivação será conhecida adiante:

- (i) há ou não há possibilidade de mais de uma denegação numa mesma fala?;
- (ii) caso a resposta a essa pergunta seja negativa, por que não seria possível haver denegações numa mesma fala sobre temas diferentes?

As considerações de Schäffer *et al* (2002) não trazem subsídios para respostas conclusivas às questões (i) e (ii).

Prossigamos a partir de uma das falas com denegação que os autores reportam:

(A) É porque ele diz que mulher como eu tem na lata de lixo, que eu não presto e eu acho que de repente eu tenho essa visão de mim mesmo, porque se tu tá dentro de uma relação que isso te serve, faz parte do meu *show* tudo isso, então nessa parte eu já consegui assimilar bem que eu não, *eu não sou uma coitadinha, eu não sou uma infeliz*, eu permito, então eu permito, só que eu não sei se eu gosto dele. Quando eu me separei eu achei que eu não gostasse, no tempo, nos dois anos que nós ficamos separados eu senti que eu gostava dele, e agora eu não sei se minha necessidade é de tudo que ele me diz ou, ou eu gosto dele, ou eu gosto de um casamento que eu vi a minha mãe ser infeliz a vida toda e não se separou (34 anos, sexo feminino). (INFORMANTE A, reportado por SCHÄFFER *et al*, 2002, p. 90; grifo dos autores.)

Sem se considerar a negação prefixal (em *infeliz*), há oito negações nessa fala, seis das quais envolvendo conteúdos bem diferentes entre si, que podem ser assim sequencialmente isoladas:

⟨23⟩

- a. 'eu não presto'
- b. 'eu não sou uma coitadinha'
- c. 'eu não sou uma infeliz'
- d. 'eu não sei se eu gosto dele'
- e. 'eu não sei se minha necessidade é de tudo que ele me diz'
- f. '[minha mãe] não se separou'

Para os autores, o que seria denegativo na transcrição da fala que a citação direta mais acima traz é o que está em grifo, que corresponde a ⟨23 b-c⟩<sup>27</sup>. De fato os autores consideram que existam na fala reportada duas denegações (confira-se SCHÄFFER *et al*, 2002, p. 91), mas não explicitam:

- (iii) qual delas seria a central — se aquela que corresponde a ⟨23 b⟩ ou aquela que corresponde a ⟨23 c⟩ — e, por dependência disso, onde estaria o retorno do recalcado;
- (iv) como uma denegação assumiria sentido a partir da outra;
- (v) o que faria com que as outras negações — as que correspondem aos itens ⟨20 a⟩, ⟨20 d⟩, ⟨20 e⟩ e ⟨20 f⟩ — não sejam denegativos.

Possivelmente, os autores entendam que o sentido da negação ⟨23 c⟩ é tomado a partir do sentido da negação ⟨23 b⟩ — negações essas compreendidas numa relação de sentido que pode ser captada como sendo algo como: /se coitadinha, então infeliz, mas, nem coitadinha, nem infeliz/ —; e, por conta disso, ⟨23 b⟩ supostamente é a denegação central e, logo, a que traz o retorno do recalcado.

---

<sup>27</sup> As sentenças que correspondem a ⟨23 b-c⟩ surgem, na fala da Informante A, numa rede de modalidade verbal complexa. Elas são complementos de "eu já consegui assimilar bem que", cujos verbos *conseguir* e *assimilar* implicam atitudes proposicionais distintas que, dado o nosso objetivo, não serão discutidas.

Essas considerações ensaiam respostas para as questões (iii) e (iv). Resta fazer o mesmo em relação à questão (v).

Talvez os autores entendam que a negação <23 a> não é uma denegação por ela trazer uma ideia que teria sido enunciada pelo parceiro da informante; que as negações <23 d-e> não são denegativas porque elas expressam uma hesitação ('se *p* é o caso', em contraparte lógica); que a negação <23 f> não é uma denegação por se tratar da descrição de um estado de coisas concernente à mãe da informante, e não à própria informante.

Schäffer *et al* (2002, p. 91) afirmam também que a denegação central organizaria o sentido da fala como um todo, mas não explicitam como isso se daria. Adicionalmente, os autores não evocam a noção de associação livre como uma das condições necessárias da denegação propriamente freudiana.<sup>28</sup> O mais próximo dessa noção é o que eles chamam de "processo de antecipação".

Então, é de se considerar que Schäffer *et al* (2002) criam uma noção de denegação — denegação “schäfferiana”, digamos —, não correspondente à noção de denegação freudiana. Em recapitulação:

<G> Denegação “schäfferiana”.

- i. a denegação precisa de coerência referencial (temática);
- ii. a denegação precisa de adequação espaço-temporal;
- iii. a denegação precisa do processo de antecipação;
- iv. a denegação organiza o sentido da fala como um todo;
- v. quando há mais de uma denegação, uma é central;
- vi. quando há mais de uma denegação, a(s) não-central(is) assume(m) sentido a partir da central;
- vii. a denegação não depende da associação livre.

É de se notar que se deixou de arrolar em <G> o item correspondente à alternativa dos autores de considerarem que, em cada fala que contém denegação, há apenas uma denegação, alternativa essa que evidentemente é incompatível com pelo menos as propriedades <G v-vi>, que supõem a possibilidade de mais de uma denegação ocorrer numa fala. Também ficou de fora a questão de se tomar a

---

<sup>28</sup> Confira-se Schäffer *et al* (2002), especialmente as páginas 87, 99.

denegação como monotemática, porquanto os autores não explicitam como isso exatamente se daria.

Importa dizer que, considerando a noção de denegação com que Schäffer *et al* (2002) trabalham — a denegação schäfferiana —, é esta que seria uma especificidade de negação polêmica ducrotiana em nível enunciativo, e fica somente como hipótese que a denegação freudiana seja uma negação polêmica em nível enunciativo, hipótese essa que verificaremos adiante.

Isso dito, com a tipologia de negação que Ducrot (1973, [1984]1987) propõe, exposta na subseção anterior, será verificado a que tipo a denegação freudiana ( $\psi$ ) pertence. Não só em nível enunciativo, mas também em nível sentencial, iniciando-se por este último.

Partamos destas sínteses (a da denegação servirá para a discussão sobre o nível enunciativo também):

*Síntese da negação polêmica sentencial (SNPS):*

A 'negação polêmica' é um 'ato de negação' (uma negação sentencial especial com função contrastiva) que implica uma atitude psicológica específica ao se constituir como resposta oposta a uma sentença antecedente suposta ou efetivamente enunciada.

*Síntese da denegação (SD):*

A denegação é a negação de  $y$  (uma representação/proposição), de extração inconsciente, ligada a *je*, que chega à consciência como modo mediante o qual *moi* se defronta com  $y$ .

As condições que SNPS estabelece são:

SNPS':

- a. precisa ser uma negação sentencial;
- b. precisa ser uma resposta oposta a uma sentença antecedente, suposta ou efetivamente enunciada.

Tome-se a condição SNPS'b, tal como apresentada, como recobrindo os quesitos de que a negação polêmica sentencial tenha função contrastiva e de que

haja a atitude psicológica a que SNPS alude; ou seja, ambos esses aspectos como implicados na relação de oposição enunciativa.

Para checar se a denegação cumpre a condição SNPS'a — 'precisa ser uma negação sentencial' —, o critério S, que distingue a negação sentencial da negação de constituinte<sup>29</sup>, tem de ser aplicado à estrutura da denegação. Como os casos de denegação <4>-<6> têm respectivamente *y* isolada em <4'>-<6'><sup>30</sup>, e a propriedade relevante da denegação é 'negação (enunciada) de *y*', tome-se *y* em <4'>-<6'> com sua negação como se segue:

<4'> *Não quero dizer algo insultante.*

<5'> *Essa pessoa no sonho não é minha mãe.*

<6'> *Não é verdade que a nova ideia obsessiva poderia significar X ou Y.*

Acrescentem-se:

<24'> *De quem esse objeto me faz lembrar? Não sei, embora eu saiba que não é o Luís.*

<24'> 'esse objeto me faz lembrar do Luís'

<24'> *Esse objeto não me faz lembrar do Luís.*

Agora, submetamos <4'>-<6'> e <24'> respectivamente ao critério S:

/é falso que quero dizer algo insultante/;

/é falso que essa pessoa no sonho é minha mãe/;

/é falso que é verdade que a nova ideia obsessiva poderia significar X ou Y/;

/é falso que esse objeto me faz lembrar do Luis/.

<sup>29</sup> Critério S: Sendo X uma sentença contendo uma negação, e X' a mesma sentença sem a negação, tratar-se-á de negação sentencial se X significar /é falso que X'/; por consequência, tratar-se-á de negação de constituinte quando X não significar /é falso que X'/.

<sup>30</sup> <4> *Agora o senhor vai pensar que quero dizer algo insultante, mas realmente não tenho essa intenção.* <5> *O senhor pergunta quem pode ser essa pessoa no sonho. Não é minha mãe.* <6> *Arranjei uma nova idéia obsessiva, e ocorreu-me em seguida que ela poderia significar isso ou aquilo. Mas não; isso não pode ser verdade ou não teria ocorrido.* <4'> 'quero dizer algo insultante'. <5'> 'essa pessoa no sonho é minha mãe'. <6'> 'a nova ideia obsessiva poderia significar X ou Y'.

Com base nesse teste semântico, a denegação se enquadra como negação de sentença.

Antes de a condição SNPS'b ser considerada em relação à denegação, veja-se esta observação de Ducrot (1973) baseada em observações creditadas à escola de Oxford de filosofia da linguagem:

Com efeito, uma enunciação negativa se apresenta muito freqüentemente como oposta a uma afirmação prévia — que esta tenha sido efetivamente emitida pelo destinatário, ou que se lhe atribua ou que se suspeite que ela a subscreve. Assim, parece difícil anunciar a alguém *Pedro não é primo de Maria*, se ninguém antes tenha pretendido que ele o fosse. E se o destinatário do enunciado em questão não tinha nenhuma razão para crer nesse parentesco, pode com razão responder, em tom irônico ou mesmo agressivo: 'quem foi que disse isso?' (DUCROT, 1973, p. 95.)

Se se julgar válido o ponto de vista exposto na citação acima, e se se considerarem os casos <4">-<6"> e <24">, parece difícil não reconhecê-los como exemplos recobertos por essa afirmação. *A fortiori*, viu-se antes que o que justamente caracteriza a denegação é a oposição atualizada entre *je* (ao qual se assimila a sentença antecedente; no caso, não efetivamente enunciada) e *moi* (ao qual cabe a resposta oposta). Isso fica claro com a notação '[ *y* ]<sub>A</sub> [ ⊢ ~*y* ]<sub>B</sub>': no momento do domínio A, não se supõe enunciação linguisticamente realizada de *y* (aponta-se sua existência); em B, dá-se a enunciação linguística de *y*, de maneira negativa. Com B deflagrado, reconhece-se *a posteriori* a responsabilidade por *y* da parte de *je*, segundo o postulado metapsicológico que se tem por pressuposto teórico do qual partimos (veja-se o capítulo 1).

Agora, o nível enunciativo, especificamente polifônico. Partamos da síntese da negação polêmica enunciativa:

*Síntese da negação polêmica enunciativa (SNPE):*

A negação polêmica enunciativa coloca em cena pelo menos dois enunciadores ( $E_1$  e  $E_2$ ) antagônicos, tal que  $E_2$  traz uma opinião oposta à opinião que  $E_1$  veicula, estando L assimilado a  $E_2$  e afastado de  $E_1$ , e este assimilado a um X (a um interlocutor ou a alguém indeterminado ou fonte indeterminada) responsável pelo enunciado (efetivo ou suposto) de que  $E_1$  se origina.

Logo, as condições que SNPE impõe são:

SNPE':

- a. precisa existir ao menos  $E_1$  (opinião  $\alpha$ ) e  $E_2$  (opinião divergente/oposta a  $\alpha$ );
- b. é preciso que  $E_2$  se assimile a L (locutor projetado no enunciado);
- c. é preciso que  $E_1$  se assimile a um X.

Tomando, de um lado, as condições de SNPE' e, de outro, os termos resumidos em SD — *síntese da denegação* —, parece existir a compatibilidade entre os requisitos que caracterizam a negação polêmica enunciativa e os que definem a denegação. Propomos o que segue para captar essa correspondência:

TABELA 2: NEGAÇÃO POLÊMICA ENUNCIATIVA E DENEGAÇÃO

<i>Negação polêmica enunciativa</i>			<i>Denegação psicológica</i>
SNPE'a	opinião $\alpha$ , $E_1$	corresponde a	(i): $y$
	opinião oposta a $\alpha$ , $E_2$	corresponde a	(ii): $\sim y$
SNPE'b	$E_2$ assimilado a L	corresponde a	(ii) instanciado por <i>moi</i>
SNPE'c	$E_1$ assimilado a X	corresponde a	(i) de <i>je</i>

A noção de 'dupla enunciação' — referente a diálogos internos, ecos etc. (confira-se DUCROT, [1984]1987, p. 186) — ganha uma consistência não ignorável. Uma dupla enunciação corresponde a dois enunciadores distintos que podem corresponder tanto a dois indivíduos diferentes, quanto a duas instâncias diferentes do mesmo indivíduo, tal como se dá com *je* e *moi* na denegação: uma dupla enunciação se dá pelo par que *je* e *moi* formam, duas instâncias de um mesmo indivíduo. A crítica a uma certa "teoria da unicidade do sujeito da enunciação", tal como Ducrot ([1984]1987) articula, é mantida pela perspectiva psicológica que a denegação implica.

É esta teoria [da unicidade do sujeito da enunciação], 'um enunciado — um sujeito', que permite empregar a expressão 'o sujeito', pressupondo como uma evidência que há um ser único autor do enunciado e responsável pelo que é dito no enunciado. Então, se não se tem escrúpulo ou reticência para empregar esta expressão, é porque sequer se cogita colocar em dúvida a

unicidade da origem da enunciação. (DUCROT, [1984]1987, p. 178, grifo do autor.)

A hipótese de que a denegação é uma negação polêmica em nível enunciativo se confirma. Adicionalmente, a denegação também resulta uma negação polêmica em nível sentencial. Então, a denegação é uma especificidade de negação polêmica sentencial e uma especificidade de negação polêmica enunciativa.



### 3 TEORIA DAS ALTERNATIVAS RELEVANTES SCHAFFERIANA: CONSIDERAÇÕES LÓGICO-PRAGMÁTICAS

Apresentaremos aqui a teoria das alternativas relevantes de Schaffer (2001), como uma perspectiva a partir da qual a denegação psicológica será abordada na sequência.

#### 3.1 APRESENTAÇÃO DA TEORIA

A teoria das alternativas relevantes (doravante TAR) identifica o conhecimento com um estado de coisas evidente, o que supõe que todas as proposições alternativas relevantes para o conhecimento em questão são eliminadas<sup>31</sup>. Um indivíduo  $a$  sabe que  $p$  se, e somente se,  $p$  é verdadeira com todas as alternativas relevantes eliminadas. Uma alternativa é relevante por determinação contextual. Lewis (1996)<sup>32</sup> formula sete regras de como o contexto determina a relevância:

⟨H⟩ Regras de relevância.

i. Realidade/efetividade (*actuality*):

A alternativa que efetivamente se constitui é sempre relevante.

ii. Crença:

Qualquer alternativa em que  $a$  crê ou deve crer é sempre relevante.

iii. Semelhança:

Qualquer alternativa que salientemente se assemelhe com uma alternativa relevante é sempre relevante.

iv. Confiança:

---

<sup>31</sup> Os termos possibilidade (*possibility*) e alternativa (*alternative*) são intercambiáveis. Seguiremos com alternativa. Para designar o indivíduo de modo inespecífico, seguiremos com  $a$ .

<sup>32</sup> LEWIS, D. Elusive knowledge. *Australasian Journal of Philosophy* 74, 1996. pp. 549-567, citado por Schaffer (2001).

Alternativas relativas a erros de processos confiáveis (como a percepção, a memória, o testemunho) são anulavelmente (*defeasibly*) irrelevantes.

v. Método:

Alternativas relativas a erros na amostragem (*in sampling*) e por abdução são anulavelmente irrelevantes.

vi. Conservatividade (or. *conservatism*):

Alternativas que são convencionalmente ignoradas são anulavelmente irrelevantes.

vii. Atenção:

Qualquer alternativa explicitamente subjacente à discussão é sempre relevante.

Schaffer (2001) considera esse elenco como sendo as regras de ouro, regras que frequentemente seriam o suficiente a determinar se uma dada alternativa é relevante em dada ocasião.

Para Lewis, uma alternativa  $p$  é eliminada por  $a$  se, e somente se, a experiência perceptual e a memória de  $a$  de  $p$  não corresponderem exatamente à experiência perceptual efetiva e à memória efetiva de  $a$ . A experiência perceptual e a memória, para Lewis, são os meios de '*prova básica*'. Segundo a ideia geral de Lewis, as alternativas são eliminadas por orientação da prova básica de  $a$ , isto é, a prova básica é que responde pela eliminação das alternativas. E  $a$  sabe que  $p$  se, e somente se, as regras de relevância não selecionarem qualquer alternativa na qual  $p$  é falsa.

Para Schaffer (2001), a TAR deve se ocupar com o problema das 'pistas perdidas' (*missed clues*), que são "vistas" (o que não implica que sejam necessariamente reconhecidas como tais), mas não são tomadas como informações decisivas. Para ilustrar, o autor apresenta o seguinte exemplo.

Um professor A está testando um estudante B sobre ornitologia. A mostra a B um pintassilgo e pergunta: *Pintassilgo ou canário?* A pensa que essa seria uma primeira pergunta bem fácil, haja vista que os pintassilgos possuem asas pretas enquanto os canários possuem asas amarelas. B vê que as asas são pretas (esta é

a pista), mas B não considera que as asas pretas indicam um pintassilgo. Assim, B responde: *Eu não sei*.

B estaria seguro em eliminar a alternativa de que o pássaro em questão não é um canário se B soubesse que o pássaro em questão não é um canário. B estaria seguro em escolher a alternativa de que o pássaro é um pintassilgo se B soubesse que o pássaro em questão é um pintassilgo. Ainda, B estaria seguro em eliminar a alternativa de que o pássaro em questão não é um canário se B soubesse que o pássaro em questão é um pintassilgo. B estaria seguro em escolher a alternativa de que o pássaro é um pintassilgo se B soubesse que o pássaro em questão não é um canário.

A pista relevante no contexto desse caso é explícita (para A, pelo menos): as asas do pássaro que A mostra a B são pretas. B, no entanto, falha em relação à apreciação de tal pista. Importante notar que, se ‘os canários têm asas pretas’ fosse uma crença de B, por exemplo, e se a experiência perceptual e a memória de B não falhassem na realidade, B poderia responder *Canário*. Nas circunstâncias do teste, ‘o pássaro é um canário’ seria, então, uma alternativa relevante.

Uma consideração sobre crenças também seria possível para explicar o enunciado *Eu não sei* de B no teste. Se B crê, por razões que podemos ignorar, que os pintassilgos têm asas de uma cor que não a preta e que os canários têm asas de uma cor que não a preta, então B, face, de um lado, à pergunta *Pintassilgo ou canário?*, e, de outro, a um pássaro com asas pretas mostrado por A, tem a resposta *Eu não sei* como saída na ocasião, deixando o problema de não explicitar suas crenças na ocasião (é a partir da explicitação de crenças de *a* que a regra <H ii> pode ser aplicada, em oposição às crenças disposicionais de *a*).

Um argumento central de Schaffer (2001) é que a avaliação do problema das pistas é o paradigma da “falha de conhecimento”.

Para Lewis, o que deve explicar o fato de que B não sabe que o pássaro em questão é um pintassilgo é a possível existência de alguma alternativa não-eliminada relevante que implica que ‘o pássaro é um pintassilgo’ é falso. No entanto, tal alternativa no caso só pode ser ‘o pássaro é um canário’, já que a pergunta de A só permite a existência de duas alternativas para que uma das quais seja selecionada: ‘o pássaro é um pintassilgo’ ou ‘o pássaro é um canário’. No caso, a base que essa pergunta forma, e serve a B em sua resposta, não garante que B

responda por uma ou por outra das alternativas: o julgamento de B expressa a falha, em última análise, de escolha. Seu julgamento expressa a não-escolha em relação às alternativas disponíveis. Portanto, a alternativa ‘o pássaro é um canário’ é também eliminada.

Considerando que os canários possuem asas amarelas, a experiência perceptual de B no mundo dos canários (supondo que a experiência perceptual de B aí o faria ver asas amarelas) não corresponde à experiência perceptual de B na realidade do caso em tela. A pista para B no caso em questão então seria outra.

Tendo em conta o caso sob consideração, Schaffer (2001) propõe que o indivíduo procure uma consideração de relevância a gerar alguma alternativa a mais que, presume-se, se tornaria uma alternativa não-eliminada. Uma alternativa possível, por exemplo, consistiria em o canário assemelhar-se perfeitamente ao pintassilgo. Por hipótese, a referência de tal canário seriam espécimes geneticamente mudados ou ainda expressões pictóricas que representariam o canário de tal forma. Designemos essa alternativa como ‘o pássaro é um canário-como-pintassilgo’. Para Schaffer (2001), essa alternativa (gerada a mais) seria a única plausível para o caso em tela.

Contudo, essa alternativa, em relação ao contexto, é irrelevante — mesmo se se considera a regra de semelhança (regra  $\langle H \text{ iii} \rangle$ )<sup>33</sup>. Em tal contexto, A está testando se B pode identificar o que é pintassilgo e o que é canário, sendo que A está pressupondo que um canário se distingue claramente de um pintassilgo, a começar pela cor das asas de ambos. Essa pressuposição está presente, entre outras razões possíveis da pergunta que A faz. De fato, só estão em questão as alternativas ‘o pássaro é um pintassilgo’ e ‘o pássaro é um canário’. Isso, claro, se A quer dizer efetivamente o que a sua pergunta em valor de face veicula (não é, portanto, uma piada, não é um enigma, não é...). Caso contrário, outras alternativas para o caso em tela teriam de ser levantadas.

Isso posto, Schaffer (2001) se refere à alternativa ‘o pássaro é um canário-como-pintassilgo’ como sendo *uma hipótese cética* em relação à identificação ornitológica do caso em questão. E o teste que A realizou com B, mediante uma questão fácil, não levanta hipóteses céticas (ou alternativas céticas).

---

<sup>33</sup> O que se seguirá nesse sentido dará exemplo de casos em que essa regra de semelhança não se aplica generalizadamente, evitando também que em todo caso fosse relevante toda hipótese cética levantada (sobre hipótese cética já adiante).

Mas se se modificar a pergunta de *Pintassilgo ou canário?* para *Pintassilgo ou canário caprichosamente transvestido de pintassilgo?*, a alternativa cética ‘o pássaro é um canário-como-pintassilgo’ é agora uma hipótese relevante (irrelevante para o caso original) que o caso em tela levantaria.

Tendo essas considerações em mente, sigamos à discussão lógico-pragmática a propósito da denegação.

### 3.2 ABORDAGEM DA DENEGAÇÃO PSICOLÓGICA

Partamos do exemplo ⟨24⟩, repetido abaixo por comodidade e dividido em duas partes:

⟨25⟩

A: *De quem esse objeto te faz lembrar?*

B: *Não sei, embora eu saiba que não é o Luís,*

que tem por *y* (representação/proposição sob estado inconsciente suscetível a vir à consciência):

⟨25 B'⟩ ‘esse objeto me faz lembrar do Luís’,

cujas unidade denegativa — a combinação constituída pela negação (a serviço da denegação) com escopo sobre *y* — em questão é:

⟨25 B''⟩ *Esse objeto não me faz lembrar do Luís.*

E seja o delineamento do contexto relevante de ⟨25⟩ em relação a *y* como:

Ctx⟨25⟩ — contexto de ⟨25⟩:

Amigos reunidos (o Luís, a Natália, o Bruno e o César) que, numa brincadeira, fazem perguntas uns aos outros.

Nessa situação, o conjunto de ‘alternativas contextualmente relevantes’<sup>34</sup> que — deduz-se — estava à disposição de B antes de enunciar ⟨25 B⟩ face a ⟨25 A⟩ é (o conjunto de alternativas contextualmente relevantes relacionado com cada caso de denegação será designado com o termo *set*):

*Set*⟨25 B⟩ — conjunto de alternativas de ⟨25 B⟩:

- a. ‘esse objeto me faz lembrar do Luís’
- b. ‘esse objeto me faz lembrar da Natália’
- c. ‘esse objeto me faz lembrar do Bruno’
- d. ‘esse objeto me faz lembrar do César’

Note-se que ⟨25 B⟩ acima — ‘esse objeto me faz lembrar do Luís’ — constitui-se como uma das alternativas contextualmente relevantes, *set*⟨25 Ba⟩, o que inviabiliza que se tome ⟨25 B⟩ — *Não sei, embora eu saiba que não é o Luis* — como inequivocamente um caso de denegação.

Tal coincidência questiona que B em ⟨25⟩ tenha feito livre associação a partir de ⟨25 A⟩ — *De quem esse objeto te faz lembrar?* — para enunciar ⟨25 B⟩. A restrição pragmática, considerando-se o *cxt*⟨25⟩, que ⟨25 A⟩ estabelece para B permite a previsão dos membros do conjunto de alternativas contextualmente relevantes disponíveis para B antes que este enuncie ⟨25 B⟩. Em outros termos, se a suposta *y* (representação/proposição sob estado inconsciente suscetível a vir à consciência) for prevista no conjunto correspondente subjacente de alternativas contextualmente relevantes, *y* será na verdade apenas *p* (uma proposição qualquer que não a especial *y*).

Isso evidencia ainda mais que a forma da estrutura da denegação não é suficiente para que se tenha garantia de se tratar de fato de denegação.

Tome-se o exemplo ⟨4⟩ de denegação, dado por Freud ([1925a]1996), repetido abaixo (mas transposto agora para um contexto diferente), seguido, respectivamente, pelo isolamento de *y*, pela expressão da unidade denegativa

---

<sup>34</sup> Como a teoria de alternativas relevantes concebe a relevância segundo o contexto, será usado o termo ‘alternativa contextualmente relevante’.

correspondente, pelo delineamento do contexto relevante e, por fim, por alguns dos membros do conjunto subjacente de alternativas contextualmente relevantes:

⟨26⟩ *Agora o senhor vai pensar que quero dizer algo insultante, mas realmente não tenho essa intenção.*

⟨26'⟩ 'quero dizer algo insultante'

⟨26''⟩ *Não quero dizer algo insultante.*

Ctx⟨26⟩:

O falante (digamos A) e o “senhor” (B) se encontram subsequentemente ao encontro que tiveram no dia anterior, no qual A insultou B.

Set⟨26⟩:

- a. 'quero dizer algo insultante'
- b. 'quero pedir desculpas'
- c. 'estou arrependido'
- d. 'não fique aqui senão não responderei por mim'

Também aqui, pela coincidência de *set*⟨26 a⟩ com ⟨26'⟩, o caso ⟨26⟩ não pode ser entendido inequivocamente como um caso de denegação autêntica. Ainda, mesmo em situação terapêutica, é possível que a denegação seja só aparente, isto é, não autêntica.

Vejamos isso a partir de outro dos exemplos de Freud ([1925a]1996), antes mencionado, ⟨5⟩, aqui retomado, dividido em duas partes:

⟨27⟩

A: *Quem pode ser essa pessoa no sonho?*

B: *Não é minha mãe,*

Aí, a proposição *y* é:

⟨27'⟩ 'essa pessoa no sonho é minha mãe',

cujas unidades denegativas são:

⟨27''⟩ *Essa pessoa no sonho não é minha mãe,*

e delimitação do contexto relevante de ⟨27⟩:

Ctx⟨27⟩:

A é o terapeuta. B é o paciente, que, no caso, é conhecedor da teoria (que inclui uma atenção privilegiada à figura e função maternas, bem como à figura e função paternas) que respalda a condução do tratamento por parte de A.

Então, o conjunto de alternativas contextualmente relevante é<sup>35</sup>:

Set⟨27⟩:

- a. 'essa pessoa no sonho é minha mãe'
- b. 'essa pessoa no sonho é meu pai'

A suposta *y* coincide com a alternativa *set*⟨27 a⟩, fato que inviabiliza que ⟨27 B⟩ — *Não é minha mãe* — seja tomado como uma ocorrência de denegação autêntica.

Um caso análogo é o seguinte:

⟨28⟩

A: *Me diga: de qual brinquedo você mais gosta?*

B: *De qual brinquedo mais gosto? Certamente não é a roda-gigante.*

⟨28'⟩ 'o brinquedo de que mais gosto é a roda-gigante'

---

<sup>35</sup> Em geral, seria possível a menção a outras pessoas, familiares ou não, com as quais B teria representações afetivas importantes.



⟨28″⟩ *O brinquedo de que mais gosto não é a roda-gigante.*

Ctx⟨28⟩:

A e B estão conversando próximos à roda-gigante de um parque de diversão.

Set⟨28⟩:

- a. 'o brinquedo de que mais gosto é a roda-gigante'
- b. 'o brinquedo de que mais gosto é a montanha-russa'
- c. 'o brinquedo de que mais gosto é o carrossel'
- d. 'o brinquedo de que mais gosto é o *viking*'
- e. 'o brinquedo de que mais gosto é o chapéu mexicano'

A coincidência da proposição ⟨28⟩ com uma das alternativas contextualmente relevantes, *set⟨28 a⟩*, inviabiliza que ⟨28″⟩ seja tomado como um caso de denegação autêntica.

Esses apontamentos evidenciam a importância da situação pragmática quando a preocupação é identificar a denegação, a denegação autêntica. A perspectiva da teoria das alternativas relevantes se afigura um instrumento útil para essa tarefa. Com ela, é possível aumentar a segurança em se reconhecer a diferença entre uma falsa denegação e a verdadeira denegação.

Se a suposta *y* coincidir com um dos membros do conjunto subjacente correspondente de alternativas contextualmente relevantes, então *y* não é de fato *y*. Se a suposta *y* não coincidir com um dos membros do conjunto de alternativas contextualmente relevantes subjacente correspondente, então *y* é de fato *y*.

## 4 LÓGICA EPISTÊMICA MODAL HINTIKKIANA: SABER E CRENÇA

*Our theory [...] is designed to be applicable to what an individual human being believes (and knows), not to what a number of individuals are said to believe (and know).*

Hintikka ([1962]1969, p. 29)

A teoria lógica de Hintikka ([1962]1969) será apresentada, com base na qual a denegação será, em seguida, abordada.

### 4.1 APRESENTAÇÃO DA TEORIA

Hintikka ([1962]1969) introduz sua lógica epistêmica modal com o objetivo de formular e defender critérios explícitos de consistência para certos conjuntos de declarações (*statements*) epistêmicas, critérios de consistência comparáveis aos critérios de consistência estudados nos ramos estabelecidos da lógica.

Tais declarações se dividem entre as declarações de saber (*knowledge*) e as declarações de crença (*belief*)<sup>36</sup>. As formas dessas declarações são:

⟨I⟩ Formas das declarações epistêmicas<sup>37</sup>

- i. “*a* sabe que *p*”
- ii. “*a* sabe se *p*”
- iii. “*a* não sabe que *p*”
- iv. “*a* não sabe se *p*”
- v. “*a* crê que *p*”
- vi. “É possível, por tudo que *a* sabe, que *p*” /  
“Não se segue de que *a* sabe que não-*p*” /  
“É compatível com tudo que *a* sabe que *p*”
- vii. “É compatível com tudo que *a* crê que *p*”
- viii. “*p*, mas eu não creio que *p*”

<sup>36</sup> Exceto por definição em contrário, os pares ‘saber’ e ‘conhecimento’, ‘saber’ e ‘conhecer’, e ‘crer’ e ‘acreditar’ são termos epistêmicos sinônimos. Será feita opção pelo primeiro membro dos pares.

<sup>37</sup> O termo ‘epistêmico’ refere-se inespecificamente tanto a saber, quanto a crença.

- ix. “ $p$ , mas eu não sei se  $p$ ”<sup>38</sup>
- x. “Eu não sei se  $p$ ”
- xi. “Se ele sabe que  $p$ , então ele sabe que  $q$ ”
- xii. “Segue-se do que  $a$  sabe que  $p$ ”

‘ $a$ ’ simboliza um nome, pronome pessoal ou descrição definida referente a uma pessoa, e ‘ $p$ ’, uma proposição independente qualquer, cuja expressão linguística é exercida pela sentença.

O autor distingue ‘declaração’ de ‘sentença’, ainda que ressalve que, frequentemente, é possível desconsiderar essa distinção (confira-se HINTIKKA, [1962]1969, pp. 6-8).

A sentença declarativa, quando expressa, enunciada, escrita, é uma declaração, e esta tem valor de evento, é performativa. Enquanto a sentença é especificada ao ter suas palavras e a ordem destas especificadas, a especificação da declaração se dá pela especificação da pessoa que a profere e a ocasião em que profere. Contudo, seguindo o autor, é legítimo também que se tome por declaração o ato de pensar na sentença correspondente (sem enunciá-la).

Toma-se por ‘ocasião’ a situação que circunscreve o momento estrito da declaração ou declarações em ato contínuo, e uma nova ocasião se inaugura quando a mente muda ou entra em consideração um novo fato.

Para a teoria, a consideração de certos conjuntos de declarações se baseia numa única e mesma ocasião, para que as declarações sejam completamente comparáveis entre si, o que supõe que o lapso de tempo que as separa é irrelevante. Com essas observações em conta, um padrão de consistência lógica pode ser aplicável às declarações.

No momento em que as declarações estão sob consideração, não se permite o acréscimo de novos conhecimentos factuais. O acréscimo de conhecimento pode haver desde que ele seja consequência de implicações lógicas do que  $a$  sabe ou crê na ocasião sob consideração.

Se essas restrições não estiverem sendo observadas, a declaração do tipo  $\langle I \text{ i} \rangle$  — “ $a$  sabe que  $p$ ” — (declarada em dada ocasião) e a declaração do tipo  $\langle I \text{ iii} \rangle$  — “ $a$

---

<sup>38</sup>  $\langle I \text{ viii} \rangle$  e  $\langle I \text{ ix} \rangle$  são absurdas.

não sabe que  $p$  — (declarada tempos depois) poderiam, por exemplo, ser naturalmente compatíveis.

Um conjunto de declarações é *inconsistente* se, e somente se, tal conjunto não é *consistente*. A proposição  $p$  de uma declaração é *válida* se, e somente se, o conjunto  $\{\sim p\}$  é inconsistente.

O sistema notacional de Hintikka ([1962]1969) segue apresentado. A notação para os conectivos proposicionais (que são quatro) é:

⟨J⟩ Conectivos proposicionais.

- |                   |            |
|-------------------|------------|
| i. ‘&’            | “e”        |
| ii. ‘v’           | “ou”       |
| iii. ‘~’          | “não”      |
| iv. ‘ $\supset$ ’ | “se-então” |

No entanto, para que o mais convencional seja seguido, serão usados ‘ $\wedge$ ’ no lugar de ‘&’ e ‘ $\rightarrow$ ’ no lugar de ‘ $\supset$ ’ (o mesmo se fará em relação ao símbolo ‘ $\varepsilon$ ’ de Hintikka, apresentado mais abaixo, no lugar do qual será usado ‘C’).

Algumas expressões importantes recebem contraparte formalizada:

⟨K⟩ Contrapartes formalizadas.

- |                |  |
|----------------|--|
| i. “ $K_a$ ”   | “ $a$ sabe que”                          |
| ii. “ $B_a$ ”  | “ $a$ crê que”                           |
| iii. “ $P_a$ ” | “é possível, por tudo que $a$ sabe, que” |
| iv. “ $C_a$ ”  | “é compatível com tudo que $a$ sabe que” |

Os operadores epistêmicos são, portanto:

⟨L⟩ Operadores epistêmicos.

- |              |                |
|--------------|----------------|
| i. ‘ $K$ ’   | “sabe”         |
| ii. ‘ $B$ ’  | “crê”          |
| iii. ‘ $P$ ’ | “é possível”   |
| iv. ‘ $C$ ’  | “é compatível” |

Outros símbolos:

⟨M⟩ Outros símbolos.

- i. 'ε' relação de pertencimento
- ii.  $p, q, r, \dots, p_1, q_1, r_1, \dots, p_2, q_2, r_2, \dots$  proposições ou sentenças arbitrárias
- iii.  $\{p_1, p_2, p_3, \dots\}$  conjunto que consiste em  $p_1, p_2, p_3, \dots$
- iv.  $\lambda, \mu, \nu, \dots$  conjuntos arbitrários

⟨I ii⟩ — “ $a$  sabe se  $p$ ” — concebe-se como: “ $a$  sabe se  $p$ ” é verdadeiro se, e somente se, “ $a$  sabe que  $p$ ” é verdadeiro ou “ $a$  sabe que  $p$ ” é falso. Em notação:

⟨I ii'⟩ “ $K_a p \vee K_a \sim p$ ”

A negação de ⟨I ii'⟩, isto é, a negação de “ $a$  sabe se  $p$ ”, é:

⟨I iv'⟩ “ $\sim K_a p \vee \sim K_a \sim p$ ”

A notação de ⟨I iii⟩ — “ $a$  não sabe que  $p$ ” — é tipicamente “ $\sim K_a p$ ” se  $p$  é verdadeira (ou também quando se interpreta ‘ $p$ ’ como ‘ $p?$ ’, isto é, se  $p$  é o caso). Essa fórmula não seria a contraditória de ⟨I i⟩ — “ $a$  sabe que  $p$ ”. A negação nessa fórmula tem escopo sobre o operador epistêmico, e não sobre  $p$ . E essa fórmula apenas atesta o não conhecimento de  $a$  sobre  $p$ , não atestando a veracidade de  $p$ . Considerando isso, Hintikka ([1962]1969) propõe a seguinte notação para ⟨I iii⟩, que só é adequada se  $p$  é verdadeira:

⟨I iii'⟩ “ $p \wedge \sim K_a p$ ”

Embora não incluídas em ⟨I⟩, Hintikka ([1962]1969) estabelece as formas “ $a$  não crê que  $p$ ” e “ $a$  crê que não  $p$ ”, que serão elencadas em ⟨I⟩:

⟨I⟩ Formas das declarações epistêmicas.

xiii. “ $a$  não crê que  $p$ ”

xiv. “ $a$  crê que não  $p$ ”,

com as seguintes notações simbólicas formais:

$\langle \text{I xiii} \rangle$  “ $\sim B_a p$ ”

$\langle \text{I xiv} \rangle$  “ $B_a \sim p$ ”

A notação de  $\langle \text{I xi} \rangle$  — “Se ele sabe que  $p$ , então ele sabe que  $q$ ” — é:

$\langle \text{I xi} \rangle$  “ $K_a p \rightarrow K_a q$ ”

Essa fórmula, no entanto, indica que, de “ $K_a q$ ” (“ $a$  sabe que  $q$ ”), não é permitido inferir “ $K_a p$ ” (“ $a$  sabe que  $p$ ”) a partir da indicação de que  $q$  decorre logicamente de  $p$ , seguindo a relação estabelecida pela implicação lógica.

Como critério de consistência de um conjunto de sentenças que expressam proposições, o autor estabelece a regra abaixo (os marcadores do tipo “A.PKK\*” são do próprio Hintikka):

$\langle \text{A.PKK}^* \rangle$  Possibilidade e saber.

Se um conjunto  $\lambda$  de sentenças é consistente e se “ $K_a p_1$ ”  $\in \lambda$ , “ $K_a p_2$ ”  $\in \lambda, \dots$ , “ $K_a p_k$ ”  $\in \lambda$ , “ $P_a q$ ” (isto é, é possível, por tudo que  $a$  sabe, que  $q$ )  $\in \lambda$ , então o conjunto {“ $K_a p_1$ ”, “ $K_a p_2$ ”, ... “ $K_a p_k$ ”,  $q$ } é consistente também.

A expressão com “sabe” se justifica por  $a$  ter as evidências suficientes para  $p$ , ou simplesmente por  $a$  ter o direito de certeza que  $p$ , ou  $a$  ter evidências adequadas para  $p$ . Em todo caso,  $a$  se compromete com  $p$  e  $a$  está em posição de saber que  $p$ . Disso decorre que  $p$  seja necessariamente verdadeira. Uma implicação de “ $a$  sabe que  $p$ ”,  $\langle \text{I i} \rangle$ , é  $a$  estar certo de crer que  $p$  (de crer que  $p$  é o caso). Assume-se também que se “ $a$  sabe que  $p$ ”,  $a$  está em posição de defender que  $p$  é o caso.

Uma versão fraca da regra  $\langle A.PKK^* \rangle$  é obtida substituindo o conjunto  $\{“K_a p_1”, “K_a p_2”, \dots “K_a p_k”, q\}$  pelo conjunto  $\{p_1, p_2, \dots p_k, q\}$ :

$\langle A.PK^* \rangle$  Possibilidade e saber.

Se um conjunto  $\lambda$  de sentenças é consistente e se  $“K_a p_1” \in \lambda$ ,  $“K_a p_2” \in \lambda, \dots, “K_a p_k” \in \lambda$ ,  $“P_a q” \in \lambda$ , então o conjunto  $\{p_1, p_2, \dots p_k, q\}$  é consistente também.

Há ainda outra regra de consistência que será particularmente útil na subseção seguinte, por motivos que lá ficarão claros:

$\langle A.K \rangle$  (ou Lei de Parmênides) Saber.

Se  $\lambda$  é consistente e se  $“K_a p” \in \lambda$ , então  $\lambda + \{p\}$  é também consistente.

Hintikka ([1962]1969, p. 22) justifica que é tentado a chamar essa regra acima de “Lei de Parmênides” por presumir que ela se aproxima do pensamento de Parmênides, de quem cita: *“thou couldst not know that which is not (that is impossible) nor utter it”* e *“that which can be spoken and thought needs must be”*<sup>39</sup>.

Isso se liga à razoabilidade de que, tendo em mente a regra  $\langle A.K \rangle$ , ao se ter *“a sabe que p”*, se espera que *a*, numa única e mesma situação, não venha a negar que seja o caso que *p*. Inversamente, ao se ter *“a sabe que não p”*, se espera que *a*, numa única e mesma situação, não venha a negar que seja o caso que *“~p”*. Caso se negue que *“~p”* seja o caso, isto é, *“~~p”* é o caso, e seguindo o que estipula a regra  $\langle A.~~ \rangle$ , explicitada logo adiante, se *“~~p”* pertence a um conjunto  $\lambda$ , e se  $\lambda$  é consistente, então também é consistente um conjunto obtido de  $\lambda$  substituindo-se *“~~p”* por *“p”*.

As regras de consistência abaixo são estabelecidas tendo em conta os conectivos proposicionais:

$\langle A.\wedge \rangle$  Conjunção.

Se  $\lambda$  é consistente e se  $“p \wedge q” \in \lambda$ , então  $\lambda + \{p, q\}$  é também consistente.

<sup>39</sup> “você não poderia saber (conhecer) o que não é (isso é impossível), nem enunciá-lo” e “o que pode ser falado e pensado deve necessariamente ser” (tradução nossa). Em relação à denegação psicológica do ponto de vista filosófico, isso remete à observação que o hegeliano Hyppolite ([1954]1998, p. 895) faz dela: na denegação, apresenta-se o que se é à maneira do não ser.

$\langle A.v \rangle$  Disjunção.

Se  $\lambda$  é consistente e se " $p \vee q$ "  $\in \lambda$ , então  $\lambda + \{p\}$  ou  $\lambda + \{q\}$  é consistente (ou, ainda,  $\lambda + \{p, q\}$  também é).

$\langle A.\sim \rangle$  Negação.

Se  $p \in \lambda$  e " $\sim p$ "  $\in \lambda$ , então  $\lambda$  é inconsistente.

$\langle A.\sim \wedge \rangle$  Negação e conjunção.

Se " $\sim(p \wedge q)$ "  $\in \lambda$  e se  $\lambda$  é consistente, então assim o é o conjunto obtido de  $\lambda$  substituindo-se " $\sim(p \wedge q)$ " por " $(\sim p \vee \sim q)$ ".

$\langle A.\sim \vee \rangle$  Negação e disjunção.

Se " $\sim(p \vee q)$ "  $\in \lambda$ , e se  $\lambda$  é consistente, então assim o é o conjunto obtido de  $\lambda$  substituindo-se " $\sim(p \vee q)$ " por " $(\sim p \wedge \sim q)$ ".

$\langle A.\sim \sim \rangle$  Dupla negação.

Se " $\sim \sim p$ "  $\in \lambda$  e se  $\lambda$  é consistente, então assim o é o conjunto obtido de  $\lambda$  substituindo-se " $\sim \sim p$ " por  $p$ .

As fórmulas sujeitas a substituições nas regras  $\langle A.\sim \wedge \rangle$ ,  $\langle A.\sim \vee \rangle$  e  $\langle A.\sim \sim \rangle$  podem ser parte de fórmulas maiores. As regras  $\langle A.PKK^* \rangle$  e  $\langle A.K \rangle$ , juntas, acarretam:

$\langle A.PKK^* \rangle$  Possibilidade e saber +  $\langle A.K \rangle$  Saber

Se um conjunto  $\lambda$  de sentenças é consistente e se " $K_a p_1$ "  $\in \lambda$ , " $K_a p_2$ "  $\in \lambda$ , ..., " $K_a p_k$ "  $\in \lambda$ , " $P_a q$ "  $\in \lambda$ , então o conjunto  $\{p_1, p_2, \dots, p_k, K_a p_1, K_a p_2, \dots, K_a p_k, q\}$  é consistente também.

Substituindo-se nessa regra (e na simplificada  $\langle A.PK^* \rangle$ ) os operadores epistêmicos de *saber* e *possibilidade* pelos de *crença* e *compatibilidade*, as regras a seguir são obtidas:



⟨A.CBB\*⟩ Compatibilidade e crença.

Se um conjunto  $\lambda$  de sentenças é consistente e se " $B_a p_1$ "  $\in \lambda$ , " $B_a p_2$ "  $\in \lambda, \dots$ , " $B_a p_k$ "  $\in \lambda$ , " $C_a q$ "  $\in \lambda$ , então o conjunto  $\{p_1, p_2, \dots, p_k, "B_a p_1", "B_a p_2", \dots, "B_a p_k", q\}$  é consistente também.

⟨A.CB\*⟩ Compatibilidade e crença.

Se um conjunto  $\lambda$  de sentenças é consistente e se " $B_a p_1$ "  $\in \lambda$ , " $B_a p_2$ "  $\in \lambda, \dots$ , " $B_a p_k$ "  $\in \lambda$ , " $C_a q$ "  $\in \lambda$ , então o conjunto  $\{p_1, p_2, \dots, p_k, q\}$  é consistente também.

Se  $p$  é compatível com tudo aquilo em que  $a$  crê, então deve ser possível que  $p$  venha a ser o caso, sem conflitar com algo da totalidade do que  $a$  crê, isto é, sem que  $p$  faça  $a$  deixar de crer em alguma das crenças que já tem. As crenças podem ter natureza de convicção, compromisso, e então seriam crenças menos suscetíveis à persuasão racional, ou natureza de opinião, mais suscetíveis à persuasão racional.

Duas outras regras de consistência são apresentadas, para *saber* e *possibilidade*:

⟨A.~K⟩ Negação e saber.

Se  $\lambda$  é consistente e se " $\sim K_a p$ "  $\in \lambda$ , então  $\lambda + \{ "P_a \sim p" \}$  é consistente também.

⟨A.~P⟩ Negação e possibilidade.

Se  $\lambda$  é consistente e se " $\sim P_a p$ "  $\in \lambda$ , então  $\lambda + \{ "K_a \sim p" \}$  é consistente também.

Hintikka ([1962]1969, p. 32) passa a substituir as noções metalógicas de *(in)consistência* e *sentença válida* pelas noções que ele postula de *(in)defensibilidade* (*(in)defensibility*) e *sentença autossustentável* (*self-sustaining sentence*), o que conduz à necessidade de as regras acima serem reinterpretadas. Essa substituição não deve, contudo, ser absoluta: os termos anteriores valem de maneira mais restrita, enquanto os novos permitem uma maior abrangência.

E quando uma implicação como " $p \rightarrow q$ " é autossustentável, o autor diz que  $p$  *virtualmente* implica  $q$ . Quando  $p$  *virtualmente* implica  $q$  e  $q$  *virtualmente* implica  $p$ ,  $p$  e  $q$  são *virtualmente equivalentes*.

A característica geral das declarações indefensáveis é que sua verdade depende da falha de  $a$  em seguir suficientemente as implicações do que  $a$  sabe (ou também do que crê). Por esse ensejo, é de se dizer que a teoria de Hintikka ([1962]1969) não se aplica diretamente ao que é verdadeiro ou falso no mundo real (*actual*). Ela claramente se refere à verdade ou falsidade de declarações num mundo no qual todos seguem, tanto quanto o possível, as consequências lógicas do que sabem.

Como  $\langle N \rangle$  e  $\langle O \rangle$  mostram abaixo, a noção de sentença autossustentável e a noção de sentença defensável têm propriedades a respeito da relação entre verdade e mundos:

$\langle N \rangle$  Sentença autossustentável.

i. é verdadeira em todos os mundos (semelhantes)

$\langle O \rangle$  Sentença defensável.

i. é verdadeira em pelo menos um dos mundos (semelhantes)

A aplicação da teoria a declarações reais no mundo real é orientada pela suposição de que o mundo real é um dos mais possivelmente conhecíveis entre todos os mundos possíveis. Indicar a semelhança entre o mundo real e outros mundos possíveis serve ao propósito de chamar a atenção para a consequência do que as pessoas sabem.

Hintikka ([1962]1969) relaciona a noção de declaração válida com a de verdade lógica, e a noção de consequência lógica com a de acarretamento. As verdades lógicas são verdades que se podem saber sem qualquer informação factual.

Um conjunto de sentenças  $\lambda$  pode se mostrar indefensável mediante as regras  $\langle A.\sim \rangle$ ,  $\langle A.\wedge \rangle$ ,  $\langle A.\vee \rangle$ ,  $\langle A.\sim\sim \rangle$ ,  $\langle A.\sim\wedge \rangle$ , e  $\langle A.\sim\vee \rangle$ , se, e somente se, ele não puder se incorporar em um conjunto de sentenças  $\mu$  que satisfaz as condições seguintes:

$\langle C.\sim \rangle$  Negação.

Se  $p \in \mu$ , então não " $\sim p$ "  $\in \mu$ .

$\langle C.\wedge \rangle$  Conjunção.

Se " $p \wedge q$ "  $\in \mu$ , então  $p \in \mu$  e  $q \in \mu$ .

$\langle C.\vee \rangle$  Disjunção.

Se " $p \vee q$ "  $\in \mu$ , então  $p \in \mu$  ou  $q \in \mu$  (ou ambos).

$\langle C.\sim\sim \rangle$  Dupla negação.

Se " $\sim\sim p$ "  $\in \mu$ , então  $p \in \mu$ .

$\langle C.\sim\wedge \rangle$  Negação e conjunção.

Se " $\sim(p \wedge q)$ "  $\in \mu$ , então " $\sim p$ "  $\in \mu$  ou " $\sim q$ "  $\in \mu$  (ou ambos).

$\langle C.\sim\vee \rangle$  Negação e disjunção.

Se " $\sim(p \vee q)$ "  $\in \mu$ , então " $\sim p$ "  $\in \mu$  e " $\sim q$ "  $\in \mu$ .

Hintikka ([1962]1969) propõe chamar de conjuntos-modelo os conjuntos de sentenças que satisfaçam as condições acima. As regras acima apresentam propriedades formais que se constituem muito bem como contraparte formal de descrição de um estado de coisas possível.

Assim,  $\lambda$  é consistente se, e somente se, existe um estado de coisas possível em que todos os membros de  $\lambda$  são verdadeiros; dito de outro modo, se, e somente se, existe uma descrição consistente de um estado de coisas possível. O autor salienta que a validade dessa formulação se dá pela consideração da ausência de constantes lógicas diferentes dos conectivos proposicionais  $\wedge$ ,  $\vee$ ,  $\sim$ .

Seja  $\mu$  uma descrição de um estado de coisas possível, e " $P_a p$ "  $\in \mu$ ; ou seja, considere-se um estado de coisas possível  $\mu$  em que, por tudo que  $a$  sabe, é possível que  $p$ . Como a descrição de um estado de coisas possível não é idêntica a tal estado de coisas, Hintikka ([1962]1969) propõe chamar a descrição em questão de *alternativa a  $\mu$*  em relação a  $a$ . Às vezes, contudo, o próprio estado de coisas será dito uma alternativa à descrição correspondente. Segundo o autor, a condição a seguir é imposta a um conjunto-modelo  $\mu$ .

Se " $P_a p$ "  $\in \mu$ , então há pelo menos uma alternativa  $\mu^*$  a  $\mu$  (com relação a  $a$ ) tal que  $p \in \mu^*$ .

O autor chama de *sistema-modelo* um conjunto de conjuntos-modelos. A condição formulada para essa noção é:

$\langle C.P^* \rangle$  Possibilidade.

Se " $P_a p$ "  $\in \mu$  e se  $\mu$  pertence a um sistema-modelo  $\Omega$ , então há em  $\Omega$  pelo menos uma alternativa  $\mu^*$  a  $\mu$  (com relação a  $a$ ) tal que  $p \in \mu^*$ .

A condição  $\langle C.P^* \rangle$  garante a possibilidade de que  $p$ . Tudo que  $a$  sabe na situação que  $\mu$  descreve,  $a$  também deve saber na situação que  $\mu^*$  descreve. A condição que se segue tem de ser imposta aos conjuntos-modelo de um dado sistema-modelo.

$\langle C.KK^* \rangle$  Saber.

Se " $K_a q$ "  $\in \mu$  e se  $\mu^*$  é uma alternativa a  $\mu$  (em relação a  $a$ ) em algum sistema-modelo, então " $K_a q$ "  $\in \mu^*$ .

A condição trivial abaixo também deve ser imposta a conjuntos-modelo.

$\langle C.K \rangle$  Saber.

Se " $K_a p$ "  $\in \mu$ , então  $p \in \mu$ .

As condições que seguem são correlatas às  $\langle A.\sim K \rangle$  e  $\langle A.\sim P \rangle$ , vistas anteriormente:

$\langle C.\sim K \rangle$  Negação e saber.

Se " $\sim K_a p$ "  $\in \mu$ , então " $P_a \sim p$ "  $\in \mu$ .

$\langle C.\sim P \rangle$  Negação e possibilidade.

Se " $\sim P_a p$ "  $\in \mu$ , então " $K_a \sim p$ "  $\in \mu$ .

Tendo em mente essas considerações, a denegação psicológica será abordada.

## 4.2 ABORDAGEM DA DENEGAÇÃO PSICOLÓGICA

Capítulos atrás, explicitamos que a denegação ( $\psi$ ) é formalmente:

$$\begin{aligned} \psi: \\ [y]_A [\vdash \sim y]_B \\ je(A) \\ moi(B), \end{aligned}$$

em que  $[ ]_A$  é condição lógica de  $[ ]_B$ .  $\vdash$  é tomado como símbolo de enunciação.  $y$  (representação/proposição sob estado inconsciente suscetível a vir à consciência) no domínio  $[ ]_A$  não supõe enunciação.  $y$  é enunciada no domínio  $[ ]_B$  como  $\sim y$ .  $[ ]_A$  é domínio de *je*.  $[ ]_B$  é domínio de *moi*.

Vimos também que o inconsciente é um saber particular, um conjunto de proposições válidas inconscientes, porquanto fundamentalmente nele não há: contradição, negação, dúvida/incerteza. Que *je* é responsável pelo recalcado retornar, que no caso é  $y$ . Que o responsável pelos julgamentos conscientes é *moi*, que é a sede dos enganos, da contradição, da negação, da dúvida/incerteza.

Essas são entidades com caráter evidentemente epistêmico. É preciso não perder de vista essas entidades e suas propriedades para avançar, que funcionam como pressupostos teóricos nesta discussão. Contudo, não nos furtaremos em acusar, se for o caso, comportamentos inconsistentes a partir da aplicação da teoria hintikkiana em relação à denegação.

O símbolo  $a$  da lógica modal adotada — que representa um indivíduo — será bipartido em  $je$  e  $moi$  quando o interesse for o de referir a uma ou a outra dessas duas instâncias em particular. Essa medida segue as consequências dos

pressupostos teóricos acima mencionados. É de se ficar claro que sempre se tratará de um único e mesmo indivíduo físico.

Assume-se ainda, como sendo uma concepção filosófica de base, a crítica à unicidade do sujeito da enunciação do linguista Ducrot, aqui retomada:

É esta teoria [da unicidade do sujeito da enunciação], ‘um enunciado — um sujeito’, que permite empregar a expressão ‘o sujeito’, pressupondo como uma evidência que há um ser único autor do enunciado e responsável pelo que é dito no enunciado. Então, se não se tem escrúpulo ou reticência para empregar esta expressão, é porque sequer se cogita colocar em dúvida a unicidade da origem da enunciação. (DUCROT, [1984]1987, p. 178, grifo do autor.)

Fique também estabelecido que  $y$  no domínio ‘[ ]<sub>B</sub>’ tem estatuto metalógico de declaração e  $y$  no domínio ‘[ ]<sub>A</sub>’ tem estatuto metalógico de proposição. E seja

$\xi$  = o conjunto de proposições do inconsciente;

$\tau$  = o conjunto de proposições ou sentenças de *moi*;

$\varphi$  = o conjunto de declarações (o que de  $\tau$  é declarado) de *moi*.

O estatuto epistêmico de saber e o estatuto epistêmico de crença serão estabelecidos a partir de relações lógicas somente entre  $\xi$ ,  $\tau$  e  $\varphi$ . A caracterização assumida para o inconsciente tem estatuto necessariamente de saber. Será em relação e em oposição a essa caracterização que o estatuto de crença e de saber aos membros de  $\tau$  e  $\varphi$  será conferido. Com esse critério simples (simples por se basear na relação entre conjuntos pré-definidos tendo por referência definidora o conjunto  $\xi$ , de estatuto epistêmico invariável), a previsão da distribuição dos estatutos epistêmicos é posta abaixo:

⟨P⟩ Distribuição dos estatutos epistêmicos.

- i. se “ $p$ ” em  $\xi$ , e se “ $p$ ” em  $\tau$  (e em  $\varphi$ ), então “ $p$ ” em  $\tau$  (e em  $\varphi$ ) é um saber também em  $\tau$  (e em  $\varphi$ ), além de uma crença em  $\tau$  (e em  $\varphi$ ).
- ii. se “ $p$ ” em  $\xi$ , e se “ $\sim p$ ” em  $\tau$  (e em  $\varphi$ ), então “ $\sim p$ ” em  $\tau$  (e em  $\varphi$ ) não é um saber, mas uma crença.

Na denegação, e com base em ⟨P⟩, tem-se basicamente:

$$“B_{moi} \sim y \wedge K_{je} y”,$$

em que *moi* crê que  $\sim y$  ao mesmo tempo que *je* sabe que  $y$ .

Em relação a isso, a seguinte formulação, do ponto de vista da consistência, pode ser feita:

Se  $\tau$  é consistente, e se “ $B_{moi} \sim y$ ”  $\in \tau$ , então  $\tau + \{\sim y\}$  é consistente também.

Se  $\xi$  é consistente, e se “ $K_{je} y$ ”  $\in \xi$ , então  $\xi + \{y\}$  é consistente também.

Isso porque se trata de dois conjuntos de base ( $\tau$  e  $\xi$ ). Contudo:

Se um conjunto  $\pi = \{\tau + \xi\}$ , e se “ $\sim y$ ”  $\in \tau$ , e se “ $y$ ”  $\in \xi$ , então  $\pi$  é inconsistente.

Em relação a  $\tau$ , “ $\sim y$ ” pode ser defensável. Em relação a  $\pi$ , “ $\sim y$ ” não pode ser defensável. Portanto, “ $\sim y$ ” é não-autossustentável. No entanto, há um conjunto de mundos possíveis em que “ $y$ ” pode ser autossustentável. Nesse caso, “ $y$ ” poderia ser defensável em relação a  $\tau$  e seria defensável em relação a  $\pi$ . Esse conjunto de mundos possíveis concerne à aceitação afetiva de  $y$ <sup>40</sup>.

É preciso teoricamente supor a *possibilidade* de aceitação afetiva de  $y$  e supor a *efetiva* aceitação afetiva de  $y$ . Há pelo menos uma condição lógica entre a realização da denegação, numa ocasião, e a aceitação afetiva de  $y$ , em outra ocasião. Para que efetivamente *moi* aceite afetivamente  $y$  depois de *moi* ter negado  $y$ , *moi* precisa considerar possível que  $y$  seja o caso:

$$“P_{moi} y”,$$

ou seja: “por tudo que *moi* sabe, é possível que  $y$ ”. E:

---

<sup>40</sup> Como foi estabelecido na subseção 1.4, os tipos de aceitação de  $y$  se dividem em duas categorias, uma negativa — que subsume o tipo: “aceitação parcial”  $\rightarrow$  “aceitação intelectual”: “ $\sim y$ ” (tipo freudiano) — e outra categoria positiva — que subsume dois tipos: “aceitação parcial”  $\rightarrow$  “aceitação intelectual”: “ $\sim \sim y$ ” (tipo hyppolitiano); e “aceitação efetiva”  $\rightarrow$  “aceitação afetiva”: “ $y$ ” (tipo freudiano).

Se o conjunto  $\tau$  for um conjunto-modelo<sup>41</sup>, e se " $P_{moi}y$ "  $\in \tau$ , então haverá pelo menos uma alternativa  $\tau^*$  a  $\tau$  (com relação a  $a$ ) tal que  $y \in \tau^*$ .

Ainda, a condição  $\langle C.P^* \rangle$ <sup>42</sup> garante a possibilidade de que  $y$ :

Se " $P_{moi}y$ "  $\in \tau$  e se  $\tau$  pertence a um sistema-modelo  $\Omega$ , então há em  $\Omega$  pelo menos uma alternativa  $\tau^*$  a  $\tau$  (com relação a  $a$ ) tal que  $y \in \tau^*$

Mas, antes de considerar que é *possível*, por tudo que *moi* sabe, que  $y$ , é possível considerar que é *compatível*, por tudo em que *moi* crê, que  $y$ :

" $C_{moi}y$ "

Ambas as fórmulas — " $C_{moi}y$ " e " $P_{moi}y$ " — são supostas não só na aceitação afetiva, mas também na aceitação positiva intelectual. Porém, é de se dizer que esta última aceitação não leva a

" $K_{moi}y$ "

— *moi* sabe que  $y$  — sem antes passar pela aceitação afetiva, mas nada impede que leve a

" $B_{moi}y$ "

— *moi* crê que  $y$ .

Esse tópico se relaciona ao fato de que, como afirma Hintikka ([1962]1969), uma declaração pode mudar de verdadeira a falsa, ou de falsa a verdadeira, com base em relações lógicas sem transmitir qualquer informação nova.

<sup>41</sup> Um conjunto de sentenças que satisfaça as condições  $\langle C.\sim \rangle$ ,  $\langle C.\wedge \rangle$ ,  $\langle C.\vee \rangle$ ,  $\langle C.\sim\sim \rangle$ ,  $\langle C.\sim \rangle$  e  $\langle C.\sim\vee \rangle$  (veja-se subseção anterior).

<sup>42</sup> Se " $P_ap$ "  $\in \mu$  e se  $\mu$  pertence a um sistema-modelo  $\Omega$ , então há em  $\Omega$  pelo menos uma alternativa  $\mu^*$  a  $\mu$  (com relação a  $a$ ) tal que  $p \in \mu^*$ .



Ainda, é de se considerar a incompatibilidade que declarações feitas numa única e mesma ocasião estabelecem. Essa incompatibilidade pode ser assim ilustrada:

$$“B_{moi\sim}y \wedge B_{moi}y”$$

Isso se “ $B_{moi\sim}y$ ” e “ $B_{moi}y$ ” são declaradas numa única e mesma ocasião. Como a teoria lógica que está sendo manipulada define que as aplicações precisam ter por pressuposto uma única e mesma ocasião, é assim que se reconhece a incompatibilidade que a fórmula acima ilustra. Quando declaradas em ocasiões distintas, não se tem caso de incompatibilidade. Veja-se isso por ensejo do caso <27> de denegação, repetido abaixo:

<29>

A: *Quem pode ser essa pessoa no sonho?*

B: *Não é minha mãe.*

Nessa ocasião, a declaração de B é “ $B_{moi\sim}y$ ”. Tempos depois, B reencontra

A:

<30>

A: *Olá.*

B: *Boa tarde. O senhor havia me perguntado quem poderia ser a pessoa no sonho que lhe contei, e agora vejo que me apressei em responder na ocasião.*

A: *E então?*

B: *É minha mãe.*

A ocasião de <30> impõe a exigência de outro conjunto de mundos em contraste com o conjunto de mundos concernente à ocasião de <29>. E isso se daria ainda que a situação fosse a mesma — <29> e <30> como unicamente <29> —, já que se tem mudança de estado mental de B em relação a  $y$  — daquele que se infere do turno de fala de B em <29> para aquele que se infere do segundo turno de B em <30>

—, o que faria da única e mesma suposta situação ser composta por duas ocasiões, segundo a definição de ocasião dada na subseção anterior.

No segundo turno de B em  $\langle 30 \rangle$ , trata-se de “ $B_{moi}y$ ”. Está em questão um dos tipos de aceitação positiva de  $y$  (sendo que terá de ser o tipo de aceitação afetiva para que  $y$  seja autossustentável). A fórmula básica é:

$$“B_{moi}y \wedge K_{je}y”$$

Então:

Se  $\tau$  é consistente, e se “ $B_{moi}y$ ”  $\in \tau$ , então  $\tau + \{y\}$  é consistente também.

Se  $\xi$  é consistente, e se “ $K_{je}y$ ”  $\in \xi$ , então  $\xi + \{y\}$  é consistente também.

Se um conjunto  $\pi$  é  $\{\tau + \xi\}$ , e se “ $y$ ”  $\in \tau$ , e se “ $y$ ”  $\in \xi$ , então  $\pi$  é consistente,

ou ainda:

Se um conjunto  $\pi$  é  $\{\tau + \xi\}$ , e se “ $B_{moi}y$ ”  $\in \tau$ , e se “ $K_{je}y$ ”  $\in \xi$ , então  $\pi$  é consistente.

Aí, “ $y$ ” pode ser defensável em relação a  $\tau$  e em relação a  $\xi$ . Portanto, “ $y$ ” pode ser autossustentável em relação a  $\pi$ .

A notação referente à declaração  $\langle I \text{ iii} \rangle$  — “ $a$  não sabe que  $p$ ” — também serve ao propósito de explicitar, formalizando, a realidade epistêmica da denegação:

$$“y \wedge \sim K_{moi}y”,$$

em que, sendo  $y$  verdadeira,  $moi$  não sabe que  $y$ . Nesse caso, a condição  $\langle C. \sim K \rangle$ <sup>43</sup> precisa ser observada:

$$\text{Se “}\sim K_{moi}y” \in \tau, \text{ então “}P_{moi}\sim y” \in \tau.$$

---

<sup>43</sup> Se “ $\sim K_a p$ ”  $\in \mu$ , então “ $P_a \sim p$ ”  $\in \mu$ .

Note-se, porém, que "a possibilidade de que  $\sim y$ " só se mantém quando não há evidências de que "é possível que  $y$ ".

Também de auxílio formal é a notação da forma  $\langle I \text{ xiii} \rangle$  — " $a$  não crê que  $p$ " — em relação à denegação:

$$"\sim B_{moi}y",$$

melhor reescrita como

$$"y \wedge \sim B_{moi}y",$$

que traz uma implicação lógica:

$$"y \wedge \sim B_{moi}y" \rightarrow "y \wedge \sim K_{moi}y",$$

Então, na denegação *moi* nem crê, nem sabe que  $y$ .

Estas declarações —  $\langle I \text{ viii} \rangle$  " $p$ , mas eu não creio que  $p$ " e  $\langle I \text{ ix} \rangle$  " $p$ , mas eu não sei se  $p$ " —, ditas absurdas, podem ser expressões de um dos tipos de aceitação de  $y$ , a aceitação positiva parcial intelectual (tipo hyppolitiano). Isso porque, negar a negação de  $y$  não implica que  $y$  seja aceita afetivamente.

A Lei de Parmênides —  $\langle A.K \rangle$ : se  $\lambda$  é consistente e se " $K_a p$ "  $\in \lambda$ , então  $\lambda + \{p\}$  é também consistente — também será útil em relação à denegação. Isso porque ela se relaciona aos pensamentos de Parmênides segundo os quais: não se poderia saber (conhecer) o que não é (isso é impossível), nem enunciá-lo, e o que pode ser falado e pensado deve necessariamente ser.

Na denegação, por que se enunciaria  $\sim y$  considerando que  $y$  tem sua origem no próprio falante, isto é, considerando-se que  $y$  não é insinuada, sugerida, induzida por nada, nem por outrem, sendo  $y$  oriunda do próprio falante? Se o falante pensa e fala  $y$ ,  $y$  deve necessariamente ser, a despeito da maneira negativa de  $y$  ser enunciada.

Considerando as combinações epistêmicas presentes na denegação, sua fórmula é:

$$“(y \wedge \sim B_{moi}y) \rightarrow (y \wedge \sim K_{moi}y) \wedge (B_{moi}\sim y) \wedge (K_{je}y)”,$$

em que, sendo  $y$  verdadeira,  $moi$  não crê que  $y$ ; o que acarreta  $moi$  não saber que  $y$ ; e  $moi$  crer que  $\sim y$ ; enquanto  $je$  sabe que  $y$ . A inconsistência aí presente é a que a fórmula menor “ $B_{moi}\sim y$ ” expressa. As fórmulas menores no interior das quais a negação tem escopo sobre o operador epistêmico não expressam inconsistência porque elas apenas atestam o não conhecimento (na ordem da crença ou do saber) de  $moi$  sobre  $y$ , e quem o sabe é  $je$ , outra instância do sujeito. Contudo, segundo a regra  $\langle A.\sim K \rangle$ <sup>44</sup>:

Se  $\varphi$  é consistente e se “ $\sim K_{moi}y$ ”  $\in \varphi$ , então  $\varphi + \{“P_{moi}\sim y”\}$  é consistente também.

Ou seja, se o conjunto de declarações  $\varphi$  é consistente e se uma declaração em que se expressa que  $moi$  não sabe que  $y$  é uma declaração que pertence ao conjunto  $\varphi$ , então, se adicionando a  $\varphi$  a declaração na qual se expressa que é possível, por tudo que  $moi$  sabe, que não  $y$ , o conjunto obtido é consistente também. Mas a possibilidade de que não  $\sim y$  só é mantida quando não há evidências de que é possível que  $y$ .

---

<sup>44</sup> Se  $\lambda$  é consistente e se “ $\sim K_a p$ ”  $\in \lambda$ , então  $\lambda + \{“P_a \sim p”\}$  é consistente também.

## 5 PRAGMÁTICA DASCALIANA: PSICO, SÓCIO E ONTOPRAGMÁTICA

Na subseção abaixo, a pragmática de Dascal será apresentada, para na sequência a denegação ser abordada por ela.

### 5.1 APRESENTAÇÃO DA TEORIA

Dascal propõe dividir a pragmática — a pragmática que ele teoriza e pratica — em três domínios complementares com relativa autonomia entre si: a sociopragmática, voltada ao uso da linguagem (qualquer que seja) para propósitos comunicativos ou sociais; a psicopragmática, a se ocupar com o uso cognitivo associal da linguagem; e a ontopragmática, interessada nos fundamentos existenciais da e na linguagem.

TABELA 3: RAMOS DA PRAGMÁTICA

SOCIOPRAGMÁTICA	PSICOPRAGMÁTICA
Investiga os usos sociais, voltados para o outro, dos sistemas semióticos.	Investiga os usos mentais, 'privados', dos sistemas semióticos.
Ex.: os usos comunicativos da linguagem.	Ex.: o uso da linguagem em um raciocínio (silencioso).
Esses usos têm que se basear em regras e contextos (públicos) compartilhados, a fim de garantir a compreensibilidade.	Esses usos podem se basear em regras e contextos idiossincráticos (privados) acessíveis somente ao 'pensante'.
ONTOPRAGMÁTICA	
Investiga o fundamento da linguagem na existência e da existência na linguagem.	
Ex.: o poder criativo das metáforas originais.	
Essa abordagem transcende tanto a dimensão social quanto a mental/subjetiva do uso da linguagem.	

FONTE: DASCAL ([1992]2006, p. 432).

No particular da interpretação de linguagem, além de apresentar o modelo pragmático de interpretação, Dascal ([1988]2006) elabora um “mapa” em que inclui outros, indicando a possibilidade de colaboração entre eles — sobretudo quando o significado da elocução é tomado como composto por camadas (‘cebola de significância’) —, modelos que são o criptográfico, o hermenêutico, o superpragmático, o radical e os causais de estrutura profunda, que serão vistos à frente.

Para Dascal ([1999]2006, p. 6), a pragmática que ele concebe e pratica é uma disciplina, embora não propriamente autônoma:

[a pragmática] desenvolveu-se em associação com as disciplinas voltadas para a linguagem: linguística, filosofia da linguagem, retórica e teoria da literatura. Mas ela superou esses limites [...], estendendo-se, entre outras coisas, à prática legal, à inteligência artificial, à psicanálise, à antropologia, à arte e à política. (DASCAL, [1999]2006, p. 6.)

Uma consequência da “associação” e da “extensão” que caracterizam essa pragmática é que esta “transgride” limites ontológicos e “compra” epistemologias diversas que as áreas citadas implicam. Um modo de amenizar essa consequência é dizer que a pragmática é voltada à interdisciplinaridade. Os problemas centrais sobre os quais essa pragmática incide são a interpretação e a compreensão na comunicação humana.

A pragmática defende a “tese ontológica” de que tem um domínio bem definido e específico de objetos a investigar: as intenções comunicativas (não só no âmbito verbal). Contudo, como se verá adiante a propósito da tripartição da pragmática em três domínios, ela se volta também a processos mentais e linguísticos fora de propósitos comunicativos.

Sua orientação explanatória baseia-se essencialmente em hipóteses heurísticas, criando ‘soluções satisfatórias’ para problemas pragmáticos, entre os quais está a determinação de componentes implícitos que o uso da linguagem possibilita e que o falante tem à disposição.

O procedimento metodológico da pragmática, isto é, o *como* promove as análises dos objetos, se realiza pela consideração nocional principalmente da elocução, dos usuários da linguagem e do contexto.

Como já dito, a divisão que Dascal institui na pragmática faz surgir a sociopragmática, a psicopragmática e a ontopragmática (confira-se ratificação dessa

tricotomia em DASCAL, 2011). Estudar, investigar, abordar: a linguagem (qualquer que seja) em uso comunicativo (ou social) — tarefa da sociopragmática; o uso cognitivo associal da linguagem — campo da psicopragmática; e a linguagem na existência e a existência na linguagem — alçada da ontopragmática.

Para os nossos propósitos, outro ponto importante a introduzir é o que se refere aos diferentes *modelos de interpretação* “mapeados” por Dascal ([1988]2006):

TABELA 4: MODELOS DE INTERPRETAÇÃO

(i)	modelo criptográfico
(ii)	modelo hermenêutico
(iii)	modelo superpragmático
(iv)	modelo radical
(v)	modelo pragmático
(vi)	modelos causais de estrutura profunda

FONTE: DASCAL ([1988]2006).

Há ainda outro modelo de interpretação indicado por Dascal, chamado de modelo experiencial. Todavia, por tal modelo não compartilhar com (i)-(vi) a característica de incidir na linguagem, mas sim no comportamento global, o deixamos de fora<sup>45</sup>.

Para o modelo criptográfico de interpretação, o significado está no *elemento semiótico* (palavra, frase etc.<sup>46</sup>), e o acesso a esse significado se dá por um processo de “descoberta”. No modelo hermenêutico de interpretação, o significado está no *intérprete*, e o processo é de “criação” ou atribuição com base inteiramente nos interesses e informações do *background* do intérprete, processo no qual o intérprete é contexto-sensível.

O modelo superpragmático concebe o significado como exclusivamente dado pelo *contexto*, de modo que o chamado “nível semântico de interpretação” — do qual exclusivamente se trata no modelo criptográfico — se torna irrelevante. No modelo radical de interpretação, o significado é produto do preenchimento de variáveis de uma equação (variáveis como ‘ambiente’, ‘ato comunicativo’, ‘estado

<sup>45</sup> Sobre ele, veja-se Dascal ([1993]2006).

<sup>46</sup> O privilégio dado aqui, ainda que de maneira por vezes implícita, é à linguagem verbal, mas os elementos semióticos, *mutatis mutandis*, podem ser de diferentes “sistemas”.

mental'), de maneira que parte do “zero” e por isso, segundo o autor, tende a ser inviável em comunicação real.

O modelo pragmático de interpretação, característico da pragmática para Dascal, reconhece o significado no elemento semiótico, mas como contexto-sensível, por um lado, e, por outro, como dando pistas do chamado 'significado do falante'. Este é a contraparte de significado da 'intenção comunicativa' do falante. O intérprete precisa inferencialmente chegar ao significado do falante a partir do significado do elemento semiótico levando em conta o contexto. Na linguagem verbal, o termo que a pragmática confere ao significado do elemento semiótico é 'significado da sentença' — considerando a sentença a unidade interpretativa da pragmática —, que, “exposto” ao contexto, por este sendo ou não alterado (por conta da “contexto-sensibilidade”), chama-se 'significado da elocução'.

Incidindo em uma região “profunda”, o interesse dos modelos causais de estrutura profunda está no significado que o falante “produz” sem dele se dar conta. Na terminologia de Dascal ([1988]2006, p. 230), esse significado pode ser infra ou supraindividual. Infraindividual quando o significado é de origem inconsciente (na acepção freudiana), que se supõe de “domínio privado”. Supraindividual quando o significado é de cunho ideológico (na acepção marxista) e se estabelece em “domínio público”.<sup>47</sup>

Dascal ([1988]2006, p. 232) sugere que os modelos de interpretação “[...] deveriam, quem sabe, ser vistos como complementares, dedicando-se às diversas porções do vasto mundo do ‘significado’.” Mais tarde, dirá que é criticável tomar “imperialisticamente” um modelo em detrimento de outros, ainda mais se de forma apriorística (confira-se DASCAL, [1993]2006).

O construto teórico da 'cebola de significância' do autor representa “as diversas porções” do significado, cujas camadas, sob formulação teórica não-conclusiva, seriam (confira-se DASCAL, [1985-99]2006, [1977]2006): o conteúdo proposicional da sentença; a razão da elocução (o tópico de uma conversação ou uma motivação que origine um tópico); a força ilocucionária (referente a uma ordem, ou a um pedido etc.); o caráter nêustico da elocução (o grau de compromisso que o falante “dá a entender”); a eventual implicatura conversacional (dizer *p* para comunicar *q*); o componente de significado inconsciente (segundo indicação dada

---

<sup>47</sup> Textos de Dascal com detalhes dos modelos (i)-(vi): [1988]2006. Adicionalmente dos (i), (ii), (v) e (vi): [1989]2006 e [1993]2006.



acima referente ao infra e supraindividual); o efeito da interferência do registro conversacional (familiar, ordinário, formal...) adotado; o componente emotivo de significado (referente ao componente que expressa uma atitude subjetiva); as pressuposições semânticas; a modalidade; as condições de felicidade do ato de fala; a força perlocucionária (referente aos efeitos pretendidos sobre o interlocutor)<sup>48</sup>:

TABELA 5: CEBOLA DE SIGNIFICÂNCIA

Camada	
(A)	o conteúdo proposicional da sentença
(B)	a razão da elocução
(C)	a força ilocucionária
(D)	o caráter nêustico da elocução
(E)	a eventual implicatura conversacional
(F)	o componente de significado inconsciente
(G)	o efeito da interferência do registro conversacional
(H)	o componente emotivo de significado
(I)	as pressuposições semânticas
(J)	a modalidade
(K)	as condições de felicidade do ato de fala
(L)	a força perlocucionária

FONTE: DASCAL ([1985-99]2006, [1977]2006).

Se, de fato, os modelos de interpretação puderem ser vistos como complementares entre si a respeito das diferentes porções do significado — abstração feita à mistura de postulados ontológicos (subjacentes aos modelos) que uma combinação dessa natureza facilmente resultará —, presumimos que seria algo como, por exemplo, a camada:

- (A) para o modelo criptográfico;
- (B) para o hermenêutico;
- (D) para o superpragmático;

<sup>48</sup> As noções em (A), (I), (J) são tomadas à “tradição” semântica e lógica; as em (C), (D), (K) e (L), mais de perto à teoria dos atos de fala — de Austin ([1962]1975, e.g.), Searle (1969, e.g.) e Hare ([1970]1971); (E) é proveniente de Grice ([1975]1982); (H) vem de Stevenson (1944, referência na nota 49). Mais adiante essas noções serão exemplificadas.

- (H) para o radical;
- (E) para o pragmático;
- (F) para os causais de estrutura profunda.

Certamente as escolhas entre (A)-(L) por parte dos modelos (i)-(vi) não são excludentes.

Vejamos algumas exemplificações das noções (A)-(L).

‘Conteúdo proposicional da sentença’. Seja uma ordem como:

⟨31⟩ *Você vai me devolver a bola!*,

cujo conteúdo proposicional é:

⟨31 a⟩ /você me devolverá a bola/

A diferença fundamental entre ⟨31⟩ e ⟨31 a⟩ é que a primeira apresenta uma ‘força ilocucionária’<sup>49</sup> (uma ordem, mas que podia ser um pedido, uma declaração, uma pergunta etc.), enquanto a segunda está dela despida.

A ‘razão da elocução’ diz respeito ou ao tópico conversacional (com seu quadro de relevâncias associado), ou à sua motivação subjacente, podendo esta ocasionar aquele. Com a elocução ⟨31⟩ como exemplo, diga-se que a razão que a motivou seja indicada por:

⟨31 b⟩ ‘você tomou de mim a bola mas a quero agora’

O ‘caráter nêustico da elocução’ refere-se ao grau de compromisso do falante com aquilo que diz. Se o falante dá mostras de que está ou não falando sério; se, em que medida, se compromete com a “verdade” do que diz. Para ilustrar: ao produzir uma elocução como ⟨31⟩, o falante pode “dar a entender”, com feições controversas à força ilocucionária, que não está falando sério. Esse é um exemplo de caráter nêustico da elocução.

---

<sup>49</sup> Acerca da maneira pela qual se está distinguindo força ilocucionária de conteúdo proposicional, veja-se por exemplo Searle (2000, p. 127), que utiliza a notação  $F(p)$  para referir a força ilocucionária —  $F$  — e o conteúdo proposicional —  $p$  — implicado, podendo haver diferentes  $F$  para um mesmo  $p$ .

A 'implicatura conversacional' é um significado indireto que um falante pretende transmitir ao ouvinte por julgar esse significado necessário ao que ele quer comunicar (diz-se, em contraparte lógica: dizer  $p$  para comunicar  $q$ ). Seja  $p$ :

⟨32⟩ *Tá escuro aqui, né?*

E  $q$  como:

⟨32'⟩ 'acenda a luz'

Em termos pragmáticos, ⟨32'⟩ implica o significado do falante e ⟨32⟩, o elocucional (quando a elocução que o veicula é interpretada num contexto) ou sentencial (significado interpretado no valor de face da sentença que o veicula).

O 'componente de significado inconsciente', não intencionado de modo consciente, pode ser aquele que advém por um ato falho (também chamado parapraxia)<sup>50</sup>, por exemplo. O lapso da fala — caracterizado, em termos freudianos, por uma interferência inconsciente no que se diz — é um espécime de ato falho que implica um componente de significado inconsciente. Seja:

⟨33⟩ *Bela obra, escrita por Carlos Almeida,*

em que a interferência inconsciente é expressa pelo nome próprio enunciado, que é do falante, falante que deveria ter dito, não o seu, mas o nome do escritor da obra aludida (*Matias de Carvalho*, por exemplo).

O 'efeito da interferência do registro conversacional' é tocante à forma linguística de uma elocução que pode ser associada a determinados registros conversacionais (registros tais como o da informalidade, da intimidade, da

---

<sup>50</sup> Dascal ([1985-99]2006, p. 326), quando discute seu modelo da cebola de significância, alude a esse componente de significado inconsciente sem mencionar o postulado teórico que tem como pressuposto, mas é compatível pensá-lo guardando relações com o quadro metapsicológico, a exemplo do uso que ele faz deste a propósito de uma análise psicopragmática e sociopragmática do sonho e do chiste freudianos (veja-se DASCAL, [1985]2006). Sobre os atos falhos (de diferentes classes), veja-se especialmente Freud ([1901]1996).

formalidade etc.)<sup>51</sup>. A escolha de um registro conversacional se revela basicamente pelos itens lexicais ou arranjos sintáticos particulares. A elocução <32>, por exemplo, ao conter uma forma afereseada de *está* — *tá* — e uma forma contrata de *não é* — *né* —, pode ser tomada como recebendo interferência do registro conversacional informal.

O 'componente emotivo de significado' é uma categoria que Stevenson (1944<sup>52</sup>) opõe ao que ele chama de significado cognitivo. O primeiro é francamente subjetivo, o segundo é relativo a fatos objetivos.

Por exemplo, as 'pseudodiscordâncias' descritas por Stevenson parecem envolver discordâncias relativas a fatos (ou seja, significados cognitivos), ao passo que, na verdade, são discordâncias de atitude (ou seja, significado emotivo):

A: John é confiável. Ele não muda de idéia a cada dia.

B: Não, John é teimoso. É difícil convencê-lo a mudar de idéia. (DASCAL, [1985-99]2006, p. 333.)

Fica patente que a informação veiculada por A e a informação veiculada por B *essencialmente* não divergem. Difícilmente o falante B, caso tivesse um domínio plenamente refletido do seu dizer, diria praticamente o mesmo do que A. E haveria divergências se confrontássemos a fala de A e a fala de B de maneira fragmentada, como, por exemplo, o contraste entre *confiável* a *teimoso* sugere.

Uma 'pressuposição semântica' (ou 'pressuposto semântico'), noção pela qual já passamos na subseção 2.1, é uma proposição que tem uma relação de implicação com outra, é uma proposição  $A_1$  que uma proposição A implica, sendo que a negação de A —  $\sim A$  — não nega  $A_1$  —  $A_1$ .<sup>53</sup> Exemplo:

<34>  $\sim A$  = 'não é verdade que a Talita bateu na filha',

cuja pressuposição

<sup>51</sup> Uma visão alternativa bem conhecida sobre registros conversacionais faz a classificação num *continuum* cujos pontos extremos são 'informal' (ou [- formal]) e 'formal' (ou [+ formal]). Contudo, nem uma, nem outra das visões parecem suficientemente rigorosas em sua tarefa de classificação.

<sup>52</sup> Stevenson (1944) *apud* Dascal ([1985-99]2006). STEVENSON, C. *Ethics and language*. New Haven, CT: Yale University Press, 1944.

<sup>53</sup> Para outros pontos relativos à pressuposição semântica, veja-se por exemplo Kempson ([1977]1980, pp. 142-148); Chierchia (2003, capítulo 10).

⟨34a⟩ A<sub>1</sub> = 'Talita tem uma filha'

não se afeta com a negação.

A 'modalidade' refere-se à atitude do falante (expressa na sentença) que afeta a natureza da relação estabelecida entre os constituintes (por exemplo, entre o predicado e o sujeito). Seja:

⟨35⟩ *Certamente, o porteiro será demitido,*

em que a modalização exercida por *certamente* confere uma expectativa, uma suspeita, uma possibilidade ou ainda uma certeza quanto à relação que o falante estabelece entre o predicado e o sujeito.

As 'condições de felicidade' (ou de satisfação) do ato de fala são aquelas que vão determinar ou a legitimidade, ou a ilegitimidade da procedência acional pretendida pelo ato na situação de elocução. Para que o ato de fala abaixo

⟨36⟩ *Saia do campo de defesa e fique no ataque*

seja reconhecido como legítimo, uma das condições a serem satisfeitas é que o falante precisa estar investido com a autoridade e o poder próprios de quem faz tal ordem, no caso, um técnico de futebol, por exemplo, ou mesmo alguém que tenha ascendência sobre o outro e pode dar conselhos.

A 'força perlocucionária' é a que se relaciona aos efeitos ou consequências atitudinais esperados sobre o ouvinte. Como ⟨36⟩ sugere, espera-se que efetivamente o jogador saia do campo de defesa e fique em posição de ataque.

## 5.2 ABORDAGEM DA DENEGAÇÃO PSICOLÓGICA

Dascal ([1985]2006) aborda a porção profunda do significado do chiste e do sonho freudianos, além da porção "superficial" (de valor comunicativo) do chiste. Nesse trabalho, o autor então tem ocasião de demonstrar o escopo da

sociopragmática e da psicopragmática. A aplicação da psicopragmática e da sociopragmática à denegação, outro objeto teórico de origem freudiana, pode apontar alguns resultados à pragmática. Adicionalmente, serão feitas observações pela ontopragmática em relação a tal objeto.

Para abordar a denegação, é necessário verificar quais modelos de interpretação são adequados e correlacionar os componentes de significado do fenômeno com as camadas da cebola de significância.

Em relação à denegação, o modelo criptográfico pode ser usado, mas sozinho é insuficiente, por conceber o significado só em seu valor de face, enquanto, na denegação, é preciso, por conta do segundo movimento interpretativo que ela demanda, ignorar a negação sentencial. Adicionalmente, esse modelo não impede que a sentença e seu significado sejam associados a seu falante.

O modelo hermenêutico não parece ser adequado em relação à denegação justamente pela associação ontológica explícita e radical que ele prescreve entre o significado e o seu intérprete. Evidentemente, eliminar a consideração acerca do falante da denegação não faz sentido, a não ser que se abandone a qualificação metapsicológica do fenômeno, o que provocaria, afinal, o desaparecimento do objeto teórico que está sendo chamado de denegação.

Igualmente, o modelo superpragmático não é conveniente para a interpretação da denegação, por ele julgar irrelevante o valor de face da sentença e por postular que o significado é função inteiramente do contexto, excluindo o âmbito do falante, que é caro à consideração da questão da denegação. Esse modelo dificilmente consegue sustentação, já que se sabe que, mesmo em casos semânticos mais contexto-dependentes, a interpretação das sentenças correspondentes parte do valor de face delas, ainda que seja para excluí-lo em seguida. Veja-se isso por ensejo de um exemplo.

⟨37⟩

A: *Quer um bombom?*

B: *Quero, sim!*

Contexto relevante: A conhece bem B, mas A se esqueceu de que B é diabético.

Basicamente, A irá por um de dois caminhos: ou falhará em reconhecer a intenção comunicativa de B — algo como, suponhamos, 'é claro que não quero um bombom (porque sou diabético)'<sup>54</sup> —, ou será capaz de perceber a intenção comunicativa irônica de B (havendo ou não algum sinal facial, entonação etc.). Se o valor de face fosse irrelevante para a interpretação da fala de B, seria possível substituí-la, por exemplo, por *Quero, mas só um!* Nessa alternativa, a intenção comunicativa 'é claro que não quero um bombom (porque sou diabético)' dificilmente seria transmitida. Seria mais plausível supor — segundo o critério pouco sério, admite-se, da propalada *intuição linguística* — que uma intenção como 'apesar de ser diabético, posso comer um bombom', que contradiz a anterior, seria o caso. Por consequência, o significado não é função inteiramente do contexto, já que depende da consideração inicial do valor de face da sentença, mesmo que para anulá-lo, ignorá-lo na sequência.

Potencialmente, o modelo radical de interpretação pode possibilitar uma interpretação adequada da denegação, já que se interessa em preencher, entre outras, a variável 'estado mental'. Contudo, por se tratar de um modelo de inclinação matemática, sua aplicação tem um custo operacional desnecessário, já que uma regra metodológica básica resume a consecução da interpretação adequada da denegação: tomar " $\sim y$ " por " $y$ ".

O modelo pragmático serviria adequadamente à denegação não fosse a não preocupação com o componente de significado inconsciente. Na verdade, essa é uma postura analítica que tem seu mérito, ao reconhecer que seu escopo não inclui a investigação de aspectos simbólicos que fogem ao controle consciente do falante e, por isso, o modelo deixa essa tarefa para a alçada de outros modelos. Vejamos a sistematização dos procedimentos interpretativos do modelo pragmático que Dascal ([1992]2006) propõe:

TABELA 6: INTERPRETAÇÃO PRAGMÁTICA

[Procedimento]
(a) Supor que o significado do falante (SF) = significado da elocução (SE).

<sup>54</sup> Uma alternativa possível, entre outras: 'é claro que quero um bombom, mas não vou/posso aceitá-lo (porque sou diabético)'.

- 
- (b) Verificar se funciona: poderia o falante, tomando em consideração o que você sabe sobre ele e sobre o contexto da elocução (ou seja, tomando em consideração o 'segundo canal' de informação relevante disponível para você) ter querido dizer SE, apenas SE e nada mais do que SE?
  - (c) Se a resposta for afirmativa, endossar a suposição (a) e prosseguir para o procedimento de utilização.
  - (d) Se não, fornecer um diagnóstico da inadequação. Formato: 'Falante não poderia ter querido dizer apenas SE e nada mais que SE [escolher um], porque \*\*\*\* [especificar o motivo]'.
  - (e) Verificar se existe uma explicação causal não-intencional [falta de: atenção, vontade para participar da conversação, domínio da linguagem etc.]:
    - (1) Existem indicações de um colapso geral da comunicação?
    - (2) Existem indicações de que o falante não está ciente dos requisitos específicos da situação e/ou das suas regras?
    - (3) Existem indicações de que o falante não pode cumprir tais requisitos e/ou regras?
    - (4) Existem erros óbvios na elocução, passíveis de serem corrigidos prontamente?
    - (5) Existe algum mal-entendido, ou da parte do falante, ou seu?
    - (6) Existe alguma outra explicação causal não-intencional plausível para a inadequação?
  - (f) Se existir uma explicação causal não-intencional disponível, agir de acordo com o procedimento específico para o tipo de explicação encontrada.
  - (g) Se nenhuma explicação causal não-intencional for encontrada, ativar o procedimento de geração, baseado no diagnóstico da etapa (d), [de] um significado alternativo 'próximo'. Se esse significado ainda não foi testado, verificar se ele funciona, como em (b).
  - (h) Se o significado alternativo selecionado funciona, endossá-lo e atribuir a ele um grau de indiretividade que lhe corresponda e avançar para o procedimento de utilização.
  - (i) Se o significado alternativo selecionado não funcionar, retornar à etapa (g).
- 

FONTE: DASCAL ([1992]2006, p. 439).

Caso a denegação seja encarada em seu valor comunicativo trivial — abstração feita à qualificação metapsicológica, portanto —, o modelo pragmático de interpretação se afigura obviamente bem adequado, e — considerando o caráter assertivo direto da denegação dos exemplos fornecidos neste trabalho — isso implica tomar o significado da sentença como igual ao significado da elocução. Ainda, se a categoria de falante for identificada àquilo que profere ajuizamentos, simplesmente, então a equação

$$moi(s) = E(s)$$



é válida e compatível com observações anteriores feitas aqui, sendo '*moi(s)*' o 'significado de *mo*' e '*E(s)*' o 'significado da elocução'. Assim, as etapas interpretativas (a)-(c) do modelo pragmático podem ser seguidas sem problemas.

Naturalmente, concessões não são necessárias frente à assunção de pressupostos metapsicológicos que um modelo causal de estrutura profunda permite em relação à denegação. O que os modelos causais de estrutura profunda têm em comum é o interesse no significado que o falante produz sem dele se dar conta. De natureza infrapessoal, a porção profunda do significado da denegação demanda um modelo de interpretação que inclui uma preocupação quanto ao inconsciente ou entidade análoga.

As considerações realizadas nos capítulos anteriores fornecem elementos para que um modelo pragmático específico de interpretação da denegação seja delineado. A seguir, faremos uma proposta de sistematização das etapas, em que está sendo considerada a elocução de tipo direto e não estão incluídas as etapas que orientam sobre falhas causais do tipo de falta de atenção, não-compreensão da língua utilizada etc.:

TABELA 7: MODELO PRAGMÁTICO DE INTERPRETAÇÃO DA DENEGAÇÃO

Procedimento	
(a)	Se a sentença apresentar uma negação sentencial <sup>55</sup> (estando o operador de negação formalmente explícito ou não), seguir ao procedimento (c). Caso contrário, seguir ao procedimento (b).
	(b) Cancelar a utilização do modelo, pois o caso não é de denegação.
	(c) Verificar se a proposição negada estava disponível no cotexto ou no contexto <sup>56</sup> . Se não, seguir ao procedimento (d). Se sim, seguir ao procedimento (b).
	(d) Interprete a elocução em questão como contraparte linguística de " <i>p</i> ".

Note-se que a utilização do modelo pragmático de interpretação da denegação não demanda qualquer conhecimento metapsicológico por parte do

<sup>55</sup> Ver se se trata de negação sentencial aplicando este teste semântico: Sendo X uma sentença contendo uma negação, e X' a mesma sentença sem a negação, tratar-se-á de negação sentencial se X significar /é falso que X'/; por consequência, tratar-se-á de negação de constituinte quando X não significar /é falso que X'/.

<sup>56</sup> Um método indicado para essa verificação é a utilização da teoria das alternativas relevantes de Schaffer que foi apresentada na subseção 3.1.

intérprete. O conhecimento metapsicológico serve para a explicação das razões do modelo, e não para sua aplicação. Esse fato dificulta que o modelo acima seja qualificado como psicopragmático. Ao mesmo tempo, não parece adequado qualificá-lo de sociopragmático, por basear-se em pressupostos metapsicológicos associais tácitos. Por conta desse hibridismo, o modelo poderia alternativamente ser qualificado como psicopsicopragmático (ou ainda sociopsicopragmático). Todavia, chamá-lo de pragmático — e assim evitar um problema secundário — será a opção escolhida.

Tal modelo orienta como interpretar pragmaticamente a denegação, e não o que fazer na conversação depois de feita a interpretação. Nesse caso, dizer o que fazer na conversação depois de feita a interpretação é entrar no campo da ética, que, claramente, passa a ser envolvida. Com ciência disso, é de se dizer que é geralmente mais adequado que o intérprete evite trazer à conversação ordinária consequências coerentes do que acaba de interpretar.

Verifiquemos essa questão retomando o exemplo <2>, que segue abaixo alterado por uma continuação — o segundo turno de A — possível na conversação, caso em que A traz consequências coerentes com a aplicação que fez do modelo de interpretação da denegação à elocução de B:

<38>

A: *De quem você gosta?*

B: *Não sei. Só sei que não gosto da Paola.*

A: *Na verdade, você gosta, sim, da Paola; só não sabe conscientemente disso.*

Em regra, é de se supor que B tenderá mais a se incomodar com seu interlocutor do que a agradecer-lo pela informação. Exceção feita, claro, quando B espera ou tenha autorizado que A fale sem ocultar suas conclusões interpretativas na conversação.

Assumida a possibilidade da conversação se desenvolver tal como <38>, surge a questão problemática para a sociopragmática — porque a sociopragmática tem sua concepção de comunicação baseada nas ‘intenções comunicativas’ — do componente de significado inconsciente, que, embora não surgido sob propósito

comunicativo, A o inclui na conversação, como consequência do uso de um modelo interpretativo específico aplicada à elocução de B. O problema "se agrava" quando é caso em que B espera que A não oculte suas conclusões interpretativas, independentemente se B endossa ou não tais conclusões.

De novo, a questão chamada problemática para a sociopragmática se dissolve por uma operação terminológica simples. Como o caso sob análise envolve aspectos psico e sociopragmáticos, e como a psico e a sociopsicopragmática estão sob a rubrica da pragmática, ver o caso como simplesmente pragmático encerra o problema aparente. Como necessidade analítica teórica, a denegação em situações análogas a <38> exige uma colaboração entre os instrumentos psico e sociopragmáticos.

Com a psicopragmática, e evocando o construto teórico da cebola de significância, ao se falar em denegação, as considerações precisam incidir na camada chamada de 'componente de significado inconsciente'; a camada (F) na sequência que a Tabela 5 expõe. À psicopragmática caberia dizer sobre a origem, a motivação "profunda" do componente (F) da denegação, porquanto a origem ou a motivação da denegação se situa do lado do conjunto de processos mentais (com ou sem linguagem) fora de propósitos comunicativos.

Para a psicopragmática, quando voltada à denegação, o modelo interpretativo relevante é o psicanalítico (um causal de estrutura profunda). Isso posto, e tendo-se em conta a concepção de denegação com que estamos lidando — concepção metapsicológica freudiana —, considerações psicopragmáticas acerca da denegação a partir do modelo psicanalítico de interpretação nos levariam a resultados muito próximos aos que já foram obtidos por trabalhos teóricos psicanalíticos. O trabalho de Dascal a propósito do chiste e do sonho freudianos o corrobora (confira-se DASCAL, [1985]2006).

Basicamente, essa improdutividade aludida — ou melhor, a possibilidade de os resultados obtidos pela psicopragmática em relação à denegação coincidirem com os resultados obtidos pela teoria psicanalítica — é presumida por conta da qualificação conceitual freudiana que dá existência teórica ao que se está chamando de denegação e por conta do modelo de interpretação psicanalítico operado em relação à denegação. Caso essas determinações possam ser evitadas — isto é, que se possa conceber a denegação sob conceituação diferente e o modelo de interpretação possa ser outro causal de estrutura profunda —, evidentemente nada

obsta, por hipótese, alguma produtividade teórica inovadora, ou melhor, que não coincida com resultados já existentes.

De seu lado, o que a ontopragmática teria a dizer sobre a denegação? Veja-se que, na caracterização que Dascal ([1992]2006) faz do domínio da ontopragmática, anteriormente apresentada, o autor evoca o seguinte pensamento de Heidegger (1927<sup>57</sup>, p. 161, *apud* DASCAL, [1992]2006, p. 425): “O Discurso é existencialmente co-primordial com estado mental e compreensão” (digamos que essa seja a tese-1 da ontopragmática). Ao adotar essa visão, estado mental e compreensão são indissociáveis da linguagem. Ainda: “[...] *nada existe, a não ser através da linguagem*” (WINOGRAD e FLORES, 1987<sup>58</sup>, p. 68, grifo dos autores, *apud* DASCAL, [1992]2006, p. 449) é outra tese (tese-2) a filosoficamente caracterizar a ontopragmática. Tentemos observar o que a ontopragmática, mediante a tese-1 e a tese-2, diz a respeito da denegação.

Uma relação de mútua constituição (ou de coprimordialidade) — uma relação entre: ( $\alpha$ ) o ‘estado mental’ envolvido na denegação e especificamente ( $\beta$ ) o ‘elemento linguístico’ (um operador de negação, explícito ou não) que é a contraparte expressa da denegação — está presente. O estado mental em questão se resume a um conflito psíquico (interferência inconsciente vs. intenção consciente).  $\alpha$  não é concebível sem  $\beta$  e  $\beta$  não existe sem  $\alpha$ , *para efeitos de denegação*. Ou seja, não se pode supor a existência de  $\beta$  sem a existência de  $\alpha$ , assim como, *se é denegação*, não dá para supor a existência de  $\alpha$  sem a existência de  $\beta$ . Uma consequência disso é que  $\alpha$  não causa  $\beta$  nem  $\beta$  causa  $\alpha$ . A denegação é simultaneamente mental e linguística. Essa coprimordialidade só tem sentido se o Ser é a ‘denegação’ (não o ‘homem’) sob *condição pragmática de existência*<sup>59</sup>.

Essa concepção “ontopragmática” apresentada acerca da denegação (tendo-se em conta a tese-1, as ressalvas mencionadas e o enfoque realizado) já contém, de certa forma, o que se pode dizer tendo-se em conta a tese-2: no particular da denegação, *prima facie* ela não existe senão mediante a linguagem.

<sup>57</sup> HEIDEGGER, M. (1927). *Sein und Zeit*. Tübingen: Max Niemeyer. [(2006). *Ser e tempo*. Petrópolis/RJ: Vozes.]

<sup>58</sup> WINOGRAD, T.; FLORES, F. (1987). *Understanding Computers and Cognition: a new Foundation for Design*. Reading/MA: Addison-Wesley.

<sup>59</sup> Se se tomar a denegação, diversamente, sob *condição teórica de existência*, somos levados a conceber  $\alpha$  como precondition de  $\beta$ . E faria sentido pensar em ‘compreensão’ neste momento se o Ser focalizado fosse o ‘homem’, e não a ‘denegação’.

Resta analisar a elocução que encerra a denegação como uma cebola de significância, o que será feito por ensejo do exemplo abaixo, seguindo-se a sequência das camadas que a Tabela 5 (p. 77) expõe:

⟨39⟩

A: *A senhora pensa que odeio a sociedade; definitivamente, não é o caso.*

Assume-se que essa é uma elocução que contém uma denegação autêntica. O conteúdo proposicional relevante — o conteúdo da denegação — é /não é verdade que odeio a sociedade/. A razão da elocução da denegação é de motivação inconsciente, cuja explicação é da alçada da psicanálise, que a faz caso a caso. Por suposição, a razão dessa elocução é algo como 'desejo destruir a sociedade (porque ela me causa profundo desprazer)'.<sup>1</sup>

A força ilocucionária de ⟨39⟩, em toda a sua extensão, é *declarativa*; é uma asserção; ou seja, tem por objetivo veicular uma informação. Por definição, o caráter nêustico da denegação é de *seriedade*; o falante parece estar realmente comprometido com a "verdade" do que diz. A possibilidade do contrário descaracterizaria a denegação, que se define pela crença segura do falante naquilo que enuncia. Assim, assume que ⟨39⟩ observa essa condição.

Como aludido na subseção anterior, a implicatura conversacional é uma mensagem implicitamente comunicada e essencialmente ligada ao contexto de produção da elocução. Ela se relaciona mais ao *dizer* o dito (dito é referente ao valor de face da sentença) do que ao dito. De modo geral, ela é gerada quando se viola (aparentemente) uma ou mais máximas conversacionais griceanas.

As máximas conversacionais são categorizadas sob as rubricas da Qualidade, da Quantidade, da Relação e do Modo. Sumariamente, a primeira se refere à expectativa de se dizer a verdade na elocução, e que seja possível sustentá-la; a segunda diz respeito à quantidade de informação veiculada, que é esperada não como insuficiente, nem como excessiva; a terceira concerne à expectativa de contribuição relevante ao diálogo; por fim, a quarta categoria se desdobra em máximas ligadas ao *como* se diz o dito, no sentido de que seja tão claro, ordenado e breve quanto possível.

Sendo seguidas ou respeitadas, essas máximas prototipicamente produzirão resultados de acordo com o Princípio de Cooperação (PC), que é um princípio tacitamente pressuposto num diálogo, segundo o qual os participantes farão esforços cooperativos pertinentes na troca verbal e reconhecerão uma direção ou propósito comum para ela.

Isso dito, para que uma implicatura conversacional propriamente seja gerada, é condição necessária e suficiente que, ao se dizer o dito e se veicular a mensagem implícita, se possa sustentar a presunção de que o falante observa as máximas (podendo ser aparentemente violadas) ou ao menos o PC; se possa reconhecer que o falante está cômico ao pretender o implícito e o toma como necessário para dar consistência ao seu dizer face à observância das máximas ou pelo menos do PC; se o falante pensa que o ouvinte pode inferir o implícito e pode compreendê-lo como necessário.<sup>60</sup>

A elocução da denegação, tal como se deduz ao se verificar a discussão ao longo deste trabalho, é diretiva e não supõe cálculos mentais conscientemente elaborados. Portanto, não é de se esperar que ela gere qualquer implicatura conversacional griceana — o falante da denegação, ao dizer  $\sim p$  (em contraparte lógica), não pretende conscientemente transmitir  $p$ , ou  $q$ , ou... Em relação ao componente de significado inconsciente, este é a contraparte semântica da proposição  $y$  da denegação.

O pronome de tratamento *senhora* é geralmente associado a registros conversacionais específicos, em que há assimetria quanto à posição social dos envolvidos, tal como o familiar (um filho se dirigindo a sua mãe, por exemplo) ou ainda algum de cunho profissional de pendor formal (um subordinado se dirigindo a alguém de posição superior, que exige/espera respeito). Não se espera que esse pronome apareça no registro de intimidade ou qualquer outro utilizado por pares, por exemplo. As demais partes de <39> não se ligam a registros específicos, o que não retira a conclusão de que a elocução em questão recebe interferência ou de um registro familiar, ou de um registro formal, denunciado pelo pronome *senhora*. A certeza ou por um ou por outro vem com informações relevantes sobre o contexto, caras à pragmática.

---

<sup>60</sup> Para mais detalhes, veja-se Grice ([1975]1982), especialmente as páginas 86, 92-93 e 102-103.

No tocante à denegação, na melhor das hipóteses o componente emotivo de significado coincidiria ou com o componente de significado inconsciente, ou com o conteúdo proposicional. Contudo, obviamente o componente emotivo não pode substituir ou ser o próprio conteúdo proposicional. Igualmente, o componente emotivo não pode coincidir com, substituir ou ser o componente de significado inconsciente, visto que ambos têm camadas diferentes destinadas na cebola de significância. Não sendo possível descartar o componente inconsciente a favor do componente emotivo, logicamente não há lugar para este na denegação. Porém, nada impede que ele apareça em outra parte da elocução.

O conteúdo proposicional relevante /não é verdade que odeio a sociedade/ da denegação presente em <39> tem por pressuposição semântica, por exemplo, /há uma sociedade/, uma pressuposição semântica existencial, ou ainda a pressuposição /eu tenho sentimentos em relação à sociedade/, uma pressuposição semântica de atribuição, ambas implicadas pelo conteúdo proposicional relevante em questão. Negando-se ou não o conteúdo proposicional, a existência de uma dada sociedade e o atributo, daquele que fala, de possuir sentimentos em relação a tal sociedade seguem sem ser questionados. Como a denegação está sendo abordada como declaração, é de se esperar que o conteúdo proposicional de cada caso singular de denegação implique uma ou mais pressuposições semânticas, cujo conhecimento só é obviamente possível a partir de cada caso de denegação.

Modalizadores podem ocorrer ou não na elocução que encerra a denegação. Na elocução <39>, tem-se *definitivamente*. Semanticamente, ele ratifica a atitude do falante que nega uma ideia específica na elocução. Naturalmente, os modalizadores têm aparecimento contingente nas elocuções que contêm denegação.

As condições de satisfação da elocução da denegação estão relacionadas com seu caráter ilocucionário declarativo. Um aspecto contextual relevante para a questão é se o interlocutor está munido com o modelo pragmático de interpretação específico da denegação, ou não, e se ele vai aplicá-lo. Se a resposta é negativa — se o interlocutor não possui o modelo referido e, portanto, não pode aplicá-lo —, o ato de fala denegativo declarativo terá, em princípio, suas condições satisfeitas. Se for positiva — se o interlocutor tem o modelo e vai aplicá-lo —, o propósito informativo será subvertido, pois a declaração negativa será tomada como declaração positiva. Isso, contudo, não diz se a força perlocucionária — que espera que o interlocutor anua à informação — será bem sucedida ou não, exceto no caso

em que o interlocutor não está munido do modelo pragmático de interpretação específico da denegação, condição essa do interlocutor que não traria razão, em princípio, que provoque a falência da força perlocucionária. No caso em que o interlocutor adere ao modelo e vai aplicá-lo, o interlocutor poderá reagir, após a interpretação, ou de maneira a "cinicamente" (mais ético, prototipicamente) assentir à informação,

⟨39⟩

B: *Caso lhe dei essa impressão, me desculpe,*

ou de maneira a "sinceramente" (menos ético, prototipicamente) questioná-la,

⟨39'⟩

B: *Não tenho dúvidas de que você odeia de fato a sociedade.*

Pela discussão, pôde-se perceber que a cebola de significância da elocução que contém a denegação não apresenta todas as camadas previstas na proposta dascaliana e apresenta camadas necessárias e também camadas contingentes. Dessa forma, propomos a tabela abaixo, que procura captar esse fato:

TABELA 8: CEBOLA DE SIGNIFICÂNCIA DA DENEGAÇÃO

	Camada	Status
(A)	o conteúdo proposicional da sentença	necessário (N)
(B)	a razão da elocução	N
(C)	a força ilocucionária	N
(D)	o caráter nêustico da elocução	N
<del>(E)</del>	<del>a eventual implicatura conversacional</del>	
(F)	o componente de significado inconsciente	N
(G)	o efeito da interferência do registro conversacional	contingente (C)
(H)	o componente emotivo de significado	C
(I)	as pressuposições semânticas	N
(J)	a modalidade	C
(K)	as condições de felicidade do ato de fala	N
(L)	a força perlocucionária	N



O critério para a decisão sobre a contingência ou necessidade na cebola da camada do efeito da interferência do registro conversacional é formal, ou melhor, depende do aparecimento explícito de elementos linguísticos na elocução comumente associados a determinados registros, e não a outros.

No apêndice, dispusemos uma proposta de sistematização genealógica generalizante das camadas da cebola de significância de qualquer elocução pela perspectiva do falante, que, como tal, pode ser aplicada à elocução particular da denegação.

## 6 LAPSO DA FALA E DENEGAÇÃO: ALGUNS PARALELOS

Thá (1997), a partir da perspectiva de Freud ([1901]1996), trata do ato falho (em especial, do lapso da fala — a ser explicado a seguir) de maneira proposicional a fim de propor uma semântica para o fenômeno. O nosso propósito será demonstrar que a discussão lógico-semântica para o ato falho, *mutatis mutandis*, se aplica à denegação.

Do ponto de vista da teoria freudiana, o lapso da fala é uma especificidade do chamado ato falho (ou parapraxia)<sup>61</sup>. O lapso da fala se caracteriza fundamentalmente por uma perturbação que uma *intenção consciente* que pretende ser enunciada sofre pela interferência de uma *ideia inconsciente*.

No plano da expressão, o lapso da fala apresenta: ou fonemas trocados (exemplo: bela em vez de vela); ou palavras inteiras trocadas (exemplo: carro no lugar de ônibus); ou ainda acréscimo de fonemas (exemplo: casas ao invés de casa) ou de palavras (exemplo: [jardim feio] no lugar de [jardim]). Em todos os casos, as palavras resultantes são *geralmente* existentes no léxico e *sempre* respeitam o sistema fonológico da língua que estiver em questão.

Ideacionalmente, a ideia inconsciente em questão, pela análise do elemento linguístico que a indica, pode estar relacionada (ou associada) a algum elemento da intenção consciente, a algum elemento do contexto ou ainda não estar em relação nem com a intenção consciente, nem com o contexto.

Seja a seguinte conversação (o sublinhado é o elemento interferente de proveniência inconsciente):

⟨40⟩

A: O que você vai fazer depois de terminar a pós-graduação?

B: Vou fazer vestibular... quer dizer, concurso.

Alternativamente a ⟨40 B⟩, a elocução de B em ⟨40⟩ poderia ser:

<sup>61</sup> Em sua formulação a respeito do tema do lapso da fala, Freud ([1901]1996) parte de MERINGER, R.; MAYER, C. (1895). *Versprechen und Verlesen, eine psychologisch-linguistische Studie*. Stuttgart: G. J. Göschen; MERINGER, R. (1900). Wie man sich versprechen kann. *Neue Freie Presse*, 12931, 6-7. Para saber dos outros tipos de ato falho, veja-se a obra de Freud citada.

⟨40⟩

B': Vou fazer vestibular.

Uma variável saliente em casos de lapso da fala é a “tomada de consciência” ou não por parte do falante do lapso. Em ⟨40 B'⟩, não há tomada de consciência por parte do falante. A tomada de consciência pode se dar pelo próprio falante, sem auxílio de outrem de qualquer natureza — como em ⟨40 B⟩ — ou com auxílio por parte de outrem — como ⟨41⟩ exemplifica:

⟨41⟩

A: O que você vai fazer depois de terminar a pós-graduação?

B: Vou fazer vestibular.

A: Vestibular? [risos]

B: Opa! [risos] Quis dizer: concurso.<sup>62</sup>

Um dos casos de lapso da fala que Freud ([1901]1996) expõe e analisa é:

Disse um jovem a sua irmã: “Rompi completamente as relações com os D., já nem os cumprimento mais.” “Pois é”, respondeu ela, “eles são uma bela *Lippschaft* [palavra inexistente].” Pretendia dizer “*Sippschaft* [corja, ralé]”, mas, no lapso, comprimiu duas idéias: a de que o próprio irmão certa vez começara um flerte com uma jovem dessa família, e a de que se comentava que esta se envolvera recentemente numa *Liebschaft* [relação amorosa] séria e irregular. (FREUD, [1901]1996, pp. 82-83.)<sup>63</sup>

A elucidação de um lapso da fala pode ser autoexplicativa — como ⟨41⟩ sugere — ou surgir só com um trabalho psicanalítico específico — como o exemplo de Freud acima remete. D’Agord, Binkowski e Chittoni (2008, p. 52) apontam que a situação clínica busca a “abertura de sentido”, e um lapso da fala favorece exemplarmente esse trabalho, abertura que pressupõe antes a tomada de consciência do falante de que o lapso aconteceu. Abertura que supõe o falante considerar o significado da interferência inconsciente como tendo “sentido”.

<sup>62</sup> Em relação a esse exemplo, vai-se manter a suposição de que o vestibular aludido é um vestibular pelo qual se visaria o mesmo curso no qual B já está formado.

<sup>63</sup> A semelhança fonética implicada (e aludida) nesse exemplo de Freud não é a *causa* do lapso. Tendo em vista os mecanismos do lapso da fala, a semelhança é um *efeito* contingente (confira-se FREUD ([1901]1996).

Adicionalmente, essa abertura está sujeita na conversação ordinária e de modo “espontâneo”:

⟨42⟩

A: *Está encerrada a reunião... não, não: está aberta a reunião,*

após o que A se senta à mesa, e B a seu lado diz discretamente:

⟨42⟩

B: *Acho que você não gostaria de estar aqui, hein, amigo?* [risos]

A: *Acho que é bem verdade: minha filha chegou hoje da Europa e, querendo muito vê-la, ainda não a vi.*

Thá (1997) trata do lapso de modo proposicional, de maneira que a intenção consciente que pretende ser enunciada é uma proposição (digamos *r*) e a interferência inconsciente é reduzida a outra proposição (digamos *s*). Aplicando essa perspectiva a ⟨40 B'⟩, têm-se:

⟨40'⟩

*r*: ‘vou fazer concurso’

*s*: ‘vou fazer vestibular’

Por essa ótica, a fórmula que encerra o lapso da fala pode se representar “*r*  $\wedge$  *s*”. Em termos modais, ambas as proposições possuem sentido, validade e veracidade, se *r* for situada no mundo real enquanto *s* situar num mundo alternativo ao real, e isso porque se está supondo que o vestibular não visa outro curso que não o mesmo no qual o falante já está formado<sup>64</sup>. Ambas as proposições serão contraditórias entre si se forem tomadas como pertencentes a um mesmo mundo.

Em termos elocucionais ou enunciativos, Thá (1997) se refere a *r* e *s* como duas elocuções, *r* como “elocução intencionada” e *s* como “intenção interferente”. Em termos psicológicos, ambas as elocuções são desejadas pelo sujeito que as enuncia.

---

<sup>64</sup> Essa questão será retomada adiante.

Assim como o lapso da fala, a denegação pode ser tratada proposicional e enunciativamente, como já discutimos. Enunciativamente, pela teoria de Ducrot ([1984]1987), foram identificados dois enunciadores na denegação,  $E_1$  e  $E_2$ . Proposicionalmente,  $y$  se assimila a  $E_1$  e  $\sim y$ , a  $E_2$ .

Considerando-se o lapso da fala, em termos lógico-modais Thá (1997, p. 22) afirma que ele pode ser visto como um fenômeno que põe em cena um estado de coisas alternativo ao estado de coisas situado no mundo real, no mundo atual<sup>65</sup>. Enquanto  $r$  diz do mundo real,  $s$  diz de um mundo contrafactual. Para exemplificar, tome-se o caso <42>, cujas proposições  $r$  e  $s$  do lapso são:

<42>

$r$ : 'está aberta a reunião'

$s$ : 'está encerrada a reunião'

O estado de coisas da situação real na qual o falante em questão se encontra tem em  $r$  um conteúdo pertinente a tal situação. Por outro lado, a proposição  $s$  que o lapso faz surgir se põe na situação real como impertinente, e até como absurda.

Contrafactualmente,  $s$  comunica um mundo alternativo (ao real) que o falante na verdade deseja, qual seja: em que a reunião terminasse antes mesmo de começar ou, simplesmente, que ela não houvesse ou existisse. Por essa perspectiva, o lapso é a interseção de dois mundos, um real e um contrafactual.

Apesar das diferenças entre o lapso e a denegação, alguns paralelos podem ser realizados entre ambos os fenômenos. Seguindo com a convenção notacional que nesta dissertação foi estabelecida para a identificação das proposições particulares do lapso e da denegação, no lapso se tem " $r \wedge s$ " e na denegação, " $y \wedge \sim y$ ". A proposição  $r$  corresponde a um estado de coisas no mundo real. A proposição  $s$  corresponde a um estado de coisas num mundo contrafactual. Na denegação,  $\sim y$  corresponde ao estado de coisas no mundo real, enquanto  $y$  corresponde a um mundo contrafactual. Em termos semânticos,  $\sim y$  se interpreta no mundo real, enquanto  $y$  se interpreta num mundo contrafactual.

---

<sup>65</sup> Afirmação extensível aos demais tipos de ato falho.

Em relação ao lapso, Thá (1997, pp. 23 e 94) chama a atenção para a evidência de que o fenômeno se constitui como um bom argumento para a ideia de que um sujeito pode processar, ao mesmo tempo, mais de um estado de coisas possível referente a uma única e mesma situação. Essa observação se aplica cabal e adequadamente à denegação, que conta com a simplicidade de que um estado de coisas é a negação de outro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro dos objetivos desta dissertação foi estabelecer a definição psicológica da denegação. Nessa tarefa, o postulado freudiano sobre tal objeto foi assumido e mantido como pressuposto teórico de base. Ao se fazer isso, algumas noções metapsicológicas importantes — inconsciente, *moi* (eu, *ego*), resistência e recalque — tiveram de ser referidas.

Depois, a tipologia de negação de Ducrot (1973, [1984]1987) foi apresentada, composta pela 'negação descritiva sentencial' e pela 'negação polêmica sentencial' — ou, respectivamente, 'negação de constituinte' e 'negação sentencial' —, bem como pela 'negação descritiva enunciativa', pela 'negação polêmica enunciativa' e pela 'negação metalinguística', ocasião em que se procurou verificar a qual tipo de negação a denegação psicológica pertenceria, resultando ser uma especificidade de negação sentencial, num nível, e negação polêmica enunciativa, noutro.

Via Schaffer (2001), a teoria das alternativas relevantes (TAR) foi incluída na discussão, que afirma que uma proposição alternativa é relevante quando é contextualmente determinada, sabendo-se que relevância não implica verdade. Em relação à denegação, essa teoria contribuiu a ponto de possibilitar o reconhecimento acertado da denegação verdadeira, pois a TAR dá expressão pragmática e lógica à associação livre (do falante) que precisa operar em casos de denegação autêntica<sup>66</sup>.

Se a ideia supostamente denegada que o falante enunciar coincidir com uma das alternativas já contextualmente disponíveis, não se tratará de denegação. Essa restrição precisa ser garantida senão o 'princípio da unidade denegativa' é violado: a proposição/representação *p* não é especificamente *y* porque *p* não vem à consciência livremente, isto é, *p* vem por estar contextual-relevantemente disponível. Antes dessa consideração — que, no particular da denegação, confere importância ao implícito quando da enunciação —, uma denegação só seria uma pseudodenegação caso a suposta *y* fosse sugerida, insinuada, induzida de alguma forma na situação de enunciação antes da enunciação de *y*.

---

<sup>66</sup> De qualquer forma, uma falsa denegação será sempre uma negação polêmica (sentencial e enunciativa) ducrotiana.

Tratando a ideia denegada como proposição —  $y$  = representação/proposição sob estado inconsciente suscetível a vir à consciência —, a vantagem foi tornar discretos os componentes da denegação: além da (i) ideia denegada, (ii) o operador da negação a serviço da denegação e (iii) a(s) ideia(s) não-denegadas que podem aparecer no enunciado em que ocorre a denegação, daí o termo 'unidade denegativa' que utilizamos para nos referir à denegação estrita, composta pela ideia denegada e pelo operador de negação a serviço da denegação que tem escopo sobre a referida ideia.

A lógica-modal de Hintikka ([1962]1969) trouxe um aporte epistêmico e de mundos possíveis, que divide as proposições, sentenças e declarações epistêmico-modais em duas categorias — crença e saber —, tratando os estados de coisas semelhantes como mundos possíveis. Sob essa perspectiva, a denegação, enquanto fenômeno realizado, resulta uma declaração de crença. Já no nível proposicional, viu-se que a denegação estabelece um conflito (simultaneamente, " $y$ ", da ordem do saber, e " $\sim y$ ", da ordem da crença). Modalmente, se a proposição " $y$ " estiver num mundo distinto do mundo de " $\sim y$ ", então não se fala em contradição, a menos que a denegação seja considerada como declaração, pois assim seria a manifestação da interferência de ambos os mundos.

A pragmática que Dascal teoriza e pratica, da qual se fez uso aqui, investiga a linguagem utilizada de diferentes maneiras, seja comunicativamente (escopo da sociopragmática), seja só mentalmente (preocupação da psicopragmática), seja existencialmente (campo da ontopragmática). A discussão sobre os diferentes modelos interpretativos (propostos pelo autor) em relação à denegação mostrou quais deles parecem ser mais adequados do que outros. E com o construto teórico da cebola de significância, a denegação pôde ser abordada como uma reunião de diferentes componentes de significado.

Dissemos que uma abordagem psicopragmática aplicada ao objeto freudiano de denegação é presumivelmente improdutiva, uma vez que os resultados tenderiam francamente a se aproximar dos que são obtidos por estudos psicanalíticos (uma mostra disso é o trabalho acerca do sonho e do chiste freudianos pela psicopragmática que Dascal propõe ([1985]2006)). Também foi apresentado um reconhecimento ontopragmático de que o estado mental próprio da denegação e sua contraparte linguística expressa são existencialmente coprimordiais, desde que se considere a denegação sob condição pragmática de



existência, isto é, desde que ela não seja analisada abstraída da atividade real (que a funda) inscrita numa situação de fala real.

Ainda, alguns paralelos foram traçados entre o lapso da fala e a denegação, em termos proposicionais, modais e semânticos. Ambos os objetos atualizam o chamado 'conflito psíquico', que consiste na relação conflitiva entre o grupo de representações inconscientes e o grupo de representações conscientes. O conteúdo de proveniência inconsciente de ambos os fenômenos foi dito corresponder a um estado de coisas alternativo ao mundo real, o que possibilita validade e veracidade às proposições subjacentes, e a perspectiva modal fornece a orientação semântica à interpretação de cada uma delas.

De mais a mais, a crítica ducrotiana à "teoria da unicidade do sujeito da enunciação" foi enfatizada e tomada como uma concepção a filosoficamente fulcrar a discussão, no sentido de a unicidade da origem da enunciação ser negada. Na ordem do filosófico, também se mencionou a pertinência da observação de Hyppolite de que, na denegação, apresenta-se o que se é à maneira do não ser, o que é compatível com o pensamento de Parmênides segundo o qual o que pode ser pensado e dito deve necessariamente ser — ainda que, acrescentamos, de maneira judicativa negativa.

Agora, seguem arrolados abaixo os principais resultados alcançados e as operações teóricas próprias desta dissertação:

- visando a operacionalidade teórica da discussão, a representação/proposição sob estado inconsciente suscetível a vir à consciência foi identificada à proposição  $y$ ;
- uma sistematização dos tipos de aceitação de  $y$ , tipos divididos em duas categorias, uma negativa — que subsume o tipo: "aceitação parcial" → "aceitação intelectual": " $\sim y$ " (tipo freudiano) — e outra positiva — que subsume dois tipos: "aceitação parcial" → "aceitação intelectual": " $\sim \sim y$ " (tipo hyppolitiano); e "aceitação efetiva" → "aceitação afetiva": " $y$ " (tipo freudiano);
- a conclusão linguística (especialmente enunciativa) de que o exercício formal-gramatical da denegação é francamente variável e, deduz-se, se

utiliza de todas as formas que a língua dispõe (no português, *não*, *mas*, *nada...*), tornando irrelevante o trabalho de prever as formas específicas dos operadores de negação a serviço da denegação, *a fortiori* pelo fato de que a denegação pode se exercer sem qualquer operador gramaticalmente realizado —  $\emptyset$  (como em *Você deve estar pensando que estou pensando mal de você. Está enganado*);

- uma formalização da denegação:  $'[y]_A [\vdash \sim y]_B | je(A) | moi(B)'$  — em que o domínio  $'[ ]_A'$  é condição lógica do domínio  $'[ ]_B'$ . O símbolo  $'\vdash'$  é tomado como símbolo de enunciação linguisticamente realizada. A proposição/representação  $'y'$  no domínio  $'[ ]_A'$  não supõe enunciação. A proposição/representação  $'y'$  é enunciada no domínio  $'[ ]_B'$  como  $'\sim y'$ . O domínio  $'[ ]_A'$  é de *je* e o domínio  $'[ ]_B'$  é de *moi*;

- a enunciação do 'princípio da unidade denegativa', que traz como vantagens teóricas: a distinção nocional entre 'denegação' (que se refere ao fenômeno sem especificar a proposição específica objeto da denegação) e 'unidade denegativa' (que se refere especificamente ao operador de negação a serviço da denegação e à proposição específica sobre a qual o operador tem escopo); a explicitação sistemática das condições necessárias e suficientes ao surgimento da unidade denegativa — "Uma expressão X do tipo  $\sim p$  é propriamente uma unidade denegativa se, e somente se: (i)  $p$  é  $y$ , (ii)  $y$  vem à consciência por *associação livre* do falante, (iii) o falante *resiste* a considerar  $y$ , e (iv) o falante nega  $y$ ."

- a conclusão de que, ao se falar da denegação freudiana, a denegação tratada por Schäffer *et al* (2002) é paralela e distinta, cujas condições nossa crítica sistematizou — i. a denegação precisa de coerência referencial (temática); ii. a denegação precisa de adequação espaço-temporal; iii. a denegação precisa do processo de antecipação; iv. a denegação organiza o sentido da fala como um todo; v. quando há mais de uma denegação, uma é central; vi. quando há mais de uma denegação, a(s) não-central(is) assume(m) sentido a partir da central; vii. a denegação não depende da associação livre;

- a confirmação da hipótese (hipótese que derivamos do trabalho de Schäffer *et al*, 2002) segundo a qual a denegação seria uma especificidade de negação polêmica na tipologia ducrotiana no nível enunciativo, ao que foi acrescentado o resultado de que a denegação é também uma especificidade de negação polêmica no nível sentencial. Disso, conclui-se que a denegação não demanda um novo tipo de negação linguística;

- a conclusão sobre a necessidade de se considerar o âmbito pragmático no particular das proposições alternativas contextualmente relevantes na situação da enunciação como um dos critérios imprescindíveis para a identificação da denegação autêntica — se um conjunto de alternativas contextualmente relevantes contiver uma proposição que coincida com  $y$ , então não será caso de denegação; quando essa coincidência não existir, então será de fato caso de denegação;

- um tratamento lógico-modal da denegação que retornou alguns resultados: epistemicamente, a denegação pode ser expressa formalmente como " $K_a y \wedge B_a \sim y$ " ou " $K_{je} y \wedge B_{moi} \sim y$ ". Sendo  $\xi$  o conjunto de proposições do inconsciente,  $\tau$  o conjunto de proposições de *moi* e  $\varphi$  o conjunto de declarações (o que de  $\tau$  é declarado) de *moi*; e se  $\tau$  é consistente, e se " $B_{moi} \sim y$ "  $\in \tau$ , então  $\tau + \{\sim y\}$  é consistente também. Se  $\xi$  é consistente, e se " $K_{je} y$ "  $\in \xi$ , então  $\xi + \{y\}$  é também consistente. Do ponto de vista modal, sendo " $K_{je} y$ " membro do conjunto  $\xi$  e " $B_{moi} \sim y$ " do conjunto  $\varphi$ , a expressão " $K_{je} y \wedge B_{moi} \sim y$ " não é inconsistente. Agora, se um conjunto  $\pi$  é  $\{\tau + \xi\}$ , e se " $\sim y$ "  $\in \tau$ , e se " $y$ "  $\in \xi$ , então  $\pi$  é inconsistente. Como em  $\xi$  trata-se sempre de " $y$ ", " $\sim y$ " jamais poderá ser autossustentável (verdadeira em todos os mundos semelhantes). Já " $y$ " poderá ser autossustentável: quando a forma " $B_{moi} \sim y$ " passa para " $B_{moi} y$ " pelo processo de aceitação de  $y$  que um dos dois tipos positivos de aceitação possibilitam, e " $B_{moi} y$ " não se incompatibiliza com " $K_{je} y$ ";

- a operação teórica de distribuição pré-definida dos estatutos epistêmicos de crença e de saber aos conjuntos  $\xi$ ,  $\tau$  e  $\varphi$  — i. se " $p$ " em  $\xi$ , e se " $p$ " em  $\tau$  (e

em  $\varphi$ ), então " $p$ " em  $\tau$  (e em  $\varphi$ ) é um saber também em  $\tau$  (e em  $\varphi$ ), além de uma crença em  $\tau$  (e em  $\varphi$ ); ii. se " $p$ " em  $\xi$ , e se " $\sim p$ " em  $\tau$  (e em  $\varphi$ ), então " $\sim p$ " em  $\tau$  (e em  $\varphi$ ) não é um saber, mas uma crença;

- com o construto teórico da cebola de significância enquanto visão acerca do significado da elocução pela perspectiva do ouvinte, os argumentos que elencam as camadas que contingentemente aparecem na elocução da denegação — a camada do 'efeito da interferência do registro conversacional', a do 'componente emotivo de significado' e a da 'modalidade' —; a camada que nunca aparece — a da 'implicatura conversacional' griceana —; e as camadas que necessariamente aparecem em tal elocução — a do 'conteúdo proposicional', a da 'razão da elocução', a da 'força ilocucionária', a do 'caráter nêustico da elocução', a do 'componente de significado inconsciente', a das 'pressuposições semânticas', a das 'condições de felicidade' e, finalmente, a da 'força perlocucionária';

- a proposta de um modelo pragmático de interpretação específico à denegação, que dispensa conhecimento metapsicológico por parte do intérprete e se apresenta como um algoritmo — PROCEDIMENTO (a): se a sentença apresentar uma negação sentencial (estando o operador de negação formalmente explícito ou não), seguir ao procedimento (c). Caso contrário, seguir ao procedimento (b); PROCEDIMENTO (b): cancelar a utilização do modelo, pois o caso não é de denegação; PROCEDIMENTO (c): verificar se a proposição negada estava disponível no cotexto ou no contexto. Se não, seguir ao procedimento (d). Se sim, seguir ao procedimento (b); PROCEDIMENTO (d): interprete a elocução em questão como contraparte linguística de " $p$ ".

A denegação é um fenômeno psicológico e linguístico, que pode ser tratado proposicionalmente. Para capturá-lo como tal, precisamos considerar, além do sistema linguístico em si — a *langue* —, a fala, a enunciação — a *parole* — e a particularidade psicológica do falante e do ouvinte da denegação.

Se ficássemos só no nível da *langue*, a denegação seria invisível; seria uma negação qualquer. Prova-o o fato de que, com a discussão feita sobre a tipologia ducrotiana no nível sentencial em relação à denegação, esta coincide com a negação sentencial; não há diferença entre a denegação e a negação sentencial. Por outro lado, a polêmica, o conflito que caracteriza a denegação começa a ficar visível linguisticamente quando assumimos o nível enunciativo do fenômeno, nível no qual a denegação coincide com a negação polêmica na tipologia ducrotiana.

Como aludido, a aparência linguística da denegação é de uma negação sentencial. Na verdade, é mais preciso dizer que a denegação tem escopo sobre uma proposição (em termos lógicos) ou sobre uma ideia ou pensamento (em termos psicológicos). Um argumento forte a favor do direito de reconhecimento da denegação reside no fato de que essa proposição/ideia surge como que abruptamente numa conversação, conversação regida sob quaisquer condições sociais. Essa característica conteudística, por si, confere um atributo específico à denegação de modo a fazê-la um objeto de algum interesse do ponto de vista semântico ou do ponto de vista da interpretação pragmática.

As perspectivas teóricas que esta dissertação habilitou para incidir sobre a denegação permitiram que sua realidade complexa fosse estratificada. Sem haver a desqualificação de sua particularidade de natureza psicológica — que a perspectiva metapsicológica faz ver —, os níveis proposicional, epistêmico, modal, sentencial, enunciativo e pragmático foram isolados, possibilitando uma apreensão teórica ampliada e enriquecida do objeto. Evidentemente, outras teorias linguísticas e lógicas que não as utilizadas poderiam produzir resultados diferentes.

Dada a observância da qualificação metapsicológica subjacente, as instruções semânticas para a interpretação da denegação não constituem segredo algum: tomar  $\sim p$  como  $p$  (em contraparte lógica), em sentenças no seu valor de face. Modalmente, o mundo das crenças e o mundo dos saberes do falante fornecem o modelo semântico para a interpretação da denegação, que resulta atribuir um caráter transmundano à denegação: a denegação provoca a interpenetração desses mundos quando realizada.

Do ponto de vista gramatical, é um trabalho infrutífero estabelecer generalizações tocantes ao exercício formal da denegação. Isso porque o operador de negação na sentença pode se alojar em posições sintagmáticas idênticas às posições dos operadores de negação ordinários que têm como escopo um

"pensamento completo" — para usar um termo fregeano. E partículas negativas que entram na composição de itens lexicais ficaram fora do escopo das nossas preocupações por estarem associados à negação de constituinte, e o constituinte não aloja um pensamento completo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS<sup>67</sup>

AUSTIN, J. *How to do Things with Words* [1962]. URMSON, J.; SBISÀ, M. (eds.) Cambridge/Mass.: Harvard University Press, 1975.

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoievski* [1929]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BECKER, P. *Verneinung*. *Letra Freudiana*, ano VIII, n. 5, 1988. pp. 69-72.

CHIERCHIA, G. *Semântica*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2003.

DASCAL, M. *Interpretação e compreensão* [1999]. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2006.

\_\_\_\_\_. Como funciona um conectivo? – entre semântica e pragmática: os dois tipos de *mas* – ‘aval’ e ‘ela’ [1977]. pp. 138-170.

\_\_\_\_\_. Compreendendo chistes e sonhos: sociopragmática versus psicopragmática [1985]. pp. 382-400.

\_\_\_\_\_. Compreendendo os mal-entendidos: um estudo sobre a coerência conversacional [1985-99]. pp. 314-341.

\_\_\_\_\_. Modelos de interpretação [1988]. pp. 216-232.

\_\_\_\_\_. Interpretação hermenêutica e interpretação pragmática [1989]. pp. 642-659.

\_\_\_\_\_. Qual a importância da linguagem na inteligência artificial? [1992]. pp. 421-454.

\_\_\_\_\_. Os limites da interpretação [1993]. pp. 660-678.

\_\_\_\_\_. À guisa de introdução [1999]. pp. 5-16.

DASCAL, M. Prefácio à edição brasileira [2011]. In: *Pragmática e filosofia da mente I: o pensamento na linguagem* [1983]. Curitiba/PR: Ed. UFPR, 2011.

D'AGORD, M. R. de L.; BINKOWSKI, G. I.; CHITTONI, F. B. Psicanálise e pragmatismo: aproximações e possibilidades. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte/MG, v. 14, n. 1, 2008. pp. 47-62.

DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: *O dizer e o dito* [1984]. Campinas, SP: Pontes, 1987. pp. 161-218.

---

<sup>67</sup> Como já advertido na "Introdução", não estão mencionadas as datas de manuscritos, apenas a da primeira publicação (entre colchetes) e a da edição consultada (a ausência de colchetes significa coincidência entre a data original e a data da edição consultada).

DUCROT, O. O papel da negação na linguagem comum. In: *Provar e dizer: leis lógicas e leis argumentativas*. São Paulo: Global, 1973. pp. 93-104.

FREGE, G. La negacion: una investigacion logica. In: *Investigaciones lógicas* [1919]. Madrid: Tecnos, 1984. pp. 86-113.

FREUD, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Edição Standard Brasileira, Vol. I [1886-1889]. Rio de Janeiro: Imago, 1996.  
\_\_\_\_\_. Carta 84 [1950]. p. 325.

FREUD, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Edição Standard Brasileira, Vols. IV e V [1900-1901]. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Edição Standard Brasileira, Vol. VI [1901]. Rio de Janeiro: Imago, 1996.  
\_\_\_\_\_. Lapso da fala [1901]. pp. 67-114.

FREUD, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Edição Standard Brasileira, Vol. VIII: [1905]. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Edição Standard Brasileira, Vol. XIV: [1914-1916]. Rio de Janeiro: Imago, 1996.  
\_\_\_\_\_. Inconsciente [1915a]. pp. 165-222.  
\_\_\_\_\_. Repressão [1915b]. pp. 147-162.

FREUD, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Edição Standard Brasileira, Vol. XIX: [1923-1925]. Rio de Janeiro: Imago, 1996.  
\_\_\_\_\_. O ego e o id [1923]. pp. 15-80.  
\_\_\_\_\_. A negativa [1925a]. pp. 263-269.  
\_\_\_\_\_. Uma nota sobre o “bloco mágico” [1925b]. pp. 253-259.

GOMES, E. M. S. A denegação. *Letra Freudiana*, ano VIII, n. 5, 1988. pp. 73-77.

GRICE, H. P. Lógica e conversação [1975]. In: DASCAL, M. (org.) *Fundamentos metodológicos da linguística*. Vol. IV. Campinas/SP: Unicamp, 1982. pp. 81-103.

HARE, R. M. Meaning and Speech Acts [1970]. *Practical Inferences*. London: MacMillan Press, 1971. pp. 74-93.



HINTIKKA, J. *Knowledge and belief: an introduction to the logic of the two notions* [1962]. Cornell: Cornell University Press, 1969.

HYPPOLITE, J. Comentário falado sobre a “*Verneinung*” de Freud [1954]. In: Lacan ([1966]1998). pp. 893-902.

JESPERSEN, O. *The philosophy of grammar* [1924]. [s. l.]: [s. n.], 1934.

JEZLER, M. “die Verneinung”: 1895-1925. *Letra Freudiana*, ano VIII, n. 5, 1988. pp. 105-107.

KEMPSON, R. M. A lógica da linguagem natural. In: *Teoria semântica* [1977]. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. pp. 140-157.

LACAN, J. Do inconsciente ao real [1976]. In: *O seminário, livro 23: o sinthoma*, [1975-1976]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007. pp. 125-135.

LACAN, J. *Escritos* [1966]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

\_\_\_\_\_. Introdução ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “*Verneinung*” de Freud [1954a]. pp. 370-382.

\_\_\_\_\_. Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “*Verneinung*” de Freud [1954b]. pp. 383-401.

LACAN, J. O inconsciente freudiano e o nosso. In: *O seminário livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* [1964]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. pp. 25-35.

LACAN, J. *O seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*, [1954-1955]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

LINHARES, A. Uma questão sobre a *Verneinung*: a função do julgamento. *Letra Freudiana*, ano VIII, n. 5, 1988. pp. 90-91.

MARCONDES, D. Aspectos pragmáticos da negação. *O que nos faz pensar?* Revista do Departamento de Filosofia da PUC-Rio, Rio de Janeiro, n. 23, 2008. pp. 17-29.

MEDINA, C. R. A Coisa, o senti-mento e a denegação. *Letra Freudiana*, ano VIII, n. 5, 1988. pp. 78-81.

MOURA, M. E. T. de. Considerações sobre a *Verneinung*. *Letra Freudiana*, ano VIII, n. 5, 1988. pp. 101-104.

NOGUEIRA, L. C. A *Verneinung* na simbolização primordial. *Letra Freudiana*, ano VIII, n. 5, 1988. pp. 108-112.

SEARLE, J. R. *Mente, linguagem e sociedade: filosofia no mundo real* [1998]. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SEARLE, S. *Speech Acts: an Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge/Cambs.: Cambridge University Press, 1969.

SCHAFFER, J. Knowledge, relevant alternatives and missed clues. *Analysis* 61, 2001. pp. 202-208.

SCHÄFFER, M.; SETTINERI, F. F.; BARBISAN, L. B.; TEIXEIRA, M.; NÓBREGA, M.; FLORES, V. do N. A denegação na neurose e na psicose. In: SCHÄFFER, M.; FLORES, V. do N. (orgs.) *Aventuras do sentido: psicanálise e lingüística*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. pp. 35-106.

THÁ, F. *Categorias conceituais da subjetividade*. 227 f. Tese (Doutorado em Linguística). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná. Curitiba/PR. 2004.

THÁ, F. *Uma semântica para o ato falho*. 132 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná. Curitiba/PR. 1997.

VICENZI, E. *Interpretação e atribuição de significado: que pressupostos são relevantes durante o processo de escuta na clínica psicanalítica? – um estudo na perspectiva pragmática*. 313 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná. Curitiba/PR. 2010.

VIDAL, E. A. Comentários sobre “*Die Verneinung*” [1985]. *Letra Freudiana*, ano VIII, n. 5, 1988. pp. 16-31.

## APÊNDICE

### PARA UMA SISTEMATIZAÇÃO GENEALÓGICA DAS CAMADAS DE SIGNIFICADO DA ‘CEBOLA DE SIGNIFICÂNCIA’: a perspectiva do falante

Selmo Ribeiro Figueiredo Junior – UFPR

selmojunior@gmail.com

**Resumo:** Considerando a perspectiva do ouvinte na comunicação, Dascal (2006) apresenta seu modelo da ‘cebola de significância’ (CS) como visão acerca do significado de uma elocução, concebendo-o como um conjunto de diferentes camadas. Neste trabalho, a proposta é abordar a CS pela perspectiva do *falante* (CSF) e adicionalmente sistematizá-la. A sistematização consistirá em identificar os elementos da elocução sob um ordenamento hierárquico, cuja sequência proposta é (entre parênteses, os elementos contingentes da CSF): pressuposições pragmáticas; razão da elocução; conteúdo proposicional da sentença; (informação conscientemente não-intencional;) (componente emotivo de significado;) interferência do registro conversacional; condições de felicidade do ato de fala; força perlocucionária; (implicatura conversacional;) (modalidade;) força ilocucionária; caráter nêustico da elocução. A discussão, dedutivamente orientada, procura justificar as razões dessa elaboração.

**Palavras-chave:** Pragmática. Elocução. Estrutura.

#### Introdução<sup>[68]</sup>

Dascal (2006), considerando a perspectiva do ouvinte na comunicação, apresenta o modelo da ‘cebola de significância’ (CS) enquanto visão do significado da elocução, constituído por diferentes camadas.

---

<sup>[68]</sup> A seção de apresentação das noções foi retirada, porque a dissertação as expõe.]

A proposta que será apresentada consiste em abordar a CS do ponto de vista do falante, propondo adicionalmente sistematizá-la. A proposta de sistematização procura identificar as relações hierárquicas entre os estratos de significado e fornecer a estrutura da CS pela perspectiva citada.

## **CS de Dascal**

Esta seção apresenta o modelo da ‘cebola de significância’ (CS) de Dascal (2006), que se refere às camadas e subcamadas de significados que uma elocução pode envolver.<sup>69</sup>

As camadas da cebola de significância para o autor são:

### **CAMADAS DA CS:**

- o conteúdo proposicional da sentença;
- a razão da elocução;
- a força ilocucionária;
- o caráter nêustico da elocução;
- a eventual mensagem indireta (como uma implicatura conversacional);
- a informação conscientemente não-intencional do falante extraível a partir da sua elocução;
- a interferência do registro conversacional;
- o componente emotivo de significado;
- as pressuposições semânticas;
- a modalidade;
- as condições de felicidade do ato de fala;
- a força perlocucionária.

Quando com alguma relação com o conteúdo proposicional, as camadas seriam mais internas; quando disserem respeito à eventual mensagem indireta ou ao

---

<sup>69</sup> Dascal (2006), por vezes, usa os termos ‘significado’ e ‘significância’ de modo intercambiável, mas aqui reservamos o segundo só para designar o conjunto de camadas da cebola e o primeiro para se referir a cada uma das camadas.

domínio pragmático da conversação, elas seriam mais externas (tal como aquela que implicar o componente emotivo de significado).<sup>70</sup>

Algumas ressalvas são feitas pelo autor. O conjunto de fatores ligados aos níveis da cebola seria, de certo modo, aberto; a camada relativa à informação conscientemente não-intencional parece não poder ser localizada especificamente na estrutura da cebola. Ainda, não se tem claro se as condições de felicidade do ato de fala se associariam à camada da força ilocucionária ou se elas comporiam uma camada diferente, bem como se a força perlocucionária seria uma camada ou uma subcamada de alguma outra camada.<sup>71</sup>

Quanto à modalidade, Dascal diz que ela pode se aplicar ou sobre o significado da sentença, ou sobre o caráter ‘trópico’ da elocução (se imperativo, ou indicativo, ou interrogativo etc.), ou sobre o caráter nêustico da elocução, e a camada da modalidade incluiria uma ‘modalidade epistêmica’ (ou ‘atitude epistêmica’).<sup>72</sup> Na seção seguinte, será um pressuposto teórico tomar a modalidade como aplicada ao significado da sentença com contraparte linguística.

Uma imagem interessante que salienta muito bem a qualidade da implicatura conversacional — e imagem essa com que a seção seguinte contará — é a apresentada por Pinker (2008, 446-447) com o manejo do termo ‘Homem Implicatura’, em oposição ao ‘Homem Máxima’. Enquanto este respeita rigorosamente as máximas griceanas (e, por conseguinte, corre o risco de, em inúmeras situações, “se dar mal” por conta de sua diretividade), o primeiro sabe com alguma perícia como insinuar implicitamente o que quer comunicar e, quando quiser, trabalhar com a ambiguidade a seu favor (e, por isso, é menos exposto a assumir responsabilidades por ele indesejadas em caso de presunções equivocadas acerca do ouvinte). Seja a seguinte elocução:

⟨1⟩

A (Turno 1): *Tá escuro aqui, né?*

em resposta à qual o interlocutor diz:

<sup>70</sup> Cf. Dascal (2006, 326 e 333).

<sup>71</sup> Cf. Dascal (2006, 326; 155 e n.3; 166).

<sup>72</sup> Cf. Dascal (2006, 152 e 154-155).

⟨1⟩

B: *Tá querendo que eu acenda a luz pra você?*

Esta elocução é sinal de que B reconheceu uma intenção do tipo /eu quero que você acenda a luz/ como provável de A. Contudo, por essa intenção não estar explicitada, A pode negá-la:

⟨1⟩

A (T2): *Não, não. Só tô dizendo que tá escuro.*

Quanto à possibilidade de haver um ordenamento hierárquico entre os estratos da CS e do aspecto sequencial entre eles, Dascal sugere apenas que o âmago, a camada mais interna da cebola, seria o conteúdo proposicional da sentença; a eventual implicatura conversacional seria a parte mais externa; e as camadas intermediárias seriam ocupadas pelo menos pelas pressuposições semânticas, pela força ilocucionária e pela modalidade. Adicionalmente, fica em aberto a questão de determinar o conjunto que as camadas constituiriam. Em termos do que tem posição certa no sequencial do conjunto, e supondo a presença de uma implicatura conversacional: CS = {conteúdo proposicional ... implicatura conversacional}.

### **CS pela perspectiva do falante: uma proposta**

Dascal concebe seu modelo de 'cebola de significância' (CS) considerando a perspectiva do ouvinte. Nesta seção, é apresentada uma proposta de CS considerando a perspectiva do *falante* (doravante, CSF), procurando adicionalmente sistematizá-la.

Segue a estrutura da CSF e, na sequência, a exposição das razões que, segundo a argumentação realizada, a justificariam:

#### **ESTRUTURA DA CSF:**

- i. Pressuposições pragmáticas;

- ii. Razão da elocução;
- iii. Conteúdo proposicional da sentença;
- (iv). Informação conscientemente não-intencional;
- (v). Componente emotivo de significado;
- vi. Interferência do registro conversacional;
- vii. Condições de felicidade do ato de fala;
- viii. Força perlocucionária;
- (ix). Implicatura conversacional;
- (x). Modalidade;
- xi. Força ilocucionária;
- xii. Caráter nêustico da elocução.<sup>73</sup>

Na sequência acima, as camadas cuja indicação numérica está entre parênteses são contingentes, não necessárias, que podem se estabelecer ou não na CSF relativa a qualquer *elocução numa conversação*.

As demais camadas são presumivelmente necessárias como componentes da estrutura da CSF. Claro que, para essa elaboração, se está pressupondo um falante sem distúrbios neurológicos ou psíquicos mais ou menos graves, que possa reconhecer eficientemente — que não é o mesmo que o inalcançável ‘perfeitamente’ — a ‘exigência conversacional’ em jogo e a ela reaja de modo minimamente satisfatório.

A ‘exigência conversacional’ mencionada é aquela da qual trata Dascal (2006, 327 e 331). Por definição, inaugura-se uma exigência conversacional quando, numa troca verbal estabelecida, o turno de fala (endereçada ao parceiro da conversação) de um participante se encerra. Nesse momento, demanda-se uma reação conversacional (daquele que falará) coerente — espera-se — com a exigência conversacional relativa à qual responde. As propriedades do contexto e do cotexto disponíveis aos parceiros da conversação perfazem parte substancial dos elementos constitutivos da exigência conversacional. Como Pinker (2008, 333) também observa, a simples iniciativa, o simples ato de iniciar uma conversa

---

<sup>73</sup> Por convenção, uma notação dessa estrutura poderia ser: CS = {Ss\*, r, p, [~int], [e], reg, C, Fp, [q], [m], Fi, N(e)}. Adicionalmente, é de se dizer que a nossa proposta não se deparou com a necessidade de supor subdivisões de camadas, ou seja, subcamadas.

estabelece uma demanda pela atenção e pelo tempo do ouvinte. Para ilustrar isso, pegue-se uma elocução de A como:

⟨2⟩

A: *Zé, o que achou do gol do Carlão?*

A exigência conversacional imposta ao interlocutor B dirá respeito a este destinar atenção ao que foi dito, tempo para responder à pergunta e fazê-lo segundo o contexto (a situação pragmática de conversação) e o cotexto (ter em conta a forma e o conteúdo da elocução de A). Portanto, uma elocução de B como

⟨2⟩

B: *Vai chover hoje,*

excetuando a possibilidade de ser caso de indiretividade, não obedece à exigência conversacional inaugurada por A, exigência que precisa de uma reação coerente tal como

⟨2⟩

B': *Achei que foi o mais bonito da partida até agora*

ilustra.

Na estrutura da CSF, note-se que não há uma camada para as pressuposições semânticas, prevista no modelo de CS concernente à perspectiva do ouvinte. Em contrapartida, aparece a indicação da camada fundamental relativa a 'pressuposições pragmáticas'.

Baseados nas exposições de Portner (2005), entendemos que as pressuposições pragmáticas perfazem uma 'instância' que antecede qualquer elocução num contexto de conversação, corrente ou inicial, uma instância que se coloca como sede de condições de admissão de certas sentenças, e não outras, na troca verbal. Sem a existência dessa instância, a elocução (a minimamente coerente com a situação comunicativa) não pode ser possível; daí a dedução de a elocução (a minimamente coerente com a situação comunicativa) ser necessariamente



dependente dessa instância. Por consequência, as pressuposições pragmáticas são implícita e/ou explicitamente<sup>74</sup> *pressupostas* (sob algum grau de irreflexão) inicialmente numa conversação, o que não significa dizer que sua realidade no particular das proposições presumidas que elas implicam deixará de mudar com o movimento da conversação corrente. Seja uma elocução como

⟨3⟩ *O Carlão vai apitar o fim do jogo.*

Entenda-se ⟨3⟩ no contexto em que a conversação ⟨2⟩ (excetuando B') foi enunciada. No âmbito das pressuposições pragmáticas relativas à situação de conversação, ⟨3⟩ não pode ser admitida, porquanto Carlão não pode ser árbitro e jogador numa mesma partida de futebol, pelo menos quando partida oficial, mesmo que Carlão sabidamente seja uma pessoa que tanto joga, quanto arbitra. Vê-se que é a atualização da situação que define ou seleciona as pressuposições pragmáticas com as quais uma conversação terá relação.

Já ⟨4⟩ é uma elocução que pode estar observando as condições de admissão sentencial relativas ao cenário em tela:

⟨4⟩ *Pelo jeito, Carlão não fará mais nenhum gol,*

enunciada, por exemplo, por um torcedor a outro, querendo deixar transparecer a insatisfação com o placar no momento, e nada havendo na situação que torne ⟨4⟩ controversa ou suscetível de não ser admitida numa conversação em tal contexto.<sup>75</sup>

É importante notar que a pressuposição pragmática se difere da pressuposição semântica, por conta do fato de que a primeira é anterior à elocução, e a segunda depende da realização da elocução.

Acrescente-se que outros fatores podem estar em jogo na instância de condições de admissão sentencial. Conhecimento prévio do falante, conhecimento partilhado, suposição de saber do ouvinte por parte do falante são exemplos desses

<sup>74</sup> Óbvio é que, por uma série de fatores (entre os quais o 'conhecimento compartilhado'), essas pressuposições são tomadas mais implicitamente do que explicitamente. Caso contrário, certamente uma troca verbal qualquer tenderia a ser inviável.

<sup>75</sup> A possibilidade (antes aludida) de uma proposição ser alterada no curso de uma interação verbal, proposição que uma pressuposição pragmática implica, é trivial. No exemplo recém discutido, a proposição 'Carlão está jogando' que A de ⟨2⟩ contextualmente acarreta pode ser modificada para 'Carlão não está jogando' (porque foi expulso, substituído etc.).

fatores. Para falar deste último, diga-se que o falante, na entrada de uma conversação qualquer, supõe um saber do ouvinte. Como fator presente, um suposto saber do ouvinte presumido pelo falante pode influir no reconhecimento de quais seriam as condições particulares de admissão sentencial relativas à situação de elocução. Seja como for, o importante de ser salientado, independentemente dos fatores ligados à determinação das pressuposições pragmáticas, é que elas constituirão a base mais profunda da qual terá partido aquilo que se dará no *enunciado*.

Deste ponto em diante, é pertinente realizar uma distinção entre ‘elocução’ e ‘enunciado’. O primeiro se referirá ao produto da combinação entre as camadas de significado da CSF, e o termo ‘enunciado’ servirá para designar a expressão material desse produto.

Presumivelmente, a razão da elocução terá como pano de fundo, ou como instância imediata de base, o conjunto das pressuposições de que se falou. Sua causação estará ou relacionada com a irrupção de um tópico conversacional, ou, antes, com alguma motivação (por sob a razão da elocução) de natureza variável, que ou se converterá no tópico conversacional (caso em que a conversação terá se estabelecido), ou não se converterá, fazendo com que um pretense início de conversação seja frustrado.

Estando a razão da elocução deflagrada — seja para ser desenvolvida, seja para ser frustrada —, um conteúdo semântico mínimo ou fundamental para a elocução (o conteúdo proposicional da sentença) é considerado. Diz-se deliberadamente ‘conteúdo semântico mínimo ou fundamental’ porque ele será objeto de transfigurações estruturais variáveis por parte das camadas subsequentes da CSF que afetarão a sua constitutividade.

Sobre o ponto da informação conscientemente não-intencional, evoque-se primeiro Searle (2000, 84-85). Segundo ele, os estados mentais inconscientes<sup>76</sup> se comportam como imagens e palavras num computador quando elas não estão na tela, mas que ficam como sinais magnéticos no disco rígido; quando ficam disponíveis na tela, estão conscientes. Nessa concepção sustentada na metáfora do computador, os estados mentais inconscientes só serão assim entendidos se

---

<sup>76</sup> A noção de inconsciente de Searle (2000), naturalmente, não corresponde ao conceito freudiano homônimo. Para detalhes do primeiro, veja-se por exemplo Searle (2000, 76 e 85-86), e Freud (2006), para o segundo.

puderem se converter em estados mentais conscientes. No entanto, é necessário não ignorar as evidências que as chamadas formações do inconsciente (ato falho, chiste, sonho etc.) implicam, cuja emergência não se dá mediante a conversão necessária sobre a qual fala Searle.

Isso dito, o ponto importante da questão a ser considerado é que os estados mentais inconscientes são, de modo geral, condição necessária para os estados mentais conscientes.

Com esse delineamento, a eventual informação conscientemente não-intencional, em caso de se assomar, seus elementos representativos vão se acomodar na CSF e eventualmente afetar a estruturação inicial do conteúdo proposicional, de modo eminentemente imprevisível. O critério aplicado aqui para localizar essa camada de significado na CSF baseia-se na articulação de dois fatores: a) como a informação conscientemente não-intencional a se assomar não pode ser de uma natureza totalmente randômica, ela terá de manter alguma relação, ainda que mínima, com o conteúdo semântico fundamental; b) essa parece ser a 'barreira' (do ponto de vista estrutural da CSF) que evita que a relação de anterioridade dos estados mentais inconscientes face aos estados mentais conscientes de que falamos seja absoluta.

Para o componente emotivo de significado, parece que não há posição na estrutura da CSF melhor do que a que sucede imediatamente a informação conscientemente não-intencional; isso porque, em alguma medida, a motivação de seu surgimento é irrefletida, traço que mantém em comum com a camada antecedente, embora de modo menos profundo, haja vista ser uma camada sempre fortemente em função da exigência conversacional virtual ou real em jogo.

Com a ativação do registro conversacional, entra-se num momento mais refletido (para o falante) do que a maioria dos anteriores (supomos que seria mais refletido do que todos os anteriores se não fosse a natureza da camada de conteúdo semântico mínimo). A interferência que ele provocará na elocução será no sentido de instaurar antecipadamente o conjunto de possibilidades lexicais em detrimento de outras, arranjos sintáticos em detrimento de outros etc., segundo a situação da elocução, e isso independentemente se há ou não monitoramento da fala por parte do falante<sup>77</sup>.

---

<sup>77</sup> Sempre há ativação de algum dos registros conversacionais para uma elocução se se considerar que os polos que os limitam são o 'informal' e o 'formal' absolutos. Daí ser irrelevante (para os

Com essas fases genealógicas (sob a figura das camadas de significado) da CSF cognitivamente vencidas, a demanda em foco é a de que tem de ser feito um cálculo estimativo das condições de felicidade — tendo em vista uma previsão por parte do falante do material mais ou menos pré-elaborado que ele enunciará — inferíveis no contexto da troca verbal.

Esse cálculo estimativo, juntamente com a previsão que ele desencadeia, vai se constituir num fator constitutivo do material que comporá o enunciado que a elocução, por sua vez, virá a resultar. Mas, ainda antes, seria natural pensar que, feito o cálculo das condições de felicidade, o falante maquine a consequência ou o efeito que ele precisa ou pretende alcançar sobre o ouvinte quando vier o proferimento, e essa é uma elaboração que vai demandar, por seu turno, a necessidade ou não de se lançar mão da ‘meticulosidade’ do Homem Implicatura, no sentido de precisar ou não de apelar para um modo indireto de comunicar a mensagem pretendida.

Feita a avaliação das condições de felicidade em conjunção com a ponderação acerca do projeto da força perlocucionária, o falante está acercado dos elementos necessários para avaliar se deixará ou não de lançar mão de uma mensagem indireta para a consecução do pretendido. Naturalmente, essa avaliação incide no contexto, no ouvinte e no próprio falante, uma vez que os

“[...] detalhes [do jeito indireto de falar] são tão afinados com as particularidades do falante, do ouvinte e da situação que dá para ter quase certeza de que eles personificam uma lógica oculta, em vez de ser um ritual arbitrário” (PINKER, 2008, 427).

Adicionalmente, é presumível que seja esse o momento de se estimar o uso de estratégias de polidez em detrimento de outras, em função do nível de ameaça às aparências do ouvinte, que depende do *quantum* de imposição sobre o ouvinte, da diferença de poder entre falante e ouvinte e da distância social entre ambos<sup>78</sup>.

O falante, estando de posse do produto da avaliação acerca das condições de felicidade presentes na situação conversacional, do projeto atinente à força perlocucionária e das indicações eventuais do Homem Implicatura, a consequência prevista é a de que o falante escolha ou não alguma modalidade, que se refere aos

---

propósitos aqui) se está ou não em curso um monitoramento de fala correlato a este ou aquele registro segundo esta ou aquela situação.

<sup>78</sup> Para detalhes a respeito da polidez, veja-se Brown e Levinson (1987).

auxiliares de modalização, tais como *dever*, *poder*, *ser preciso*; advérbios como *felizmente*, *certamente*, *sem dúvida*; determinadas locuções impessoais como *é evidente que...*, *é possível que...* Nessa camada, supõem-se escolhas marcadamente deliberadas (isto é, francamente refletidas) de modalizadores para que "sofistiquem" — como que recursos que contribuem mais ou menos retoricamente, segundo os interesses em jogo — e componham o (futuro) enunciado.

Mais um acréscimo de camada apontando para a "superfície" ou para o acabamento genealógico da CSF é operado pela força ilocucionária no particular mais de *como* se pretende dizer o dito do que *o que* se diz; daí sua posição na estrutura da CSF.

Quanto ao caráter nêustico da elocução, o efeito de grau de compromisso que o define está intimamente relacionado com a camada anterior, e, assim como esta, parece que só pode ser cogitado genealogicamente com a ordem da enunciação já deflagrada, mobilizando ao mesmo tempo as camadas de significado precedentes e, adicionalmente (na qualidade de coadjuvação ou enriquecimento), os componentes de natureza mais paradiscursiva (de ordem eminentemente comportamental: gestos, expressões faciais etc.), que frequentemente co-ocorrem na enunciação.

Claro que, dependendo de como se manifesta o caráter nêustico da elocução, o projeto da força perlocucionária será ou reforçado, ou minado. E, em caso de solapamento retroativo do projeto da força perlocucionária, a consequência não parará por aí: o efeito se estenderá para a camada imediatamente anterior, isto é, para a camada das condições de satisfação do ato de fala, e isso pode fazer com que o falante pense que seu cálculo estimativo voltado às condições de felicidade fora equivocado; em todo caso, esse processo eventual se daria após o enunciado, de modo que, portanto, sua consideração foge ao escopo que nos detém nesta discussão.

## **Considerações finais**

Foi visto que, de modo ordenado e hierárquico, o produto geral da elocução (culminando no enunciado), abordado pela perspectiva do falante em relação à genealogia da significância, implica:

- (1) que o falante tenha saído de uma base fundamental (o conjunto de pressuposições pragmáticas preliminares);
- (2) que lhe tenha ocorrido uma razão primeva da elocução;
- (3) que um conteúdo semântico mínimo tenha sido ideado;
- (4) que o material de natureza inconsciente, necessariamente acionado, eventualmente passe pela 'vigilância consciente' com representantes formais;
- (5) que um componente emotivo de significado potencialmente tenha lugar;
- (6) que o reconhecimento da situação de troca verbal faça com que o falante se inscreva num dos registros conversacionais disponíveis em seu repertório sociolinguístico;
- (7) que um cálculo estimativo das condições de satisfação do ato de fala que virá seja deflagrado;
- (8) que a maquinação relativa aos efeitos ou consequências esperados sobre o ouvinte seja perpetrada;
- (9) que então uma avaliação de utilizar ou não uma mensagem indireta (e seus recursos estratégicos disponíveis) seja feita;
- (10) que se avalie a necessidade ou não da modalidade, para os fins das camadas precedentes (notadamente as duas anteriores);
- (11) que se estipule o modo de dizer o dito;

(12) e que o efeito de compromisso com aquilo que o falante dirá seja função de principalmente componentes antecedentes (notadamente a camada das condições de felicidade e a da força perlocucionária).

Como a discussão sobre a cebola de significância de uma elocução pela perspectiva do falante metodologicamente prescindiu de problematizações acerca de características, aspectos e propriedades do ouvinte, não foi necessário tratar da rede difusa de fatores envolvidos na possibilidade de se ter um ato de cancelamento de uma ou mais camadas de significado e das condições sob as quais ele emerge. Por extensão, a problemática pertinente à interpretação do ouvinte e à questão do 'significado não-preferencial' foi evitada, na medida em que a abordagem não implicou uma elocução definida anterior ao processo de composição da elocução (por parte) do falante.

Como a inclusão da problemática pertinente à interpretação do ouvinte não foi necessária, os fatores ligados aos "ruídos" na comunicação, a mal-entendidos, a equívocos, a quiproquós etc. também não afiguraram como elementos necessários à elaboração apresentada. Com isso, pôde-se trabalhar tendo uma identificação do 'significado do falante' com o 'significado da elocução' como pressuposto teórico. Considerando esses pontos como vantagens metodológicas — e vantagens se em contraste com os problemas metodológicos que o tratamento respeitante à perspectiva do ouvinte origina, tal como aludido —, esse é um fato que adicionalmente favoreceu a sistematização que pôde ser delineada.

Pela originalidade da proposta de um modelo de cebola de significância pela perspectiva do falante, por um lado, e a sistematização que a discussão desse modelo possibilitou delinear, por outro, esperamos que os resultados deste trabalho possam contribuir para o avanço das formulações de natureza algorítmica ao lado das de qualidade heurística por parte dos estudos que se reúnem no território da pragmática.

## **Referências bibliográficas**<sup>79</sup>

---

<sup>79</sup> Entre colchetes, datas originais.

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. **Politeness**: some universals in language use [1978]. New York: Cambridge University Press, 1987.

DASCAL, M. À guisa de introdução. In: **Interpretação e compreensão** [1999]. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2006. p. 5-16.

\_\_\_\_\_. Como funciona um conectivo? – entre semântica e pragmática: os dois tipos de *mas* – ‘aval’ e ‘ela’ [1977]. In: **Interpretação e compreensão** [1999]. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2006. p. 138-170.

\_\_\_\_\_. Compreendendo as digressões: um estudo sobre a coerência conversacional [1979]. In: **Interpretação e compreensão** [1999]. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2006. p. 235-264.

\_\_\_\_\_. Compreendendo chistes e sonhos: sociopragmática versus psicopragmática. [1985]. In: **Interpretação e compreensão** [1999]. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2006. p. 382-400.

\_\_\_\_\_. Compreendendo os mal-entendidos: um estudo sobre a coerência conversacional [1981-99]. In: **Interpretação e compreensão** [1999]. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2006. p. 314-341.

\_\_\_\_\_. Pragmática e intenções comunicativas. In: **Interpretação e compreensão** [1999]. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2006. p. 27-53.

FREUD, S. Inconsciente [1915]. In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: Ed. *Standard* Brasileira, Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 2006. p. 171-209.

\_\_\_\_\_. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: Ed. *Standard* Brasileira, Vol. VI, [1901]. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GRICE, H. P. Lógica e conversação [1975]. In: DASCAL, M. (org.) **Fundamentos metodológicos da linguística**. Vol. IV. Campinas: Unicamp, 1982. p. 81-103.

PINKER, S. Os jogos que as pessoas fazem. In: **Do que é feito o pensamento humano**: a língua como janela para a natureza humana [2007]. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 425-480.



PORTNER, P. H. The pragmatics of what's given. In: **What is meaning?** - fundamentals of formal semantics. Malden, MA: Blackwell, 2005. p. 176-198.

SEARLE, J. R. **Mente, linguagem e sociedade:** filosofia no mundo real [1998]. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.